



JOSÉ DE MELLO · SAÚDE

RELATÓRIO
CONTAS

2014





Índice

1. A JOSÉ DE MELLO SAÚDE	03
1.1. MENSAGEM DO PRESIDENTE	04
1.2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DO SECTOR	06
1.3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS PARA 2015	10
1.4. VISÃO, MISSÃO E VALORES	13
1.5. ÉTICA	14
1.6. MODELO ORGANIZATIVO DO GRUPO E ÓRGÃOS DE GOVERNO	15
1.7. PRINCIPAIS INDICADORES E FACTOS RELEVANTES DA ACTIVIDADE	19
2. EIXOS DE DESENVOLVIMENTO	25
2.1. EXCELÊNCIA CLÍNICA: GOVERNAÇÃO, QUALIDADE CLÍNICA E SEGURANÇA DO DOENTE	26
2.2. EXPERIÊNCIA DO CLIENTE	32
2.3. RECURSOS HUMANOS	36
2.4. ENSINO E INVESTIGAÇÃO	41
2.5. INOVAÇÃO	44
2.6. SUSTENTABILIDADE	46
3. ACTIVIDADE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO	51
4. GESTÃO DE RISCOS	75
5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	79
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	85
7. INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA	88
7.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014	89
7.2. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014	97
7.3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	171
7.4. INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	172
7.5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	178
7.6. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	181

I. *A José de Mello Saúde*

A José de Mello Saúde desenvolve a sua actividade no sector da prestação de serviços de saúde. O Relatório de Gestão procura descrever em detalhe o que é a José de Mello Saúde, reportando os factos à actividade do ano de 2014.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

No momento em que celebra 70 anos de vida, a José de Mello Saúde tem o orgulho de continuar a renovar-se e a crescer. Entramos em 2015 com o pé direito. Mantivemos no último ano a trajectória ascendente, superando as expectativas de crescimento.

Realizámos cerca de 1,8 milhões de consultas, um aumento de 14% face a 2013; operámos 78 mil doentes, um crescimento de 8% face ao ano anterior; atendemos em urgência mais de 560 mil pessoas, um crescimento de 7% face a 2013. Mais de 7 mil crianças nasceram nas nossas unidades, o que representa um crescimento de 7% em relação ao período homólogo.

Numa lógica de proximidade na promoção de cuidados de saúde de qualidade, vamos continuar a consolidar em 2015 a actividade das três clínicas abertas em 2014, em Mafra, como em Sintra e São Domingos de Rana.

Estamos cada vez mais perto das populações, com a abertura de mais uma clínica de proximidade, em Miraflores, que funciona em articulação com o Hospital CUF Infante Santo.

A expansão do Hospital CUF Descobertas e o lançamento do Hospital CUF Viseu, que estará disponível no início do ano de 2016, são parte integrante do projecto de crescimento da José de Mello Saúde e da sua afirmação como um parceiro para o desenvolvimento do país.

A José de Mello Saúde acredita que a qualidade clínica é o elemento central da sua proposta de valor e continua focada em evidenciar os seus resultados



Salvador de Mello
Presidente

clínicos participando em sistemas de avaliação e reconhecimento externo como o Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) e o Iametrics, sistema de benchmarking internacional para indicadores clínicos.

É disso mesmo prova evidente o facto de o Hospital Vila Franca de Xira ter recebido em 2014 a Acreditação da Joint Commission International (JCI), a mais prestigiada organização acreditadora na área da saúde, a nível mundial.

O processo de Acreditação envolveu a realização de auditorias rigorosas, a toda a actividade e procedimentos do Hospital, ao longo de 18 meses, que assim demonstrou obedecer aos mais elevados padrões de qualidade e segurança do doente, em todas as áreas de prestação de cuidados clínicos, desenvolvendo, ainda, as melhores práticas de gestão da instituição.

A experiência do cliente e a sua satisfação são outros dois pilares estratégicos da José de Mello Saúde. Fomos e continuaremos a ser pioneiros na integração das novas tecnologias para chegar mais perto dos clientes, dando resposta às suas necessidades e facilitando e optimizando as interacções com as diversas unidades da rede CUF.

É fundamental ainda a aposta numa estratégia de gestão eficiente e integrada dos diferentes canais de interacção com o cliente, como demonstra o sucesso da área pessoal myCUF, que registou, até ao final de 2014, cerca de 63.000 activações.

A apresentação de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) sobre a Espírito Santo Saúde (agora Luz Saúde) no decorrer da detecção de uma oportunidade de consolidação no mercado nacional, foi um acontecimento relevante do ano passado e, ainda que não tenha sido concretizada com sucesso, representou um sinal de forte dinamismo e capacidade de investimento da José de Mello Saúde. A nossa estratégia mantém-se intacta, assim como o nosso propósito de crescer e reforçar a nossa liderança.

Estes resultados notáveis e a solidez financeira da José de Mello Saúde devem-se a uma equipa de excelência que todos os dias contribui para fazermos mais e melhor. A José de Mello Saúde contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento do sector em 2014, com uma resposta afirmativa aos desafios que Portugal terá enfrentar na prestação de cuidados de saúde.

Foi em 1945 que, no Hospital CUF Infante Santo, nasceu a nossa História. Uma história de descoberta, inovação, perícia e rigor, construída ao longo de décadas e diariamente renovada.

Foram 70 anos a tratar doentes, a escutar, observar e a ganhar uma experiência única, que nos identifica e nos distingue. Hoje, como há 70 anos, sabemos sempre respeitar quem nos procura e honrar os nossos Valores: o Respeito pela Dignidade e Bem-Estar da Pessoa, o Desenvolvimento Humano, a Competência e a Inovação.

I.2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DO SECTOR

I - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2014 a actividade económica na Zona Euro seguiu a tendência de crescimento iniciada no final de 2013, impulsionada pelo aumento do consumo interno e também das exportações. Esta evolução positiva inverte um ciclo de estagnação de dois anos, durante os quais foi realizado um esforço de ajustamento orçamental, comum à maioria dos países da moeda única.

A Zona Euro registou uma melhoria gradual dos indicadores macroeconómicos, terminando 2014 com um crescimento do PIB de 0,8% e variações de 0,9% no consumo público e de 0,8% no consumo privado^{1/2}.

De acordo com as previsões do Banco Central Europeu, o PIB real da Zona Euro deverá manter a tendência positiva, antecipando-se um crescimento de 1,0% em 2015 e de 1,5% em 2016. Contudo, e apesar da melhoria dos indicadores relativos ao sentimento económico e à confiança dos consumidores na Zona Euro², a elevada taxa de desemprego verificada no espaço europeu e o crescimento abaixo do previsto em 2014 da Alemanha, França e Itália, revelam uma retoma económica com vulnerabilidades.

Ainda na Zona Euro, a inflação medida em termos médios anuais do IHPC, situou-se nos 0,5%, ficando abaixo das previsões, que em finais de 2013 apontavam para 1,1% em 2014¹. Esta variação é explicada em grande parte pela quebra no preço do barril do petróleo que, segundo o Fundo Monetário Internacional³,



poderá produzir também efeitos nos níveis de inflação a verificar em 2015.

Em Portugal, a actividade económica deu sinais de recuperação ao longo do ano de 2014. Depois de um programa de assistência financeira e de um processo de consolidação orçamental iniciado em 2011, as metas de ajustamento fixadas para Portugal foram, na sua maioria, cumpridas. Neste ano, Portugal regressou aos mercados internacionais e, no final do 3º trimestre, estabilizou o nível de actividade, continuando a trajectória de recuperação gradual iniciada no final de 2013. No final do 4º trimestre, as previsões do Banco de Portugal apontavam para um crescimento do PIB de 0,8%, sustentado no crescimento das exportações (2,6%) e na recuperação da confiança dos consumidores, que se fixou em valores superiores à média dos últimos dez anos⁴.

O ano de 2015 trará alguns dos mesmos desafios e riscos dos últimos anos. A taxa de desemprego de 14,1% e o elevado endividamento das contas públicas, de 127,3% do PIB, aliado às perspectivas de crescimento reduzido do mercado interno, constituem-se como pontos críticos para que Portugal possa reforçar o crescimento económico nos próximos anos.

II – ENQUADRAMENTO DO SECTOR DA SAÚDE

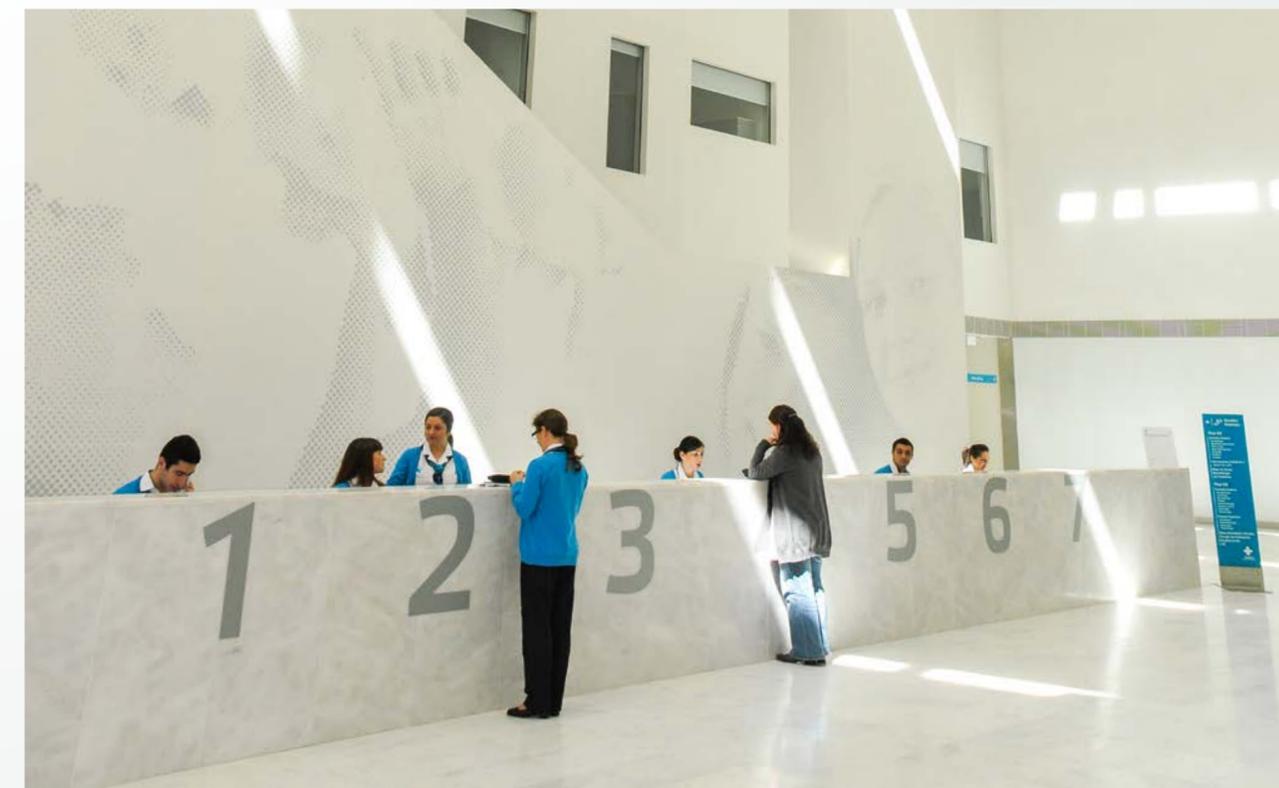
Enquadramento económico

De acordo com os últimos dados disponíveis do INE, referentes a 2013, observa-se que a despesa corrente em saúde tem vindo a diminuir, mas agora de uma forma menos acentuada do que em anos anteriores. Em 2013 houve um decréscimo de 2,1% na despesa corrente em saúde, sendo que anteriormente a quebra anual situava-se acima dos 5%.

Enquanto em anos anteriores a contracção na despesa em saúde era principalmente explicada por via de uma quebra mais acentuada na despesa pública, em 2013, para além da redução na despesa pública em saúde (-1,1%), houve também uma diminuição de 3,9% na despesa privada, passando esta de 5,4 mil milhões de euros em 2012, para 5,2 mil milhões de euros em 2013. A justificação para a redução na despesa privada situa-se ao nível da despesa privada familiar (out-of-pocket) - que representa cerca de 82% da despesa privada em saúde - e que teve uma variação negativa de 4,7% em 2013. Apesar desta redução (em linha com o cenário macroeconómico restritivo dos últimos anos), registou-se um aumento de quase 1% da despesa efectuada em saúde por seguros privados. Neste âmbito, dados da APS (Associação Portuguesa de Seguradores) confirmam que não só se tem assistido a um aumento da taxa de penetração de seguros de saúde (3,9% de 2012 para 2013), como também se verifica uma retoma da despesa média por pessoa segurada, para níveis anteriores ao período de ajustamento orçamental. Em 2013, a APS situa a despesa média por pessoa segurada com sinistro em 543 euros (incluindo co-pagamentos). Este indicador é particularmente relevante, uma vez que o sector segurador representa uma parte

importante da actividade dos principais prestadores privados de saúde.

No que se refere à actividade de prestação de cuidados de saúde, observa-se uma queda generalizada na despesa relacionada com unidades de prestação pública, sendo que o segmento hospitalar privado é o único que tem manifestado um crescimento consistente ao longo dos últimos anos. De acordo com os últimos dados disponíveis, este crescimento foi de 9% em 2012, posicionando este segmento com um valor de cerca de 1,5 mil milhões de euros. A estabilização da despesa no segmento privado, conjugada com uma redução da despesa no segmento público, leva a concluir que este último efeito não resulta de uma transferência de despesa do segmento público para o privado, mas sim de uma maior contracção/gestão dos custos de produção.



Enquadramento de actividade

De entre os principais acontecimentos do sector em 2014, destacam-se dois, pela sua relevância e pela exigência que colocaram no Sistema Nacional de Saúde. Em ambos os casos verificou-se uma resposta conjunta dos sectores público e privado que foi determinante para o sucesso dos resultados alcançados. Destaca-se, em primeiro lugar, a epidemia pelo vírus ébola, que teve início no sul da Guiné-Conacri e alastrou para a Libéria, Serra Leoa e Nigéria. Perante o impacto deste vírus, que até 31 de Agosto de 2014 tinha causado 1841 mortes (num total de 3685 casos diagnosticados), a Organização Mundial de Saúde anunciou a criação de um roteiro mundial do vírus ébola, com o objectivo de debelar este surto. Em Portugal, foram implementadas todas as medidas recomendadas de uma forma célere e sem nenhum incidente, ainda que não se tenha identificado, até à data, nenhum caso de contágio.

A segunda situação a destacar refere-se ao mais grave surto de Legionella alguma vez registado em Portugal (o terceiro maior de sempre em todo o mundo), que atingiu a região de Vila Franca de Xira em Novembro de 2014. Este surto provocou 10 mortes, num total de 336 casos detectados, tendo-se assistido a uma coordenação muito eficaz e amplamente reconhecida entre o Hospital de Vila Franca de Xira e as demais autoridades de saúde nacionais.

Para os próximos anos, um dos principais desafios para o Sistema Nacional de Saúde prende-se com o envelhecimento da população. A enorme pressão demográfica (Portugal tem a segunda mais baixa taxa geral de fecundidade do mundo)⁵, aliada a uma redução da taxa bruta de mortalidade acentua a necessidade de repensar a oferta de saúde direccionada ao segmento sénior.



Segundo dados do INE, 9,4% da população portuguesa tinha mais de 65 anos em 2014, sendo que a taxa de crescimento da população foi de -5,7%, em 2013⁶. O desafio associado a estes indicadores reside na transformação que é necessária para garantir uma oferta adequada ao tratamento deste grupo etário. O objectivo será o de prolongar os anos de vida saudável da população após os 65 anos, que em Portugal se situa nos 6,6 anos de vida saudável para as mulheres e 6 anos para os homens, depois dos 65 anos. Estes valores contrastam com a



situação da Noruega, que se situa nos 15,9 para mulheres e 15,4 para homens⁷. Outros desafios centrais relacionam-se com o padrão de morbilidade do país, caracterizado pelo aumento da prevalência de doenças crónicas e com os previsíveis e elevados custos de inovação medicamentosa.

Um relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) de Julho de 2014 destaca que 80% das mortes em Portugal têm origem em doenças crónicas não transmissíveis, nomeadamente em doenças cardiovasculares (32%), do foro oncológico (28%), respiratórias (6%) e também na diabetes (5%).

A diabetes, que resulta, em parte, da alteração dos estilos de vida (hábitos alimentares, sedentarismo, entre outros) assume um particular impacto em Portugal, observando-se mesmo a maior taxa de prevalência da Europa (cerca de 12,9% da população adulta)⁸. Esta patologia tem um custo para o país avaliado em cerca de 0,8% do PIB. De acordo com o estudo sobre o futuro da saúde em Portugal, elaborado pela Fundação Calouste Gulbenkian, mitigar o crescimento da incidência de diabetes será um dos quatro desafios mais importantes na saúde em Portugal para os próximos 5 anos.

Num cenário de uma retoma económica ainda frágil e pouco expressiva, exige-se ao sector privado que seja um participante cada vez mais activo na melhoria da qualidade da saúde em Portugal.

A José de Mello Saúde, tal como sempre o fez, contribuirá de uma forma decisiva para o desenvolvimento deste sector, dando uma resposta afirmativa aos desafios que Portugal terá enfrentar na prestação de cuidados de saúde, em 2015 e durante os anos vindouros.

I.3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS PARA 2015

I - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A José de Mello Saúde é a plataforma de negócio do Grupo José de Mello⁹ para a área da Saúde. A José de Mello Saúde assume o compromisso de desenvolver uma estratégia empresarial de longo prazo que dê cumprimento à sua Missão, Visão e Valores e que promova simultaneamente uma actuação responsável e de defesa da sustentabilidade dos negócios em que participa.

1945

Hospital CUF Infante Santo
Hospital inovador com forte componente de responsabilidade social que servia, na época, 80 mil trabalhadores e familiares do Grupo CUF. Foi a primeira Unidade da José de Mello Saúde.

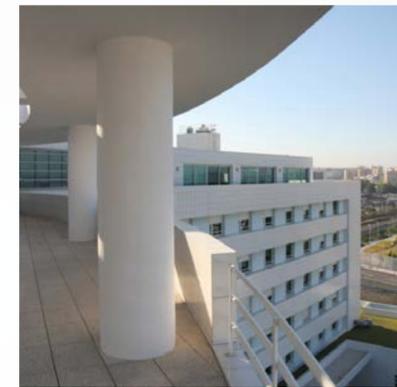


1990

Clínica CUF Belém
Aposta numa unidade de ambulatório diferenciada, alargando o âmbito de actuação ao longo da cadeia de valor.

1995

Hospital Fernando Fonseca
Primeira experiência de gestão privada de um hospital público em Portugal.



2001

Hospital CUF Descobertas
Alavancando na sua experiência de mais de 50 anos, e satisfazendo as necessidades do mercado, a José de Mello Saúde consolida a sua imagem de referência na hospitali-

zação privada em Lisboa. A abertura desta unidade representou, na altura, o maior investimento privado na área da saúde em Portugal.

2003

Clínica CUF Alvalade
Expansão da área de ambulatório com enfoque na medicina física e reabilitação desportiva.

2006

Campos Costa/ VALAB
Entrada no Porto marca o início da diversificação geográfica em Portugal. São unidades dedicadas à Imagiologia e Patologia Clínica, líderes no seu sector no Norte de país.



⁹ O Grupo José de Mello (www.josedemello.pt) é um grupo económico com uma estrutura accionista estável e de base nacional, sendo um dos maiores grupos empresariais portugueses. Em constante desenvolvimento, o Grupo José de Mello prossegue uma estratégia de negócios assente em Dimensão e Criação de Valor, liderando áreas vitais da economia portuguesa. Com uma intervenção diversificada na economia, o posicionamento competitivo do Grupo José de Mello assenta em plataformas de negócios participadas pela José de Mello, SGPS: Brisa (Infra-estruturas), CUF (Indústria Química), Efacec (Energia, Transportes e Logística, Energia e Serviços), José de Mello Imobiliária (Imobiliário), EDP (Energia) e José de Mello Saúde (Saúde, Soluções Residenciais e Domiciliárias para a terceira idade).

I.3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS PARA 2015

>>

2006

Instituto Médico Cascais

Consolidação da liderança na área ambulatoria com a aquisição de uma unidade em Cascais.

2006

Grupo Hospitalário Quirón

Entrada em Espanha, através da aquisição de participação accionista em operador de referência daquele País (conclusão da venda em Janeiro 2013).



2007

Instituto CUF Porto

Primeira unidade construída de raiz no Norte de Portugal, assentando numa forte diferenciação ao nível do corpo clínico e da tecnologia.

2008

Clínica CUF Torres Vedras

Alargamento da rede de clínicas fora dos grandes centros urbanos portugueses.

2008

Clínica CUF Cascais

Aquisição de clínica ao Grupo Português de Saúde, com o objectivo de alargar a oferta na zona de Cascais.



2008

Hospital Fernando Fonseca

Fim do Contrato de gestão do Hospital Fernando Fonseca.



2011

Hospital Vila Franca de Xira

Início da gestão do Hospital Vila Franca de Xira.

2012

Grupo Hospitalário Quirón

Venda da participação.



2009

Hospital de Braga

Início da gestão do Hospital de Braga.

2010

Hospital CUF Porto

Maior hospital privado da zona norte do país, de elevada qualidade clínica.

2014

Clínica CUF Mafra, Clínica CUF S. Domingos de Rana e Clínica CUF Sintra

Abertura de Clínicas de proximidade.



2015

Dr. Campos Costa

Venda de participação.

Clínica CUF Miraflores

Abertura.

II – PERSPECTIVAS PARA 2015

2015 será o ano em que a José de Mello Saúde vai assinalar os 70 anos da CUF. Estes 70 anos conferem à José de Mello Saúde uma experiência única. Única pelos valores que constituem a sua cultura, pelos números que justificam a sua liderança e única pela História construída ao longo de décadas e diariamente renovada.

Em 2015, a José de Mello Saúde continuará focada na execução, em paralelo, das suas duas vias estratégicas:

○ Alavancar e reforçar a base de activos e competências

A José de Mello Saúde está atenta às tendências de evolução do sector e utilizará o seu conhecimento e competências para renovar a sua proposta de valor, dotando-a de elementos amplamente inovadores quanto à oferta e quanto ao relacionamento com o cliente. As alterações sócio-demográficas já largamente discutidas, bem como os contínuos avanços tecnológicos, nomeadamente no domínio do digital, dão origem a um cliente que é hoje mais sénior (ainda que não menos participativo), com mais morbilidade (a nível das doenças crónicas), mais informado e consequentemente mais exigente quanto ao conhecimento do seu estado de saúde e mais exigente quanto à proposta de valor do prestador de saúde.

A José de Mello Saúde defende um modelo de prestação de cuidados inserido num novo paradigma no qual a saúde do doente é gerida de uma forma activa, multidisciplinar e num contexto digital que vai para além do ambiente físico. A José de Mello Saúde acredita que a qualidade clínica é o elemento central da sua proposta de valor. Como tal, continuará focada em garantir que a activida-



**ANOS
DE
SAÚDE
1945 - 2015**

de clínica se processa de acordo com os mais elevados padrões de qualidade, de uma forma consistente. A constante preocupação em medir resultados clínicos tem o seu expoente máximo no projecto de “outcomes” que se iniciou em 2014 e que continuará ao longo dos próximos anos. Este projecto visa medir alterações na saúde ou na qualidade de vida da pessoa, em resultado de um episódio clínico. Trata-se de uma abordagem inovadora a nível internacional e traduz-se na melhoria funcional do cliente avaliando a sua capacidade de retornar à vida activa.

○ Aumento da capacidade para ir de encontro às necessidades da população

O compromisso da José de Mello Saúde em promover cuidados de saúde de qualidade, acessíveis e próximos materializa-se nos seguintes projectos que serão executados em 2015: (i) consolidação da operação das três clínicas abertas em 2014 (Maфра, Sintra e São Domingos de Rana); (ii) abertura de mais duas clínicas de proximidade, uma em Miraflores (que funcionará em articulação com o Hospital CUF Infante Santo) e outra no Grande Porto (que funcionará em articulação com o Hospital CUF Porto); (iii) continuação do projecto de expansão do Hospital CUF Descobertas, que dotará esta unidade de uma maior capacidade de internamento e de ambulatório e (iv) preparação da abertura do Hospital CUF Viseu.

I.4. VISÃO, MISSÃO E VALORES

A identidade da José de Mello Saúde caracteriza-se pela sua missão, pelos seus valores e pelos objectivos que se propõe atingir.

Visão

Ser líder na prestação de cuidados de saúde de qualidade distintiva, suportada numa rede integrada de unidades de elevada performance, tanto no sector privado como no sector público, e apresentando opções de crescimento em mercados internacionais seleccionados.

Missão

Promover a prestação de serviços de saúde com os mais elevados níveis de conhecimento, respeitando o primado da vida e o ambiente, através do desenvolvimento do capital intelectual das organizações, numa busca permanente do melhor. Para concretizar a sua Missão a José de Mello Saúde desenvolve a sua actividade com base em três plataformas de excelência:

○ A excelência em talento humano

- Transmissão e fomento dos valores do Grupo
- Avaliação e recompensa do desempenho
- Gestão atenta e desafiante do percurso profissional de cada um
- Fomento de uma cultura de responsabilização, exigência, rigor e concretização
- Partilha de conhecimento e trabalho em equipa

○ A excelência em serviço

- Desenvolvimento de centros de excelência clínica
- Gestão da relação com o cliente
- Humanização dos cuidados
- Melhoria constante de níveis de serviço

○ A excelência em operações e sistemas

- Desenvolvimento permanente de capacidades de inovação e planeamento
- Melhoria contínua de processos
- Aumento sistemático de produtividade
- Aposta forte em tecnologias clínicas e de informação
- Controlo rigoroso de custos

Valores

Os colaboradores da José de Mello Saúde têm responsabilidades acrescidas na consolidação da identidade da José de Mello Saúde através da afirmação e transmissão dos seus valores:

- Respeito pela Dignidade e Bem-Estar da Pessoa
- Desenvolvimento Humano
- Competência
- Inovação

1.5. ÉTICA

A ética é um valor distintivo no código genético da José de Mello e, também, na José de Mello Saúde.

O respeito pelos accionistas, colaboradores, clientes e parceiros, os princípios de boa gestão e transparência são alguns dos aspectos que traduzem a nossa ética empresarial.

Na José de Mello Saúde, enquanto entidade prestadora de cuidados de saúde, as questões éticas assumem ainda mais relevo, daí que um dos valores que orientam a sua actividade sejam o respeito pela dignidade e bem-estar da pessoa.

Essa preocupação central com as questões éticas motivou a criação de um Código de Ética, transversal a todas as Unidades da José de Mello Saúde, bem como a criação do Conselho de Ética, um órgão consultivo da Comissão Executiva da José de Mello Saúde, que tem entre as suas atribuições a responsabilidade pela análise, no plano ético, das questões suscitadas pelos progressos científicos, evolução social e actividade legislativa, nos domínios da biologia, da medicina ou da saúde em geral.

A par do Conselho de Ética, as Unidades de saúde de maior dimensão têm uma Comissão de Ética própria, nos termos da lei. Esta Comissão é composta por elementos internos, a par de personalidades externas com conhecimentos profundos sobre as matérias da ética.



I.6. MODELO ORGANIZATIVO DO GRUPO E ÓRGÃOS DE GOVERNO

Modelo Organizativo

A José de Mello Saúde está actualmente estruturada de acordo com o seguinte modelo organizativo:



Órgãos de Governo

Órgãos Sociais da José de Mello Saúde, S.A.
(INFORMAÇÃO A 31.12.2014)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Salvador Maria Guimarães José de Mello

Vice-Presidentes

Pedro Maria Guimarães José de Mello

João Gonçalves da Silveira

Vogais

Rui Manuel Assoreira Raposo

Maria Amélia Guimarães José de Mello Bleck

Maria Inês Rosa Dias Murteira Bleck

José Carlos Lopes Martins

Vasco Luís José de Mello

Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito

Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães

Paulo Jorge Cleto Duarte

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Salvador Maria Guimarães José de Mello

Rui Manuel Assoreira Raposo

Maria Inês Rosa Dias Murteira Bleck

Vasco Luís José de Mello

Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito

Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Rui Manuel da Costa Ramalhal

CONSELHO FISCAL

Presidente

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral

Vogais

Jose Luis Bonifácio Lopes

João Filipe De Moura-Braz Correa da Silva

Suplente

Miguel Luis Cortes Pinto De Melo

ROC

Ernst & Young Audit & Associados, SROC
representado por Paulo Jorge Luis da Silva

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente

Vasco Alexandre Vieira de Almeida

Secretário

João Vieira de Almeida

UNIDADES DE SAÚDE

(INFORMAÇÃO A 31.12.2014)

HOSPITAL CUF INFANTE SANTO

Catarina Marques da Rocha Gouveia

Administradora-delegada

HOSPITAL CUF DESCOBERTAS

Maria João Guimarães José de Mello

Administradora-delegada



Comissão Executiva da José de Mello Saúde

HOSPITAL CUF PORTO

Rui Manuel Assoreira Raposo

Presidente da Comissão Executiva

Gonçalo Marcelino

Administrador Executiva

Ana Luísa Cardoso

Administradora Executiva

INSTITUTO CUF PORTO

Rui Manuel Assoreira Raposo

Presidente da Comissão Executiva

Gonçalo Marcelino

Administrador Executiva

Ana Luísa Cardoso

Administradora Executiva

HOSPITAL CUF TORRES VEDRAS

HOSPITAL CUF CASCAIS

CLÍNICA CUF BELÉM

CLÍNICA CUF ALVALADE

Maria Madalena P.C.V. Gomes Correia Neves

Administradora-delegada

HOSPITAL DE BRAGA

João António do Vale Ferreira

Presidente da Comissão Executiva

José Luís Ferreira de Carvalho

Administrador Executivo

Maria José Dias Mota Magalhães de Barros

Administradora Executiva

HOSPITAL VILA FRANCA DE XIRA

Vasco Luís de Mello

Presidente da Comissão Executiva

António Manuel Ribeiro Nunes

Administrador Executivo

Pedro Jorge Esteves Bastos

Administrador Executivo

Maria João Germano

Administradora Executiva

DR. CAMPOS COSTA

Rui Manuel Assoreira Raposo

Presidente do Conselho de Administração

SAGIES

João Vilarinho M. Figueira Santos

Administrador Delegado

SPSD

Rosário Sepúlveda

DIREÇÕES CORPORATIVAS
(INFORMAÇÃO A 31.12.2014)

**DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
E QUALIDADE**

Cláudia Simões

PROJECTO ONCOLOGIA

Cristina Tavares Graça e Sofia Braga

LOGÍSTICA

Filipe Loureiro

COMERCIAL

Francisco Malheiro Reymão

PROJECTO EFICIÊNCIA

Francisco Miranda Duarte

HOTELARIA

Gonçalo Bual Durão

FINANCEIRA

João Paulo Silva

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

John Nanclares

AUDITORIA INTERNA

Luís Fernando Lee

COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Margarida Gonçalves

FARMÁCIA

Maria Teresa Pereira

CLIENTE

Nuno Jorge Oliveira

MARKETING

Paula Brito Silva

EXPANSÃO DA REDE

Pedro Lucena Valle

RECURSOS HUMANOS

Rosário Frias

JURÍDICA

Rui Manuel Ramalhal

CANAIS REMOTOS

Silvia Maria Peña Villasuso

**PLANEAMENTO ESTRATÉGICO,
CONTROLO DE GESTÃO E INOVAÇÃO**

Sofia Araujo Fernandes





CONSELHO MÉDICO (INFORMAÇÃO A 31.12.2014)

Presidente

Maria da Piedade Sande Lemos Azcue
Hospital CUF Cascais

Jorge Manuel Alves Draper Mineiro
Hospital CUF Descobertas
 João Carlos Lopes Simões Paço
Hospital CUF Infante Santo
 Fernando Henrique Pires Pardal de Oliveira
Hospital de Braga
 Vítor Manuel Lima Correia da Silva
Hospital CUF Porto
 Carlos Manuel Pires de Pina
Hospital CUF Torres Vedras
 José Valério Rodrigues Leite Pires
instituto CUF
 Carlos Rabaçal
Hospital Vila Franca de Xira

José Inácio Guerreiro Fragata
Consultor Clínico da José de Mello Saúde
 Cláudia Sofia Carvalho Simões
*Directora de Desenvolvimento Organizacional
e de Qualidade da José de Mello Saúde*

CONSELHO DE ENFERMAGEM (INFORMAÇÃO A 31.12.2014)

Presidente

José António Oliveira Coelho
Hospital CUF Infante Santo
 Carlos José Gomes da Costa
Hospital CUF Descobertas
 Fátima Faria
Hospital de Braga
 Sara Maria Almeida Martins
*Hospital CUF Porto e Instituto CUF
Diagnóstico e Tratamento*
 Maria Benilde Rosário Folgado
Hospital CUF Torres Vedras
 Mafalda Sofia Bráz Baptista Sérgio
Hospital CUF Cascais
 Maria Perpétua Bento Santos

José de Mello Residências e Serviços
 Maria José Lourenço
Hospital Vila Franca de Xira
 Cláudia Sofia Carvalho Simões
*Directora de Desenvolvimento Organizacional
e de Qualidade da José de Mello Saúde*

CONSELHO DE ÉTICA (INFORMAÇÃO A 31.12.2014)

Presidente

Paula Cristina Ruivo Duarte Martinho da Silva

Maria Isabel Semedo Carmilo Renaud
 João Paulo Mouro Rosa Camilo Malta
 Padre Nuno João Amador Silvestre Carlos
 Rita Maria Lagos do Amaral Cabral
 José António Oliveira Coelho
*Presidente do Conselho de Enfermagem
da José de Mello Saúde*
 Maria da Piedade Sande Lemos Azcue
*Presidente do Conselho Médico da José
de Mello Saúde*

I.7. PRINCIPAIS INDICADORES E FACTOS RELEVANTES DA ACTIVIDADE

PRINCIPAIS INDICADORES DA ACTIVIDADE

Factos relevantes

Em 2014 a José de Mello Saúde manteve um crescimento sustentado da sua actividade assistencial nas diferentes áreas de actuação do Grupo.

Durante o último ano realizaram-se cerca de 1,8 milhões de consultas (aumento de 14% face a 2013), foram operados cerca de 78 mil doentes (+8% que no homólogo), dos quais 51% em cirurgia de ambulatório, tendo-se registado aproximadamente 79 mil doentes saídos (+6% que no ano anterior). De destacar os mais de 7 mil partos realizados nas Unidades da José de Mello Saúde, o que corresponde a um aumento 7% comparativamente a 2013.

Com efeito, em 2014 as unidades de saúde CUF registaram um crescimento substancial, possibilitando ao Grupo atingir os 532M€ de proveitos consolidados, valor que representa um crescimento de 7,7% face ao ano anterior.

No decurso do último ano, a José de Mello Saúde esteve focada em duas linhas de orientação estratégica - aumento da capacidade para ir de encontro às necessidades da população e foco na qualidade do serviço como elemento basilar da proposta de valor -, das quais resultaram um conjunto de acontecimentos relevantes que acabaram por fazer de 2014 um ano de referência para o Grupo. Segue-se uma breve descrição dos acontecimentos que merecem maior destaque.

Principais Indicadores da Actividade

INDICADORES ASSISTENCIAIS DO GRUPO JOSÉ DE MELLO SAÚDE (milhares)	2013	2014	VARIAÇÃO % 2014/2013
Altas/Doentes Saídos ⁽¹⁾	74,6	78,8	5,6%
Dias de Internamento	409,3	429,9	5,0%
Consultas	1.607,5	1.827,5	13,7%
Urgências	532,1	568,5	6,8%
Doentes Operados	72,6	78,0	7,5%
Partos	6,7	7,2	7,1%

(1) Inclui doentes saídos da UCIP

Principais Indicadores Financeiros

INDICADORES CONSOLIDADOS DA JOSÉ DE MELLO SAÚDE (M€)	2013	2014	VARIAÇÃO % 2013
Volume de Negócios	493,8	532,1	7,8%
EBITDA	45,0	58,6	30,2%
EBITDA / Volume de Negócios	9,1%	11,0%	
EBIT	18,6	35,0	87,9%
EBIT / Volume de Negócios	3,8%	6,6%	
Resultado Líquido	12,6	16,4	30,0%
Rendimento Integral	12,8	29,9	134,2%
Activo Total	353,9	458,0	29,4%
Passivo Total	325,0	399,5	22,9%
Capital Próprio	28,9	58,5	102,6%

Referência igualmente para a apresentação de uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) à Luz Saúde, no decorrer da detecção de uma oportunidade de crescimento e de consolidação no mercado nacional.

(i) Aumento da capacidade para ir de encontro às necessidades da população

○ **Abertura de clínicas de proximidade**

O Grupo inaugurou, em 2014, três clínicas de proximidade, em Mafra, Sintra e São Domingos de Rana. Nos últimos meses do ano foi igualmente lançado o projecto para uma nova clínica em Miraflores, com inauguração prevista para 2015. Esta tipologia de Unidades visa melhorar a resposta à população, através de uma oferta de proximidade numa extensão geográfica mais alargada. A oferta inclui especialidades médicas e cirúrgicas, exames complementares de diagnóstico, análises clínicas e atendimento de enfermagem em regime de ambulatório.

○ **Novas unidades com internamento: Hospital CUF Viseu**

O lançamento do Hospital CUF Viseu visa aumentar o acesso à saúde em áreas geográficas com uma cobertura limitada por parte do sector privado. A área de intervenção deste hospital abrange os 24 concelhos do distrito de Viseu e estende-se para a zona Norte, alcançando o distrito de Vila Real, e alongando-se ao distrito da Guarda. O projecto para o Hospital CUF Viseu inclui 25 camas de internamento, Bloco Cirúrgico, Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente (UCIP) e serviço de Atendimento Permanente.



○ **Aumento da acessibilidade e da capacidade instalada das unidades**

Serão duas as unidades que irão beneficiar de uma melhoria ao nível das infra-estruturas.

Para o Hospital CUF Infante Santo a acessibilidade é uma questão fundamental dada a sua localização e escassez de soluções de estacionamento. Neste enquadramento, foi estabelecido um acordo com a empresa Empark para a construção de um parque de estacionamento com uma área afectada ao hospital.

No Hospital CUF Descobertas será efectuado um investimento para aumentar a capacidade instalada ao nível do internamento e também do ambulatório. O projecto inclui a construção de um novo edifício contíguo ao hospital (totalmente dedicado a ambulatório), estando igualmente prevista a remodelação de um conjunto significativo de espaços no edifício actual.

(ii) Foco na qualidade do serviço como elemento basilar da proposta de valor do Grupo

○ Alienação da Dr. Campos Costa

Na sequência de uma reorientação da estratégia de desenvolvimento da José de Mello Saúde, foi tomada a decisão de vender a participação na Dr. Campos Costa, que o Grupo detinha desde 2006. Esta decisão veio permitir um maior enfoque nas actividades de gestão de unidades hospitalares e de clínicas de ambulatório. A conclusão do processo de venda ocorreu a 6 de Janeiro de 2015.

○ Acreditação do Hospital Vila Franca de Xira pela Joint Commission International

O Hospital Vila Franca de Xira foi acreditado pela Joint Commission International (JCI) após um processo de preparação e de auditoria que tiveram uma duração de 18 meses. A JCI é uma das mais prestigiadas entidades acreditadoras independentes que tem como intuito supervisionar e certificar as unidades de saúde, em todo o mundo, seguindo padrões de qualidade validados internacionalmente.



○ Resposta clínica do Hospital Vila Franca de Xira ao surto de Legionella

A boa resposta clínica, a mobilização interna de todas as áreas do hospital, o apoio e disponibilidade dos corpos clínicos das restantes unidades JMS, a articulação e comunicação entre as equipas internas e as entidades externas, estiveram na base do sucesso da operação que enfrentou o surto de legionella registado na região de Vila Franca de Xira. O excelente serviço prestado levou ao reconhecimento público do Hospital Vila Franca de Xira pelas diversas autoridades de saúde envolvidas.

○ Hospital de Braga no Top 10 dos Hospitais Públicos Nacionais

O Hospital de Braga ficou colocado em décimo lugar no ranking elaborado pela

Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), que avalia o desempenho dos hospitais públicos a nível de internamento e qualidade dos cuidados prestados. Esta foi a primeira vez que o Hospital de Braga ficou colocado nos lugares de topo no ranking elaborado pela ENSP, destacando-se nas especialidades de pediatria e urologia.



○ ***Criação da Academia CUF***

A cultura de excelência e de ambição são um pilar determinante para a melhoria contínua da qualidade dos cuidados de saúde prestados. O ano de 2014 fica também marcado pela estruturação da Academia CUF. A academia pretende assegurar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências dos profissionais das Unidades da José de Mello Saúde, através de programas de formação sustentados nas suas melhores práticas e nos seus valores, com a finalidade de promover a excelência no exercício profissional.

○ ***Atribuição de bolsas de doutoramento***

A José de Mello Saúde criou em 2014 um programa de atribuição até 5 Bolsas anuais no valor de 20.000 euros cada uma, destinada a médicos das Unidades JMS que se encontrem a frequentar programas de doutoramento em Faculdades de Medicina, visando apoiar o desenvolvimento de capacitações clínicas e científicas dos seus médicos.

○ ***Novas funcionalidades no serviço Web e na plataforma myCUF***

Durante o ano de 2014, foram adicionadas aos serviços web e à plataforma myCUF um conjunto de novas funcionalidades que visam melhorar o nível de serviço prestado aos clientes, dotando-os de mais informação e de um acesso mais conveniente às unidades CUF.

○ ***Projectos estruturais de optimização dos circuitos de farmácia e de enfermagem***

Ao longo deste ano foram desenvolvidos diversos projectos estruturais com en-

foque na simplificação e optimização de processos e que visam a melhoria da qualidade do serviço prestado. Neste âmbito, procedeu-se a uma revisão de dois circuitos relevantes no âmbito hospitalar: o circuito do medicamento e o da enfermagem. No primeiro caso, o objectivo colocava-se ao nível da optimização das rotas de distribuição do medicamento, conferindo uma maior rapidez e segurança ao processo. No caso da enfermagem, o foco centrou-se na optimização dos tempos por forma a libertar tempo de tarefas mais administrativas, canalizando-o para actividades de cuidado directo ao cliente.

(iii) Consolidação da actividade

○ Rede CUF

As unidades da rede CUF têm apresentado crescimentos muito significativos. No global do ano foram registadas cerca de 1,3 milhões de consultas (+16% do que no período homólogo), 41 mil doentes operados (+8% do que no período homólogo) e mais de 35 mil doentes saídos do internamento (+7% do que no período homólogo).

Em termos individuais, o Hospital CUF Porto é a unidade que lidera os crescimentos, tendo concluído em 2014 o quarto ano de actividade completo. Os hospitais grandes de Lisboa, apesar de se encontrarem numa fase de maior maturação, continuam a registar, ano após ano, crescimentos muito expressivos. No último ano, os hospitais privados grandes de Lisboa e Porto tiveram um aumento de proveitos de cerca de 19,5M€, o que representa um aumento de 9%. Os Hospitais CUF Cascais e CUF Torres Vedras são também um forte motor de



crescimento, tanto ao nível da prestação de serviços de saúde em ambulatório, como em regime de internamento, beneficiando da abertura de três clínicas de proximidade. Em 2014, o número de doentes operados nas referidas unidades CUF cresceu 13% e o número de doentes saídos do internamento aumentou 63%.



○ *Parcerias público-privadas*

No que se refere aos hospitais geridos em parceria-pública privada, realça-se no Hospital Vila Franca de Xira a realização de mais 273 partos comparativamente ao ano anterior (+23%), o crescimento do número de doentes operados (+12%), das consultas (+18%) e do número de doentes saídos do internamento (+10%), o que reflecte o segundo ano de preenchimento da actividade, após a transferência para o novo edifício, no final de Março de 2013.

Em 2014, destacam-se ainda os excelentes resultados do Hospital de Braga, nomeadamente no que respeita ao crescimento das consultas (+7%), das urgências (+4%) e dos doentes operados (+5%).

○ *Oferta Pública de Aquisição (OPA) à Espírito Santo Saúde*

Em Setembro de 2014, depois de uma avaliação exaustiva, o Conselho de Administração da José de Mello Saúde tomou a decisão de apresentar uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) à Espírito Santo Saúde, considerando que esta seria uma oportunidade de crescimento e de consolidação importante no mercado nacional.

A proposta visava a valorização de ambos os Grupos, dos seus accionistas e dos seus colaboradores, num projecto capaz de se constituir como um centro de competência de base nacional e projecção internacional. A OPA à Espírito Santo Saúde não teve qualquer impacto na actividade, nem nas orientações estratégicas da José de Mello Saúde.



JOSÉ DE MELLO · SAÚDE

RELATÓRIO
CONTAS

2. Eixos de Desenvolvimento

2.1. EXCELÊNCIA CLÍNICA: GOVERNAÇÃO, QUALIDADE CLÍNICA E SEGURANÇA DO DOENTE

CONSELHO MÉDICO DA JOSÉ DE MELLO SAÚDE

A Comissão Executiva da José de Mello Saúde é assessorada pelo Conselho Médico no desenvolvimento do seu projecto clínico. O Conselho Médico assume particular intervenção na elaboração de propostas de iniciativas e projectos que asseguram a transversalização da melhor prática médica, o desenvolvimento da evidência da qualidade clínica, o desenvolvimento do conhecimento clínico, e o enriquecimento da informação clínica e sua gestão.

O Conselho Médico desenvolveu e deu continuidade, em 2014, a um conjunto de actividades algumas das quais abaixo referidas, tendo por base uma moldura metodológica que pretende consolidar o modelo de governação clínica da José de Mello Saúde:

- Na área da gestão do risco com o lançamento de um programa de actuação para a segurança nos blocos operatórios, consolidando as melhores práticas neste campo;





- Na área da formação através do Departamento de Formação Médica, com o suporte fornecido ao programa de formação pré e pós graduada, assim como em particular, ao programa de formação em emergência médica;
- Na área da avaliação da performance com o suporte à manutenção da participação em sistemas de avaliação e reconhecimento externo, como o programa Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) e em sistemas de benchmarking internacionais para os indicadores de resultados clínicos, nomeadamente o Iametrics;
- Na área da transparência de resultados com o patrocínio da publicação e divulgação alargada a todos os stakeholders dos resultados clínicos obtidos, através do Relatório da Qualidade Clínica 2013.

CONSELHO DE ENFERMAGEM DA JOSÉ DE MELLO SAÚDE

A par do Conselho Médico, o Conselho de Enfermagem é um órgão de assessoria à Comissão Executiva da José de Mello Saúde, tendo em vista o desenvolvimento do seu projecto clínico.

Durante o ano de 2014, o Conselho de Enfermagem reforçou as iniciativas nas seguintes áreas: Qualidade e Boas Práticas; Eficiência; Formação, Ensino e Investigação; Sistemas de Informação em Enfermagem e Experiência do Cliente. No âmbito da qualidade e boas práticas foi desenvolvido pela Comissão de Boas Práticas do Bloco Operatório o manual operacional desta área, no qual políticas e procedimentos foram alvo de um processo de standartização.

Tendo como pano de fundo a sustentabilidade e a experiência do cliente, em particular nos episódios de internamento, o Conselho de Enfermagem patrocinou

um estudo de caracterização da afectação do tempo de enfermagem. A conclusão deste estudo permitiu accionar novos métodos e procedimentos que favorecem o enriquecimento da relação enfermeiro-doente.

Na área de avaliação da performance, a metodologia de avaliação de cuidados de enfermagem foi reforçada. O plano de auditorias foi assegurado e foram desenvolvidas auditorias entre unidades da José de Mello Saúde, no sentido de alavancar a isenção e partilha da metodologia.

A formação voltou a estar nas prioridades do Conselho de Enfermagem através da Academia CUF e do desenvolvimento do plano de acção anual para a formação pós-graduada.

De destacar ainda o trabalho realizado no plano da optimização e standartização dos registos de enfermagem. Neste campo, tiveram particular relevância as iniciativas ligadas à portabilidade e à simplificação de registos no processo de registo electrónico.

QUALIDADE CLÍNICA

Tal como já referido, a qualidade clínica é o elemento central da proposta de valor da José de Mello. Como tal continua a assentar a sua estratégia numa procura contínua da obtenção dos melhores resultados clínicos, comparáveis com a melhor prática mundial.



Desta forma, em 2014, a José de Mello Saúde:

- Implementou a ferramenta de controlo do programa de vigilância epidemiológica HEPIC, potenciando com este a adopção das melhores práticas do controlo de infecção;
- Consolidou a participação no Programa de Benchmarking Externo – Iametrics, apresentando nesta data resultados abaixo do padrão esperado de resultados com ajuste ao risco;
- Consolidou a participação das suas Unidades no Programa do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS), desenvolvido pela Entidade Reguladora da Saúde;

- Manteve a sua participação no Registo Oncológico Regional (Norte - RORE-NO, e Sul - ROR Sul), mantendo a qualidade da informação registada. Neste âmbito procedeu a uma avaliação de resultados estudando todos os doentes cujo diagnóstico e primeiro tratamento foram efectuados nos hospitais CUF de Lisboa, entre 2005 e 2008, e avaliando a sobrevivência dos mesmos a 31 de Dezembro de 2013;
- Publicou e divulgou o documento Relatório da Qualidade Clínica 2013, símbolo do primado da transparência nesta matéria.

SINAS – RESULTADOS 2014

No âmbito do Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS), a José de Mello Saúde voltou a obter em 2014, tal como em 2013, o reconhecimento do cumprimento de todos os parâmetros de qualidade exigidos, em todas as suas unidades e em todas as dimensões em avaliação: excelência clínica, segurança do doente, instalações e conforto, focalização no utente e satisfação do utente. Todas as Unidades obtiveram ainda a classificação mais elevada (3+) nas dimensões de Segurança do Doente, Instalações e Conforto e Focalização no Utente. Nas áreas de excelência clínica, as Unidades da José de Mello Saúde também se distinguiram pela classificação de 3+ nomeadamente no Enfarte Agudo do Miocárdio (Hospital de Braga), no AVC (Hospital de Braga), nas Histerectomias (Hospital Vila Franca de Xira), na Ortopedia-cirurgia anca/joelho (Hospital Vila Franca de Xira) e Cirurgia de Ambulatório (Hospital de Braga e Hospital CUF Cascais), na Obstetrícia e na UCI (Hospital de Braga):

Todas as Unidades da José de Mello Saúde têm as 5 estrelas no 1º nível de avaliação.

	Excelência Clínica	Segurança do Doente	Instalações Conforto	Focalização no Utente	Satisfação do Utente
HCD	★	★	★	★	★
HCIS	★	★	★	★	★
HCP	★	★	★	★	★
HB	★	★	★	★	★
HVFX	★	★	★	★	★
HCC	★	★	★	★	★
HCTV	★	★	★	★	★

★ Prestador cumpre com todos os parâmetros de qualidade exigidos

HCD - Hospital CUF Descobertas | HCIS - Hospital CUF Infante Santo | HCP - Hospital Cuf Porto | HB - Hospital Braga
HVFX - Hospital Vila Franca de Xira | HC - Hospital CUF Cascais | HCTV - Hospital CUF Torres Vedras

Também no SINAS Saúde Oral, as Unidades da José de Mello Saúde viram reconhecido o cumprimento de todos os parâmetros de qualidade exigidos, em todas as dimensões em avaliação: registo e licenciamento, organização e procedimentos, segurança do doente e adequação e conforto das instalações.

No campo da qualidade clínica e dos resultados clínicos obtidos, as unidades da José de Mello Saúde destacam-se no seu exercício de benchmark, pela obtenção de resultados positivos dos índices ajustados ao risco, como a demora média, a mortalidade e as readmissões, entre outros.

Estes resultados transparecem a qualidade dos cuidados prestados, nomeadamente quando cruzados com o índice de complexidade da sua actividade clínica.

SEGURANÇA DO DOENTE

A José de Mello Saúde manteve em 2014, o investimento com a Segurança do Doente. Destacamos nesta área algumas acções com carácter inovador:

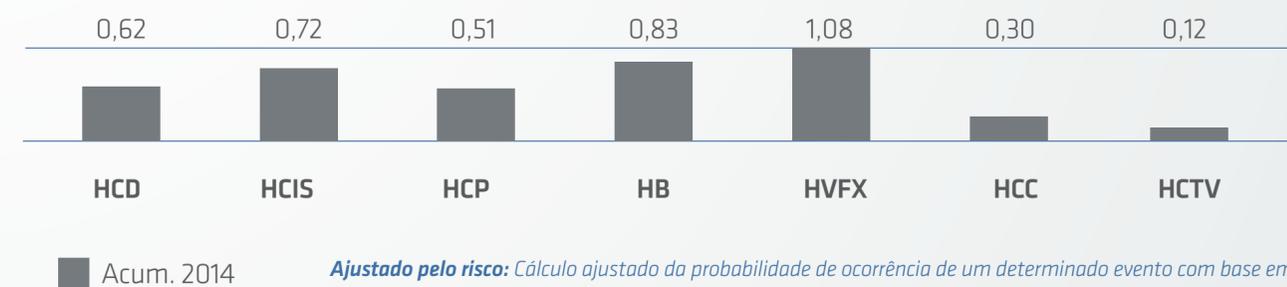
- Acções de fomento dos registos de Eventos Adversos, registando-se em 2014 um aumento de reportes evidenciando o crescente envolvimento dos profissionais;
- Início da implementação da metodologia de avaliação do risco no reporte e gestão de eventos adversos;
- Realização da campanha de segurança do bloco operatório; um programa completo de actuação para a consolidação das melhores práticas de segurança nesta área;

	Registo e Licenciamento	Organização e Procedimentos	Segurança do Doente	Adequação e Conforto das Instalações
HCD	★	★	★	★
HCIS	★	★	★	★
HCP	★	★	★	★
HB	★	★	★	★
HVFX	★	★	★	★
HCC	★	★	★	★
HCTV	★	★	★	★

★ Prestador cumpre com todos os parâmetros de qualidade exigidos

HCD - Hospital CUF Descobertas | HCIS - Hospital CUF Infante Santo | HCP - Hospital CUF Porto | HB - Hospital Braga
HVFX - Hospital Vila Franca de Xira | HC - Hospital CUF Cascais | HCTV - Hospital CUF Torres Vedras

IMAR - Índice de Mortalidade ajustado pelo Risco



- Lançamento da linha de comunicação para alertas de segurança, que visa a comunicação de proximidade nos locais de prestação directa de cuidados de saúde.

GESTÃO DA QUALIDADE

Em 2014, a José de Mello Saúde manteve o objectivo de angariação de graus de reconhecimento externo isentos para as suas unidades, quer no campo da certificação dos sistemas de gestão da qualidade, quer na acreditação da sua prestação de cuidados de saúde.

Desta forma, nas unidades da Rede CUF, mantiveram-se as certificações de acordo com o referencial ISO 9001:2008, do Hospital CUF Infante Santo, do Hospital CUF Descobertas, do Hospital CUF Torres Vedras, da Clínica CUF Mafra, do Hospital CUF Cascais, do Hospital CUF Porto, e do Instituto CUF Porto.

Nas unidades em regime de PPP, o Hospital de Braga manteve a acreditação global pelo modelo CHKS e certificou, pela ISO 9001:2008, os serviços de suporte, num esforço de evidência da qualidade clínica, da gestão de processos e da sua auto-regulação. A estes galardões o Hospital de Braga juntou em 2014 a certificação OHSAS 18001, tornando-se no primeiro hospital em Portugal a estar certificado no âmbito do seu sistema de segurança e saúde ocupacional.

O Hospital Vila Franca de Xira, no ano de 2014, manteve as certificações do seu sistema de gestão da qualidade nos serviços de suporte, de acordo com a norma ISO 9001:2008 e do seu sistema de gestão ambiental, pela ISO 14001. No último trimestre de 2014, o Hospital Vila Franca de Xira alcançou a acreditação pela Joint Commission International, tal como referido anteriormente.

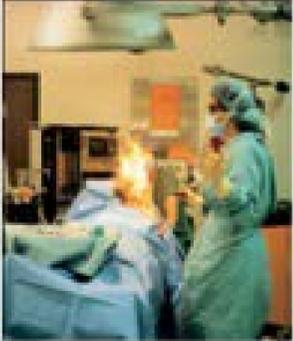
!

ALERTA: Incêndios – Bloco Operatório

SEGURANÇA
DA SAÚDE

HISTÓRICO
No passado recente nas Unidades da José de Mello Saúde verificaram-se “incêndios no Bloco Operatório”, com impactos variáveis mas que importa prevenir, pelo risco potencial de repetição e pela perigosidade associada.

TEORIA
Os incêndios no Bloco Operatório acontecem mesmo, e também nos melhores hospitais, mas são preveníveis!
Têm a mesma incidência das “Cirurgias Erradas” e envolvem, em 70% das situações o equipamento electro-cirúrgico.
Envolvem com frequência a cabeça e o pescoço e estão sempre associados a suplementação com oxigénio puro. Para que ocorra um incêndio devem estar **todos** reunidos em proporções certas: um **COMBURENTE** (Oxigénio) uma fonte de **IGNIÇÃO** (faísca) e um material **COMBUSTÍVEL** – o chamado “triângulo de fogo”.



RECOMENDAÇÕES:

- Não utilizar oxigénio puro em circuito aberto nas cirurgias de cabeça, de face, de pescoço e na parte superior do tórax
- Em circuito aberto, na face, use só ar medicinal ou oxigénio a 20%
- Se tiver usado oxigénio puro, não use dispositivos de ignição e, se precisar destes, ventile primeiro com fluxo de ar medicinal a 2-30 l/m para dissipar todo o oxigénio. Só então use dispositivos eléctricos!
- Trabalhe na traqueia só com dispositivos “fríos” – resaca ou canivete
- Sempre que utilize electrocirurgia, electrocauterio ou laser, na proximidade de oxigénio ou das vias aéreas realize um “briefing” de equipa, destacando o risco de incêndio

TRIÂNGULO do FOGO

IGNIÇÃO	COMBURENTE	COMBUSTÍVEL
Misturi Eléctrica Laser Fibra Óptica Defibriladores	OXIGÉNIO	Agentes Desinfectantes Cama e Compresas Cabelo das Doentes

Operating Room Fire Control J. 2011 Spring; 33(1): 37-43.

Exemplo de alerta de segurança

O processo de acreditação envolveu a realização de auditorias rigorosas a toda a actividade e procedimentos do hospital. Foram avaliados mais de mil parâmetros e cerca de 300 padrões de excelência, focados na qualidade da prestação de cuidados e segurança do doente.

2.2. EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

A José de Mello Saúde tem uma preocupação constante em assegurar a satisfação dos clientes, promovendo a melhor experiência possível ao longo de toda a cadeia de valor. Assente nesta preocupação, têm sido desenvolvidas soluções nas mais variadas dimensões, de onde se destacam as seguintes: (i) a marcação de consultas online e em tempo real, (ii) a introdução de quiosques para admissão mais rápida, (iii) o envio de SMS para familiares durante uma cirurgia, (iv) a criação de assistentes dedicados para os clientes em áreas como oncologia ou cirurgia, ou (v) o desenvolvimento do portal do cliente onde este pode gerir toda a relação com as unidades da rede CUF e dos seus descendentes.

Ao longo dos últimos anos, têm-se verificado alterações significativas ao nível do comportamento e conhecimento do cliente de saúde. Com o desenvolvimento das novas tecnologias, este cliente exige eficiência no seu atendimento, mais e melhor informação e um acompanhamento mais personalizado.

Alinhada com as actuais tendências de mercado e com o objectivo de superar as expectativas dos seus clientes, a José de Mello Saúde desenhou em 2014 a estrutura de um novo modelo de relacionamento administrativo com o cliente,





que permitirá conhecê-lo e apoiá-lo melhor e ter uma gestão mais eficiente do atendimento. Este novo modelo começará a ser implementado no primeiro trimestre de 2015, e tem como principal objectivo tornar a relação com o cliente mais pessoal e menos transaccional, automatizando o atendimento de rotina, evitando idas ao balcão desnecessárias e garantindo que existe uma apoio mais proactivo aos cliente nos casos de maior necessidade e/ou complexidade.

RELAÇÃO COM O CLIENTE

A José de Mello Saúde tem sido pioneira na integração das novas tecnologias para chegar mais perto e agilmente aos seus clientes, dando resposta às necessidades dos mesmos e facilitando e otimizando as interações com as diversas unidades da rede CUF.

A José de Mello Saúde acredita que a aposta numa estratégia de gestão eficiente e integrada dos diferentes canais de interação com o cliente é fundamental. O desenvolvimento e a integração da área digital é certamente uma das melhores respostas para este desafio, complementada com o apoio do serviço telefónico. Esta abordagem multicanal permite robustecer e capitalizar a relação com o cliente, proporcionando-lhes uma melhor experiência em termos de qualidade clínica, comodidade, acessibilidade e conveniência.

A área pessoal myCUF é disto um bom exemplo, podendo o cliente ter acesso à sua informação de todas as interações com a rede CUF: histórico de actividade dos últimos três anos nas diferentes unidades, resultados dos seus exames, informação sobre facturas, pagamento online, possibilidade de fazer marcações,

entre outras. A área pessoal myCUF encontra-se acessível através de diferentes dispositivos como o telemóvel, tablet ou computador, estando, registadas cerca de 63.000 activações, até ao fim de 2014.

Também a marcação de consultas via web têm-se revelado um serviço muito valorizado pelos clientes, apresentando um aumento de 55% face ao ano anterior (cerca de 150.000 marcações online e pedidos de marcação em 2014).

Os crescimentos do canal telefónico (+ 15% face o passado ano) e da área web (+ 70% de tráfego nos websites) acompanham o aumento da procura dos serviços a nível de cuidados de saúde, o que torna evidente a importância de uma correcta estratégia multicanal na relação com o cliente.

Segmentação de Clientes

O sector privado de saúde em Portugal está a atravessar uma mudança de paradigma no que respeita à relação entre os clientes, as unidades de saúde e os seus profissionais.

No que diz respeito aos prestadores, observa-se a uma concentração de operadores, que detêm infraestruturas de grande dimensão e complexidade, oferecendo um conjunto alargado e integrado de produtos e serviços em áreas clínicas e complementares. Por outro lado, as alterações na mentalidade de quem procura cuidados de saúde, potenciadas pela facilidade de acesso à informação e uma maior flexibilidade na escolha do prestador, vieram influenciar a relação de fidelização tipicamente existente em sectores como a saúde, onde o risco percebido no consumo dos produtos/serviços é maior. Por estas razões existe hoje um maior grau de exigência no que respeita à prestação do serviço médico e



serviços complementares que impactam a percepção de qualidade final do produto ou serviço, como por exemplo as instalações, facilidade de acesso e marcações de consultas/intervenções médicas, cumprimento dos horários, empatia com o pessoal médico e auxiliares, entre outros.

Neste contexto e dado existirem no mercado português vários players de elevada dimensão e visibilidade, com ofertas transversais na área da saúde a escolha do prestador preferencial pelo cliente é baseada numa lógica de experimentação. Neste sentido, a fidelização de clientes torna-se cada vez mais importante, já que os clientes optam por experimentar diversas alternativas, de forma cíclica, até estabilizarem, deixando do lado dos prestadores o enorme desafio de encontrar formas de os conquistar e fidelizar.

A CUF, enquanto líder de mercado, aposta fortemente em mecanismos de conhecimento dos seus clientes, fundamentais para o desenvolvimento de produtos e serviços adaptados às suas necessidades e para o estabelecimento de relações duradouras.

Recentemente foi realizado um trabalho de análise e segmentação do mercado, no qual os clientes foram agrupados de acordo com padrões de consumo análogos, tendo esta análise culminado na caracterização de grupos com necessidades semelhantes, permitindo lançar a oferta dirigida, com uma mensagem clara e adequada a cada segmento. Este trabalho foi desenvolvido com recurso a análises quantitativas e qualitativas, baseada em critérios de segmentação geográfica, de fidelização e padrões de consumo, que permitiu chegar à seguinte segmentação de clientes:



2.3. RECURSOS HUMANOS

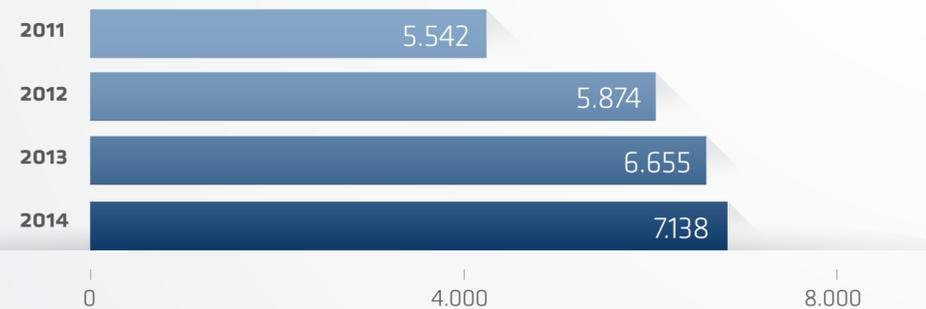
À semelhança do que se tem vindo a observar nos últimos anos, e acompanhando o crescimento da José de Mello Saúde no seu sector de actividade, em 2014 verificou-se um aumento considerável do número de colaboradores. Este deveu-se não só ao crescimento orgânico dos dois hospitais em regime de parceria público-privada em Braga e Vila Franca de Xira, mas também à aposta estratégica nas Clínicas de proximidade, como Mafra, Sintra e S. Domingos de Rana.

No final do ano de 2014, a JMS contava com mais de 7.000 colaboradores.



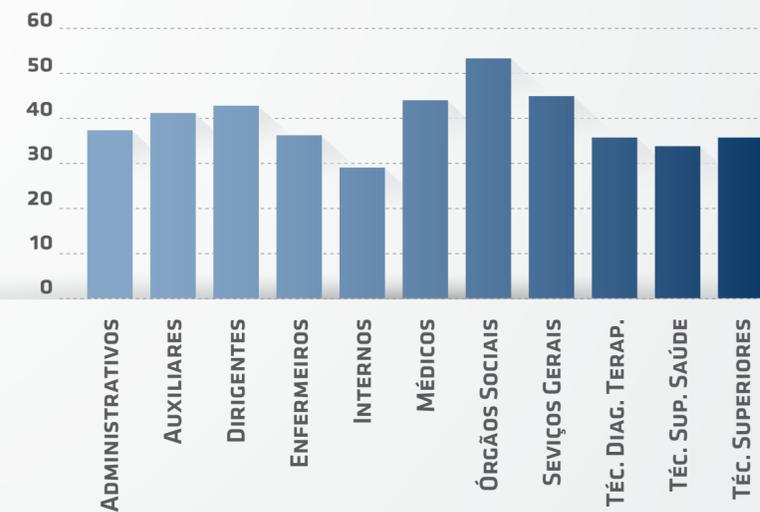
Evolução do nº de colaboradores

Total de Colaboradores



Média de Idades por grupo profissional

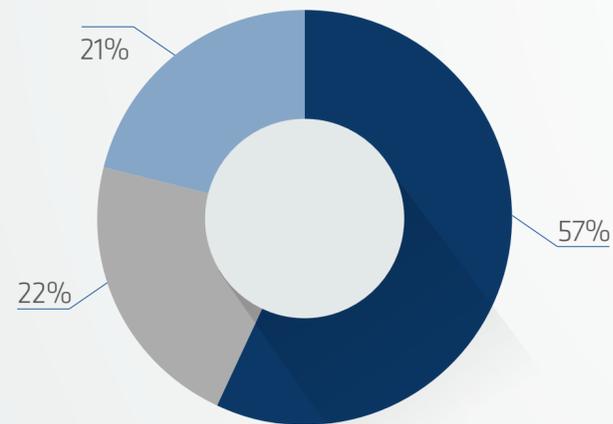
Total 38.3





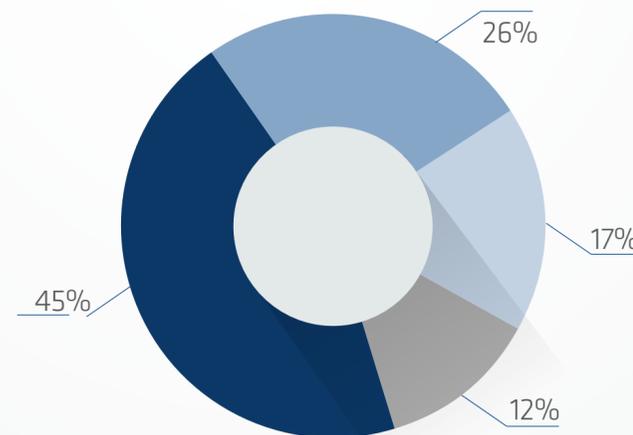
Caracterização do universo de colaboradores da José de Mello Saúde

Habilitações



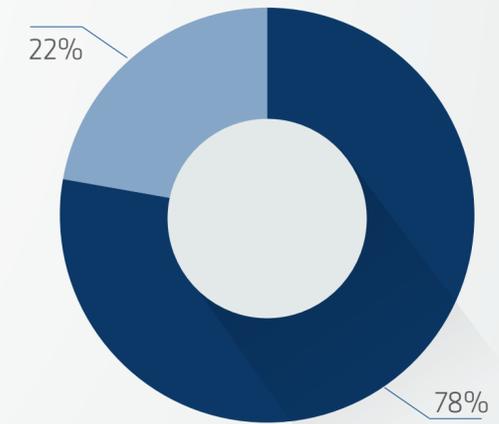
- ENSINO BÁSICO
- ENSINO SECUNDÁRIO/PROFISSIONAL
- ENSINO SUPERIOR

Antiguidade



- ATÉ 2 ANOS
- DE 2 A 4 ANOS
- DE 4 A 6 ANOS
- MAIS DE 6 ANOS

Gênero



- MASCULINO
- FEMININO

CULTURA E VALORES DA JOSÉ DE MELLO SAÚDE

A José de Mello Saúde acredita que os colaboradores são um elemento determinante na concretização da sua visão e que uma adequada gestão dos seus talentos contribui fortemente para o seu futuro sustentável.

Uma política de Recursos Humanos em sintonia com a estratégia da organização, tendo por base os seus valores, resulta num alinhamento dos colaboradores e numa consequente vantagem competitiva para a José de Mello Saúde.

Fortalecer a cultura, fomentando a partilha de valores e princípios, traduzidos em normas de actuação do grupo, são pilares fundamentais da política de Recursos Humanos da José de Mello Saúde.

A transmissão de cultura e valores é verificada em diversos momentos da vida da organização, desde o acolhimento a colaboradores, aos programas de integração ou às actividades regulares de formação.

ANO DO COLABORADOR

Cientes da importância de ter uma cultura forte, em 2014 foi desenvolvido um projecto específico que contribuiu para o reforço da cultura organizacional e do espírito de grupo denominado “Ano do Colaborador”. Este plano desenvolveu iniciativas em quatro áreas de actuação: Informação/ Conhecimento, Desporto, Solidariedade e Lazer. Foi criada uma identidade específica para o Ano do Colaborador – EU SOU JOSÉ DE MELLO SAÚDE – e para cada uma destas quatro áreas foi implementado um plano de acções ao longo do ano, com iniciativas em todas as Unidades da José de Mello Saúde. Em termos de objectivos específicos, na área da informação o Ano do Colaborador desenvolveu acções que

EU SOU
JOSÉ DE MELLO SAÚDE

ATIVO
INFORMADO
MADO
SOLIDÁRIO
FELIZ

tiveram como objectivo contribuir para um maior e melhor conhecimento de temas úteis; na área do desporto pretendeu-se apoiar os colaboradores através de acções que incentivaram um estilo de vida mais saudável; na área do bem-estar reforçou-se o espírito positivo e alegre, dinamizando actividades lúdicas e comemorativas; e na área da solidariedade pretendeu-se fomentar a responsabilidade social contribuindo para comportamentos mais solidários quer no meio profissional, quer pessoal. Foram desenvolvidas mais de 170 acções, distribuídas por todas as Unidades, ao longo de todo o ano.

GESTÃO DO TALENTO

Atrair e reter Talento de forma integrada é mais um pilar da política de Recursos Humanos da José de Mello Saúde, o que é desenvolvido através de um processo sistemático de identificação, avaliação, desenvolvimento e retenção dos colaboradores com potencial de crescimento e comprometidos com a nossa missão e valores. É intenção da José de Mello Saúde ser reconhecida como uma das melhores empresas para trabalhar.

Desde 2009 que a José de Mello Saúde tem vindo a apostar fortemente em Programas de Gestão do Talento e Desenvolvimento das suas Pessoas.

Como exemplo da política de identificação e atracção de talento importa referir o “ Programa +Talentos ”, que tem como objectivo atrair jovens com alto potencial de desenvolvimento, vindos de reconhecidas Escolas de Gestão.

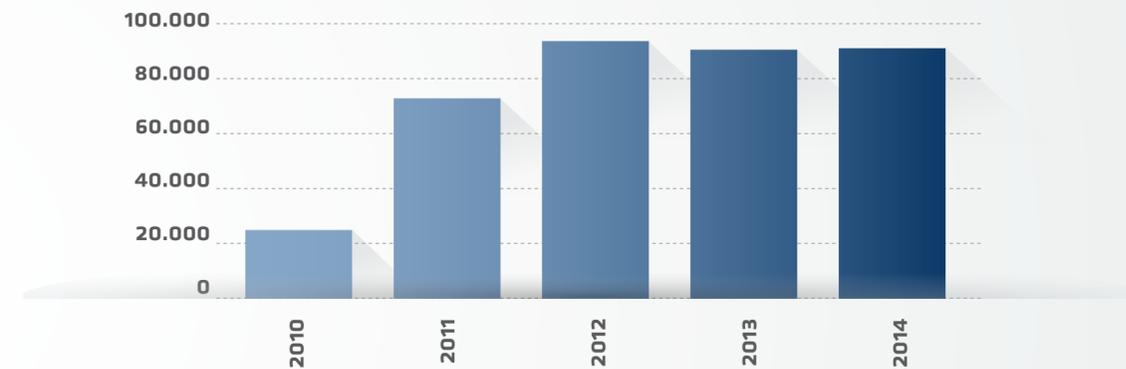
A aposta no talento é feita transversalmente tendo em conta as funções críticas e os desafios e objectivos estratégicos. De destacar em 2014 o programa de talento clínico no qual foram envolvidos mais de 200 profissionais da grande maioria das Unidades.

FORMAÇÃO

A José de Mello Saúde está fortemente empenhada em promover a capacitação e o desenvolvimento dos seus colaboradores.

A Academia CUF é uma unidade do Grupo que pretende responder a este desafio. Tem como missão assegurar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências dos profissionais das Unidades da José de Mello Saúde, o que se concretiza através do incentivo à autoformação e à prática de investigação,

Horas de Formação



privilegiando a transversalidade dos projectos e fomentando o intercâmbio e a divulgação das “boas práticas” entre as Unidades de Saúde e outras Instituições de Saúde e de Educação.

Cada vez mais e melhores, os planos de formação internos das unidades e as respectivas iniciativas de desenvolvimento estão alinhados a esta estratégia comum, com a preocupação em garantir:

- Difusão de conhecimento chave e da cultura;
- Adaptação das competências competitivas;
- Melhoria contínua na prestação de serviços de Saúde.

Em 2014, a aposta na formação continuou com projectos de desenvolvimento de competências. As mais de 87.000 horas formativas recebidas pelos colaboradores da José de Mello Saúde, nas mais distintas áreas evidenciam bem esta realidade. Realçamos, durante o ano de 2014, a grande aposta e investimento na formação em Suporte Avançado Vida, adulto e pediátrico, e nas acções desenvolvidas no âmbito da Certificação da Join Commission Internacional do Hospital Vila Franca de Xira.

Continua a ser evidente o investimento no desenvolvimento de competências técnicas (88% do volume total de horas de formação), com o objectivo de alcançar uma diferenciação e excelência dos profissionais no desempenho da sua função.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Gerir o desempenho, estimulando e premiando os comportamentos que levem à prossecução dos objectivos da organização é outro dos pilares da Política de Recursos Humanos da José de Mello Saúde.

A avaliação de desempenho é um instrumento fundamental na gestão das pessoas, permitindo alinhar os comportamentos à cultura desejada e aos objectivos de negócio. São estes instrumentos de Gestão que tornam as organizações mais maduras e exigentes e, em simultâneo, fazem dos seus colaboradores profissionais mais competentes e conscientes dos seus desafios.

Com o crescimento que se tem verificado nos últimos anos - e com o foco claro nas pessoas - a aposta em 2013 e 2014 centrou-se na melhoria das políticas de Gestão de Desempenho de Recursos Humanos. De destacar a revisão do Modelo



de Avaliação de Desempenho e Política de Remunerações.

Acreditamos que a estratégia do negócio tem que estar alicerçada numa clara estratégia de desenvolvimento dos seus colaboradores. É esta riqueza humana que, incorporada nas pessoas, traz valor às organizações.

RECRUTAMENTO

Como resultado do crescimento da José de Mello Saúde, em 2014 foram admitidos mais de 1400 novos colaboradores para as diferentes unidades de saúde. Estes valores reflectem não só o reforço das equipas já existentes (essencialmente nos dois Hospitais em regime de parceria público-privada), mas também a abertura de três clínicas de proximidade - em Mafra, Sintra e São Domingos de Rana.

2.4. ENSINO E INVESTIGAÇÃO

Intensificou-se, em 2014, a participação das Unidades José de Mello Saúde no ensino médico pré e pós-graduado registrando-se também um incremento da investigação clínica, nomeadamente no número de ensaios clínicos iniciados e em processo de autorização.

2.4.1 ENSINO MÉDICO PRÉ E PÓS-GRADUADO

No âmbito do protocolo de cooperação entre a José de Mello Saúde e a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova e das demais iniciativas de ensino nas Unidades, foram desenvolvidas as seguintes actividades:

Hospital CUF Infante Santo:

- Regência de Otorrinolaringologia, acolhendo cerca de 280 alunos por ano;
- Regência de Gastrenterologia, formando cerca de 260 alunos por ano;
- Participação no PECLICUF - Programa de Estágios Clínicos nos Hospitais e Clínicas CUF, uma iniciativa protocolada com a Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Médicas, destinada a facultar estágios em diversas especialidades a alunos durante as férias. De novo, em 2014, este programa decorreu com vasta participação e assinalado sucesso;
- Formação de internos da especialidade de Otorrinolaringologia.

Hospital CUF Descobertas:

- Formação de alunos do 6º ano do Mestrado Integrado de Medicina nas especialidades



- de Medicina Interna, Pediatria, Cirurgia Geral e Ginecologia/Obstetrícia;
- Programa de “fellowships” em Ortopedia, ao abrigo do acordo celebrado com a Associação Europeia de Ortopedia;
- Estágios de Verão para médicos das especialidades de Pediatria, Medicina Interna, Cirurgia Plástica, Ortopedia e Ginecologia – Obstetrícia;
- Participação no programa de estágios PECLICUF;
- Formação de internos da especialidade de Imunoalergologia, Otorrinolaringologia e Pediatria.

Hospital CUF Porto

- No âmbito da afiliação do Hospital CUF Porto com a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, o Hospital participou na formação de alunos do 6º ano de Mestrado Integrado de Medicina e nas especialidades de Angiologia e Cirurgia Vascul, Anestesiologia, Cirurgia Geral, Ginecologia/Obstetrícia, Medicina Interna, Pediatria.
- Participação no programa de estágios PECLICUF.

Hospital de Braga:

- Sendo um hospital com ensino universitário, o Hospital de Braga desenvolve uma intensa actividade de formação médica pré-graduada com alunos da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho, com a qual o Hospital tem uma forte colaboração em parceria e uma estreita articulação. Foi facultada formação na modalidade de “residências” a mais de seis centenas de alunos da ECS;
- De salientar também o apoio a estágios diversos a internos de Medicina Geral e Familiar;
- À semelhança de anos anteriores decorreram estágios de verão de alunos de medicina do 2º ao 6º ano de Universidades estrangeiras, ao abrigo de programas de intercâmbio com a Universidade do Minho.
- Formação de internos em formação específica, em vinte e quatro especialidades.

Hospital Vila Franca de Xira:

- Formação de alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, em Pediatria e Medicina Interna;



- Formação de alunos da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, em Cirurgia Geral, Ginecologia/ Obstetrícia, e Cardiologia;
- Formação de alunos do 4º ano, da Universidade Nova de Lisboa, na especialidade de Pediatria;
- Formação de internos nas especialidades de: Cardiologia, Cirurgia Geral, Medicina Interna, Ortopedia e Pediatria;
- De salientar também o apoio a estágios diversos a internos de Medicina Geral e Familiar.

A José de Mello Saúde desenvolve, através das suas unidades hospitalares, um significativo esforço na formação de médicos especialistas em Portugal, no montante aproximado de 7 milhões de euros por ano.



2.4.2 INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

Prosseguiu em 2014 o esforço de captação de ensaios clínicos, junto de promotores e de “contract research” organizativas, com os resultados que constam do quadro seguinte:

Internato Médico nas Unidades JMS 2014

HOSPITAIS	Nº DE INTERNOS	
	ANO COMUM	FORMAÇÃO ESPECÍFICA
Hospital CUF Infante Santo		2
Hospital CUF Descobertas		6
Hospital CUF Porto		
Hospital Braga	54	170
Hospital Vila Franca Xira	24	32
TOTAL	78	210

Ensaio Clínicos a decorrer nas Unidades JMS

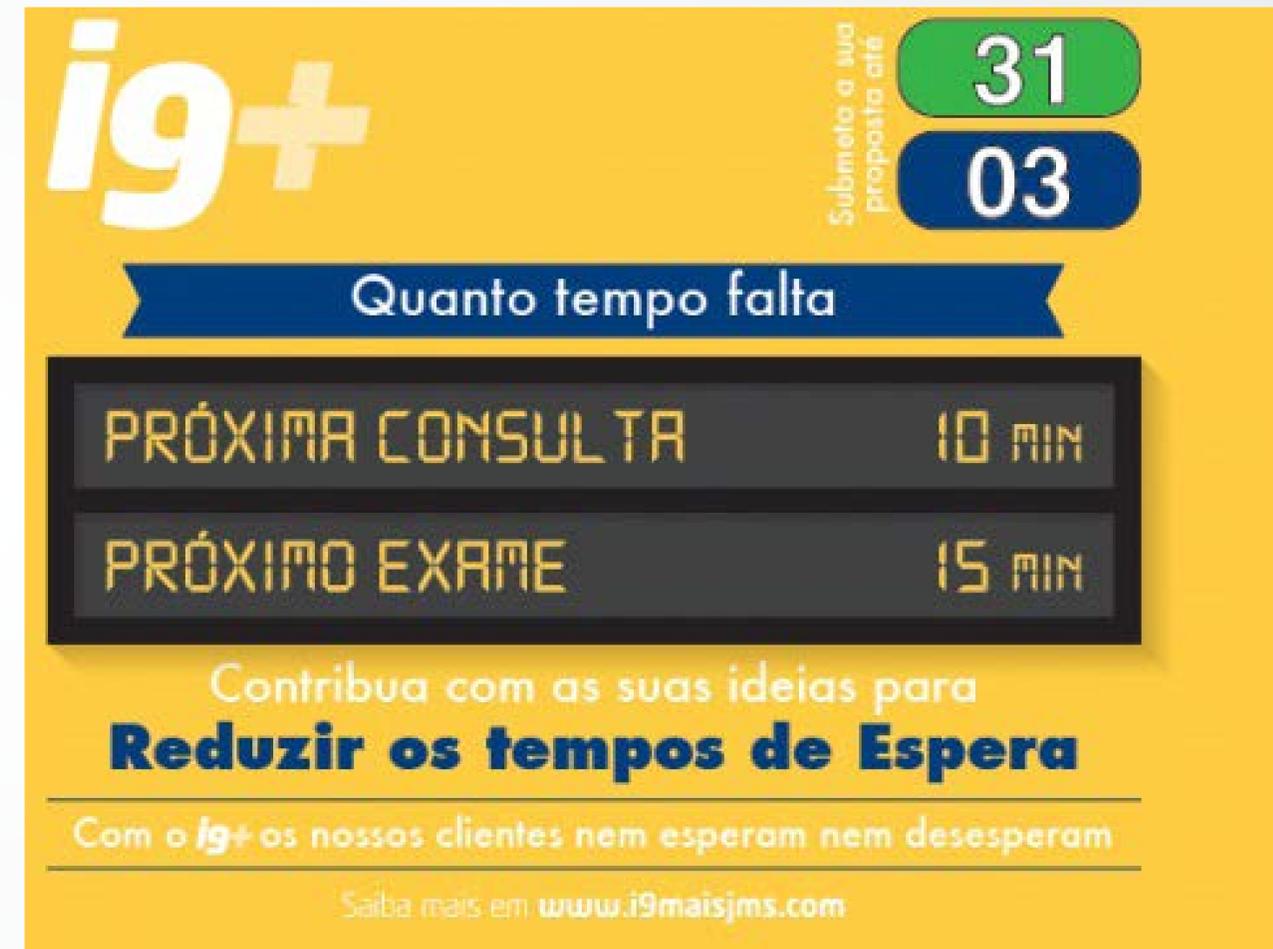
HOSPITAIS	2013	2014
Hospital CUF Infante Santo	3	2
Hospital CUF Descobertas	6	9
Hospital CUF Porto	4	6
Hospital Braga	16	17
Hospital Vila Franca Xira	-	5

2.5. INOVAÇÃO

2014 caracterizou-se por ser um ano de consolidação das diferentes áreas de actividade no Núcleo de Inovação da José de Mello Saúde, garantindo que as iniciativas em desenvolvimento estavam alinhadas com as necessidades e respectivas prioridades estratégicas da organização. Entre os diversos objectivos, esteve uma preocupação constante em contribuir para a criação de valor de forma sustentada. Na prática este trabalho traduz-se num apoio às equipas de gestão, de forma diferenciada, com o objectivo de melhorar a experiência do cliente, potenciar a margem e aumentar a eficiência dos principais processos. Nesse sentido, o Núcleo de Inovação da José de Mello Saúde esteve focado em 3 áreas prioritárias:

FERRAMENTAS DE FOMENTO DA CULTURA DE INOVAÇÃO

Entre diversas iniciativas, a plataforma I9+ foi uma das áreas prioritárias. Com o objectivo de captar projectos e ideias inovadoras dos colaboradores, que possam ser implementadas/transversalizadas na organização, esta plataforma tornou-se uma ferramenta útil de partilha de conhecimento e criatividade. Em 2014, foram introduzidas algumas alterações nos processos associados ao I9+, com o objectivo de melhor testar e robustecer as propostas, contribuir para uma melhor qualidade e estruturação das mesmas e melhorar os hard e soft skills dos autores. Garantiu-se igualmente que os autores das propostas pré-seleccionadas recebiam formação específica no desenvolvimento das mesmas, com o apoio do Instituto Pedro Nunes de Coimbra. No que ao i9+ diz respeito, o ano



The graphic features a yellow background with the 'i9+' logo in white and blue. It includes a counter for proposals submitted (31) and a counter for proposals accepted (03). A central digital display shows 'PRÓXIMA CONSULTA 10 MIN' and 'PRÓXIMO EXAME 15 MIN'. The text encourages users to contribute ideas to reduce waiting times and provides the website www.i9maisjms.com for more information.

i9+

Submeta a sua proposta até **31**
03

Quanto tempo falta

PRÓXIMA CONSULTA 10 MIN
PRÓXIMO EXAME 15 MIN

Contribua com as suas ideias para
Reduzir os tempos de Espera

Com o **i9+** os nossos clientes nem esperam nem desesperam

Saiba mais em www.i9maisjms.com

fica ainda marcado pela criação de um evento informal com a participação de 200 colaboradores, no qual foram apresentadas as melhores propostas do ano. Após a 5ª edição, que decorreu entre 1 de Abril e 31 de Setembro, o i9+ já recebeu

mais de 200 propostas, sendo que 12% foram seleccionadas para implementação e actualmente mais de 50% destas foram implementadas. Como resultado das ideias provenientes desta plataforma têm sido levadas a cabo inúmeras acções. A título de exemplo, hoje os clientes podem receber um sms quando uma consulta ou exame está atrasado ou receber alertas na sua área restrita quando têm facturas por pagar.



De salientar ainda que, em 2014, a José de Mello Saúde tornou-se membro da Advisory Board Internacional, organização que tem por objectivo a partilha das melhores práticas de saúde internacionais, ao nível operacional, clinico e estratégico. Esta ligação tem contribuído positivamente para os projectos em curso, em diversas áreas da organização.

DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PROJECTOS

O Núcleo de Inovação tem-se focado no desenvolvimento de três tipos de projectos - incrementais, planeados e exploratórios -, que têm como objectivos, aumentar a eficiência dos principais processos, aumentar a oferta ou melhorar a experiência dos clientes.

ACESSO A FINANCIAMENTO EXTERNO

Depois da experiência positiva ao nível do SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D) no ano anterior, em 2014 voltámos a apostar neste programa como forma de aceder a benefícios fiscais, tendo conseguido um incremento em mais de 25%. Adicionalmente, a José de Mello submeteu cinco projectos ao programa comunitário Horizonte 2020, dos quais ainda aguarda a confirmação de aprovação e avançou para a candidatura de projectos a fundos de apoio à inovação como o fundo de apoio à eficiência energética hospitalar (Hospital de Braga). Em 2015, o foco estará na continuidade e reforço das actividades em curso, garantindo uma maior comunicação com a organização e o estímulo a um compromisso com uma cultura de inovação, através de uma maior focalização.

2.6. SUSTENTABILIDADE

Em 2014, a José de Mello Saúde publicou o seu terceiro Relatório de Sustentabilidade, tendo evoluído para a verificação externa de toda a informação reportada, da qual resultou uma validação do nível de reporte GRI A+. Este documento fornece às partes interessadas uma visão de longo prazo da organização e uma análise integrada dos impactos económicos, ambientais e sociais da sua actividade. Sendo o único operador a publicar este tipo de informação no sector da prestação de cuidados de saúde em Portugal, a José de Mello Saúde aspira a um relacionamento transparente e de confiança com as suas partes interessadas, mantendo o rumo traçado para a sua afirmação enquanto referência no sector. O ano de 2014 marca igualmente um novo capítulo na área de Sustentabilidade da José de Mello Saúde tendo sido iniciado, no último trimestre do ano, um diagnóstico para compreender o contexto da sustentabilidade no sector da prestação de cuidados de saúde e identificar os temas relevantes e as principais tendências nesta área. Este exercício passou por um benchmark a empresas pares na gestão e performance em sustentabilidade, uma análise de tendências e de temas geridos e reportados por organizações referência no sector e por um trabalho de auscultação a stakeholders internos e externos. A construção da matriz de materialidade da José de Mello Saúde permitirá actualizar os objectivos e prioridades para o curto-médio prazo, consensualizando a visão sobre o posicionamento de sustentabilidade da José de Mello Saúde. Relativamente ao Desenvolvimento Social, um dos vectores de actuação da

José de Mello Saúde, têm sido desenvolvidos um conjunto de práticas internas e externas que procuram maximizar o impacto social positivo da sua actividade. Dentro deste pilar de actuação, estão definidos dois grandes “públicos-alvo”: Colaboradores e respectivas famílias e Comunidades onde estão inseridos os hospitais e clínicas da José de Mello Saúde.



RESPONSABILIDADE SOCIAL INTERNA

Numa lógica de redistribuição de valor criado, os colaboradores da José de Mello Saúde são um dos principais destinatários das iniciativas de Responsabilidade Social da empresa. Este investimento tem vindo a aumentar, ano após ano, totalizando o conjunto de benefícios destinados aos colaboradores em 2014 um valor superior a 110 mil euros dos quais se destacam os seguintes:

BOLSAS LIVROS ESCOLARES: Ligado à avaliação de desempenho e assiduidade dos colaboradores e ao bom aproveitamento escolar dos seus filhos, este benefício dedica-se a compartilhar parte das despesas com material escolar dos filhos dos colaboradores da José de Mello Saúde. Em 2014, foram entregues 355 Bolsas num valor global de 29.143 euros atribuídos.

CABAZES DE NATAL: Por altura da quadra natalícia, são entregues cabazes com itens típicos de uma ceia de Natal, aos colaboradores com as remunerações mais reduzidas da José de Mello Saúde. Em 2014, foram entregues 1842 cabazes, totalizados no valor global de 65.704 euros.

COLÓNIA DE FÉRIAS: Desenvolvidas para contribuir para a ocupação dos tempos livres dos filhos dos colaboradores durante o período das férias de Verão, as Colónias de Férias recebem crianças com idades entre os 7 e os 14 anos. A José de Mello Saúde comparticipa uma percentagem do valor, que inclui alojamento,



alimentação, seguro e transporte, consoante o escalão de remuneração do colaborador em causa. Em 2014, 48 filhos de colaboradores da José de Mello Saúde frequentaram a colónia de férias.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EXTERNA

A nível externo, a José de Mello Saúde desenvolve uma ligação à comunidade onde as suas Unidades de Saúde se inserem, procurando posicionar-se como um verdadeiro parceiro para a saúde local, bem como uma ligação a instituições que operem no mesmo sector de actividade. Este compromisso pretende criar externalidades positivas, criando relações de longo prazo com o terceiro sector, sedimentadas num conjunto de iniciativas, das quais destacamos as seguintes:

PROGRAMA EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE: Dedicado às escolas e instituições de solidariedade social das comunidades onde existem hospitais e clínicas da José de Mello Saúde, este programa assenta na ideia de que podemos identificar e evitar comportamentos de risco, reconhecer os benefícios de comportamentos adequados e suscitar comportamentos de prevenção, através de veiculação de informação positiva. Em 2014 foram desenvolvidas acções de formação e sensibilização em mais de 50 instituições de ensino que envolveram directamente mais de 5500 crianças de Lisboa, Cascais, Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Porto e Braga. Estas iniciativas realizadas por profissionais de saúde correspondem a acções de esclarecimento e sensibilização, inseridas nos programas curriculares das instituições de ensino ou que correspondem a necessidades identificadas pelas mesmas.

CAMPANHAS DE COLHEITA DE SANGUE: Pretendendo estreitar relações com instituições do seu sector de actividade, a José de Mello Saúde realizou uma parceria com o IPST – Instituto Português do Sangue e da Transplantação, para a realização de campanhas regulares de colheita de sangue nas suas unidades, contrariando a tendência de diminuição de doações sentida pelo IPST e contribuindo para o aumento das reservas de sangue nos hospitais portugueses. As campanhas de colheita realizadas em Fevereiro e Setembro de 2014 conseguiram 442 dadores inscritos.



PROJECTO
Ser Solidário
Campanha interna do Grupo José de Mello

PROJECTO SER SOLIDÁRIO: A adesão ao projecto transversal do Grupo José de Mello denominado “Ser Solidário”, em que cada colaborador contribui mensalmente com um mínimo de 1 euro do seu vencimento, visa apoiar ao nível do donativo, um conjunto de instituições de Solidariedade Social mediante a participação activa dos colaboradores (pela contribuição e posterior escolha das associações a beneficiar). Em 2014, a José de Mello Saúde entregou um donativo de 6 mil euros à Fundação Rui Osório de Castro, dedicada à oncologia pediátrica.

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO DO GRUPO JOSÉ DE MELLO: Reforçando o seu investimento no desenvolvimento social das comunidades onde se insere, a José de Mello Saúde avançou em 2011 com a concepção e implementação do Programa de Voluntariado, transversal às empresas que fazem parte do Grupo José de Mello. Este programa recruta colaboradores que desejam exercer a actividade de voluntariado em instituições de solidariedade social, com quem foram realiza-



das parcerias para o efeito. Em 2014, terceiro ano deste programa, os voluntários do Grupo José de Mello realizaram 4.400 horas de voluntariado, distribuídas pelas cinco instituições apoiadas pelo programa: Associação Coração Amarelo, ATL da Galiza, Centro Comunitário e Paroquial de Carcavelos, Obra do Frei Gil e Junior Achievement Portugal.

CANTINA SOCIAL (HOSPITAL DE BRAGA): Protocolo entre Hospital de Braga e Santa Casa da Misericórdia de Braga para apoiar a Cantina Social que serve refeições à população carenciada de Concelho.

FUNDO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E BOLSAS DE SOLIDARIEDADE DO HOSPITAL VILA FRANCA DE XIRA: O Hospital Vila Franca de Xira instituiu um Conselho para o Desenvolvimento Sustentado e um Fundo de Responsabilidade Social, criado com o apoio da Fundação Amélia de Mello, no valor de 50 mil euros. Este Fundo destina-se a apoiar projectos de responsabilidade social nos concelhos abrangidos pela área de influência do Hospital. Assim, em 2014, o Conselho para o Desenvolvimento Sustentado lançou um concurso de Bolsas de Solidariedade, com um valor global de 40 mil euros que atribuíram prioridade a projectos com intervenção directa em duas áreas: toxicodependência e deficiência/incapacidade. As Instituições Particulares de Solidariedade Social contempladas em 2014 foram: Associação de Assistência e Beneficência Misericórdia de Alverca, Casa S. Pedro de Alverca, CERCI Flor da Vida, CERCI Póvoa, CERCI Tejo e Santa Casa da Misericórdia de Aldeia Galega da Merceana.

BANCO DE AJUDAS TÉCNICAS DO HOSPITAL VILA FRANCA DE XIRA: Esta iniciativa pioneira em Portugal, facilitará a atribuição de equipamentos como cadeiras de rodas, canadianas, andarilhos, camas articuladas e outros a quem deles necessita, não tendo possibilidades para os adquirir, entre os cerca de 245 mil habitantes da área abrangida pelo Hospital Vila Franca de Xira.

CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE BENS: Inserida no seu Encontro Anual de Quadros, a José de Mello Saúde promoveu uma campanha de angariação de bens para crianças (produtos de higiene e fraldas) apoiadas pelo Centro Social Padre David de Oliveira Martins de Braga. Cerca de 400 colaboradores contribuíram com mais de 800 bens para esta instituição que acolhe cerca de 50 crianças e jovens oriundos de famílias disfuncionais e alberga e apoia 50 idosos.

DONATIVO À OPERAÇÃO NARIZ VERMELHO: A José de Mello Saúde realizou em 2014 um donativo de 10 mil euros à Operação Nariz Vermelho, cujo principal propósito é assegurar um programa de intervenção dentro dos serviços pediátricos dos hospitais portugueses, através de palhaços profissionais. Estes artistas têm formação especializada no meio hospitalar e trabalham em estreita colaboração com os profissionais de saúde, realizando actuações adaptadas a cada criança e a cada situação.

CAMPANHA “PAPEL POR ALIMENTOS” DO BANCO ALIMENTAR: O Hospital CUF Infante Santo participou em Junho de 2014 na campanha “Papel por Alimentos”, entregando nesse âmbito, ao Banco Alimentar, 15 toneladas de papel.



Esta campanha é promovida pela Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares e tem contornos solidários e ambientais. Cada tonelada de papel angariado é valorizada em 100 euros que posteriormente são convertidos em bens alimentares básicos.



JOSÉ DE MELLO SAÚDE

RELATÓRIO
CONTAS

3. Actividade das Áreas de Negócio

Hospital CUF Infante Santo

O Hospital CUF Infante Santo inaugurado em 1945, altura em que se designava “Hospital da CUF”, dispõe de uma oferta alargada de cuidados de saúde. Com cerca de 19.000 m² e dois edifícios, o hospital CUF Infante Santo dispõe de 131 camas para internamento geral, uma Unidade de Cuidados Intensivos com 12 camas, atendimento permanente geral, uma unidade de bloco operatório com 9 salas, mais de 60 gabinetes para consultas de especialidade e uma vasta oferta de meios complementares de diagnóstico e tratamento.

O ano de 2014 pautou-se por intervenções em diferentes áreas, com o objectivo de reforçar e concretizar os quatro eixos de desenvolvimento estratégico do Hospital: (i) Evidência da Qualidade Clínica; (ii) Experiência do Cliente; (iii) Crescimento; (iv) Eficiência.

De entre as principais iniciativas realizadas, destacam-se as seguintes:

- Reforço da gestão e análise dos Indicadores de Qualidade Clínica (nomeadamente, IASIST; SINAS; Resultados de sobrevivência a cinco anos em oncologia (ROR Sul); Consentimento Informado; Check List de cirurgia segura);
- Desenvolvimento do projecto de optimização dos tempos de enfermagem, contribuindo para melhorar a qualidade, personalização e humanização dos cuidados de saúde directos;
- Implementação de quadros electrónicos para transmissão da informação clínica, optimizando a passagem de turno e robustecendo a transmissão de informação sobre a situação clínica do doente;



- Informatização dos registos de enfermagem na UCIP e Ambulatório permitindo maior exaustividade e qualidade de registo;
- Desenvolvimento de ferramentas de monitorização da afluência e dos níveis de serviço nas recepções administrativas do Hospital, de forma a reduzir tempos de espera desnecessários;
- Consolidação da estratégia digital, reforçando as marcações online e a utilização e divulgação do myCUF;
- Comunicação online dos tempos de espera no Atendimento Permanente;
- Reestruturação da infra-estrutura, com renovação dos quartos de internamento do Piso 2, bloco operatório, salas de espera e cobertura do edifício Norte do Hospital;
- Alargamento do corpo clínico em áreas selecionadas;
- Sub-diferenciação da oferta clínica, com a criação de consultas especializadas (ex: dermatologia pediátrica; cirurgia estética);
- Consolidação das reuniões multidisciplinares de decisão terapêutica em oncologia;
- Implementação do Grupo de Coordenação Oncológica;
- Alargamento da oferta de cuidados de saúde ao Sábado;
- Renovação de equipamento clínico diferenciado, como foi o caso do upgrade realizado na Ressonância Magnética.

Relativamente à actividade assistencial, destaca-se o aumento de 7% nas consultas e o aumento de 8% no bloco operatório. No Atendimento Permanente, foram assistidas cerca de 33,6 mil pessoas, o que constitui um incremento de



6% face a 2013. O número de doentes saídos aumentou a ritmos mais moderados, fruto da tendência de ambulatorização dos cuidados. O volume de negócios de 2014 foi de 78 milhões de euros, constituindo um crescimento de 7% face a 2013.

Hospital CUF Descobertas

O Hospital CUF Descobertas, inaugurado em 2001, localiza-se na zona do Parque das Nações, dispõe de uma vasta oferta de cuidados de saúde. Com cerca de 30.000 m², o Hospital CUF Descobertas tem 141 camas para internamento, atendimento permanente de adultos, pediátrico e ginecologia-obstetrícia, mais de 70 gabinetes para consultas de especialidade, uma alargada oferta de exames, um bloco cirúrgico central com 5 salas, um ambulatório com 2 salas, um bloco de partos com 3 salas, uma unidade de cuidados intensivos polivalentes, uma unidade de cuidados intensivos neonatais, uma maternidade equipada com as mais modernas instalações e para maior comodidade dos clientes, um parque de estacionamento com 150 lugares.

Em 2014 foram realizadas um conjunto de iniciativas que permitiram consolidar e reforçar os eixos estratégicos de actuação do hospital CUF Descobertas:

- Consolidação do movimento de abertura de actividade ao sábado e reforço da oferta existente;
- Alargamento do corpo clínico em áreas seleccionadas;
- Reforço da gestão e análise dos Indicadores de Qualidade Clínica (nomeadamente, IASIST; SINAS; Resultados de sobrevivência a cinco anos em oncologia (ROR Sul); Consentimento Informado; Check List de cirurgia segura);
- Desenvolvimento do projecto de optimização dos tempos de enfermagem, contribuindo para melhorar a qualidade, personalização e humanização dos cuidados de saúde directos;





- Implementação de quadros electrónicos para transmissão da informação clínica, otimizando a passagem de turno e robustecendo a transmissão de informação sobre a situação clínica do doente;
- Informatização dos registos de enfermagem na UCIP e Ambulatório permitindo maior exaustividade e qualidade de registo;
- Desenvolvimento de ferramentas de monitorização da afluência e dos níveis de serviço nas recepções administrativas do Hospital, de forma a reduzir tempos de espera desnecessários;
- Consolidação da estratégia digital, reforçando as marcações online e a utilização e divulgação do myCUF;
- Comunicação online dos tempos de espera no Atendimento Permanente;
- Reestruturação de espaços e circuitos do hospital, com especial impacto nas áreas de patologia clínica, hospital de dia, exames especiais e cirurgia de ambulatório;



- Consolidação do Projecto de empreendedorismo social que promove o apoio gratuito a crianças com Perturbação de Hiperactividade e Défice de Atenção (PHDA), com o lançamento de um livro e a primeira plataforma e-learning do país.

Relativamente à actividade assistencial, destaca-se o aumento de 9% nas consultas e de 8 % no número de admissões. No Atendimento Permanente foram assistidas cerca de 107 mil pessoas, com crescimentos significativos nas vertentes de adultos e de pediatria. O número de doentes internados foi de 13 mil (3,9% acima do período homólogo), aumentamos o número de cirurgias em 4% comparativamente com 2013 e o número de partos manteve-se.

O volume de negócios situou-se nos 106 milhões de euros, representando um crescimento de 8% face a 2013.

Hospital CUF Porto e Instituto CUF Porto

O ano de 2014 foi marcado pelo reforço da integração entre as unidades CUF Porto (Hospital CUF Porto e Instituto CUF Porto): “Um Projecto Clínico, dois Sites”.

A organização acredita que quanto maior a cooperação e as sinergias entre ambas as unidades, maior será o potencial de crescimento do CUF Porto como um todo, nomeadamente ao nível da referência e da especialização em áreas de excelência clínica.

Durante o ano de 2014 foram realizadas no CUF Porto cerca de 262.000 Consultas (+22,4% que em 2013), mais de 1.300.000 Exames para diagnóstico e tratamento (+20,6%), 9.260 cirurgias (+7%), aproximadamente 8.000 internamentos (+7%), 752 partos (+25%) e cerca de 54.000 episódios no atendimento permanente (+13%).

O volume de negócios de 2014 das Unidades CUF Porto foi de 64,9 milhões de euros, constituindo um crescimento de 13,6 % face a 2013.

HOSPITAL CUF PORTO

O Hospital CUF Porto (HCP) foi inaugurado em Junho de 2010 e é actualmente uma das principais referências da saúde privada no Norte do País. Com cerca de 47.000m², distribuídos por oito pisos e quatro caves de estacionamento, com



capacidade de 500 lugares, dispõe de 154 camas para internamento, atendimento permanente geral, 122 gabinetes de consulta, uma vasta oferta de exames, uma unidade de bloco operatório com 8 salas, Unidade de Cuidados Intensivos, bloco de partos com 3 salas e uma Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais. No HCP foram efectuadas em 2014 158.115 consultas (630 consultas por dia útil), 657.217 mil exames, 9.260 intervenções cirúrgicas e registados 7.956 doentes saídos do internamento, bem com 54.452 episódios no Atendimento Permanente e 752 Partos. Esta actividade representa um crescimento face a 2013 de 13%, o que demonstra o caminho que vem sendo seguido de crescimento da actividade no hospital CUF Porto. Note-se que, por linha de actividade, o crescimento foi de 9% nas consultas realizadas e nos doentes saídos de internamento, 7% nos doentes operados, 13% nos episódios de atendimento permanente, 23% nos exames realizados e 25% nos partos realizados.

Para além do crescimento da actividade, importa ainda destacar alguns aspectos marcantes na actividade do Hospital CUF Porto em 2014:

- A Unidade de Cuidados Paliativos foi a primeira unidade privada e pública a ser reconhecida pela Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos em todas as suas valências, nomeadamente como Equipa Intrahospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos e Equipa Comunitária de Suporte em Cuidados Paliativos;
- Iniciou actividade a especialidade de Cirurgia Cardiorádica, com a realização de procedimentos inovadores e pioneiros nesta área;
- A especialidade de Cardiologia teve ao longo do ano um forte desenvolvimento, mais concretamente da área da Electrofisiologia, com a possibilidade de realização de mapeamento 3D, apenas disponível em 2 unidades privadas



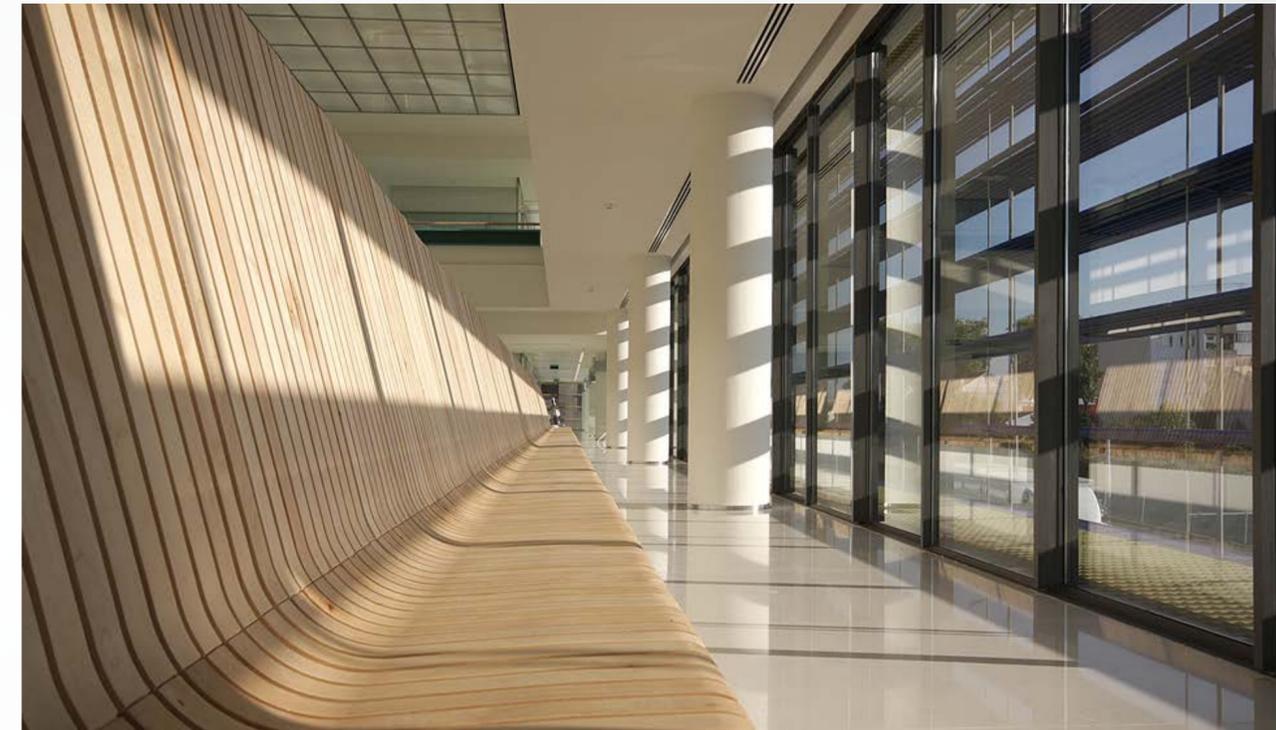
- do país. Ainda na área da Cariologia Invasiva, foi realizada uma parceria para colocação de pacemaker sem electrodos. Para além disso, a Cardiologia do HCP passa a integrar o Registo Europeu de Onco-Cardiologia;
- A área da Oncologia registou um forte crescimento em todas as suas vertentes, com forte impacto na referenciação interna. Foi concluído o modelo organizacional do Centro Oncológico CUF Porto;
 - Na área da Pediatria, o HCP passou a garantir a vacinação, que anteriormente

- era administrada pelos centros de saúde, nos primeiros três dias após nascimento da criança;
- O Atendimento Permanente registou um crescimento significativo, tanto na vertente pediátrica como de adultos, mas com um destaque importante para o Atendimento Permanente de Adultos, que ultrapassou em número de episódios, pela 1ª vez, o Pediátrico;
 - Iniciou actividade o Laboratório de Anatomia Patológica, em parceria com o Ipatimup;
 - Foram criadas várias Unidades, com destaque para a Unidade da Dor e da Unidade de Implantes Auditivos;
 - No âmbito da política de responsabilidade social da José de Mello Saúde, o Hospital CUF Porto promoveu cerca de 11 iniciativas de rastreio, dirigidas a diversas faixas etárias da comunidade cerca de 22 acções de sensibilização inseridas na iniciativa Educação para a Saúde. No total, cerca de 6 mil crianças e professores foram abrangidos pelas iniciativas deste programa;
 - Foram realizados no hospital 30 workshops, eventos e acções de sensibilização junto da comunidade.

Em 2014, o Hospital CUF Porto contou com a colaboração de mais de 35 novos médicos de diversas especialidades.

O volume de negócios de 2014 foi de 49,9 milhões de euros, constituindo um crescimento de 16% face a 2013.

O crescimento no âmbito do projecto clínico e a notoriedade do Hospital CUF Porto continuarão a ser as principais linhas de orientação para 2015.



INSTITUTO CUF PORTO

O Instituto CUF Porto, inaugurado em 2007, localiza-se na zona da Senhora da Hora, Matosinhos, em frente à estação de Metro Sete Bicas. Com cerca de 22.000 m², o Instituto CUF é uma unidade de ambulatório de elevado perfil tecnológico, dispõe de 56 gabinetes de consulta, utilizados por 27 especialidades clínicas distintas, uma oferta alargada de exames e de acordos com as principais entidades pagadoras.

O ano de 2014 foi marcado pelo crescimento da actividade assistencial, sustentado na progressiva dedicação das actuais equipas clínicas e na contratação de novos médicos, com reconhecido mérito e significativa actividade clínica. Este crescimento está reflectido nos números, já que em 2014 o Instituto CUF Porto efectuou 114 mil consultas (453/dia útil), mais 23% que no ano anterior, e realizou cerca de 655 mil exames, 21% acima de 2013. O volume de negócios de 2014 foi de 15,0 milhões de euros, mais 6,3% do que em 2013.

Durante o ano de 2014 podemos destacar alguns aspectos marcantes na actividade:

- Crescimento de Medicina Física e Reabilitação, Dermatologia, Pediatria, Otorrinolaringologia, Medicina Dentária e Patologia Clínica;
- Reforço da diferenciação tecnológica na área da oftalmologia, com a aquisição do Fentosegundo, e nas especialidades de ginecologia obstetrícia e urologia que permitiu iniciar a realização de exames especiais nestas áreas;
- Continuação da participação nos projectos transversais CUF, através da consolidação do Médico Assistente CUF, Check-Up Privado, Desporto e Oncológico;
- Obtenção da Re-Certificação do sistema de gestão da qualidade através do referencial ISO 9001:2008. Esta certificação traduz o empenho do Instituto CUF em garantir uma qualidade clínica e um nível de serviço ao cliente diferenciadores, pilar fundamental da estratégia de desenvolvimento e sustentabilidade.

Durante o ano de 2014 deu-se continuidade ao trabalho conjunto com o Hospital CUF Porto, potenciando sinergias clínicas e não clínicas que visam a consolida-



ção do projecto “CUF Porto”. Em 2014, as equipas clínicas do Instituto CUF realizaram no Hospital CUF Porto de 2350 cirurgias e partos.

A par do elevado crescimento da actividade, manteve-se um forte enfoque na qualidade do serviço prestado ao Cliente. Este esforço traduziu-se na redução do número de reclamações pelo terceiro ano consecutivo.

2014 foi também o ano de forte implantação de um projecto inovador de formação em saúde, o projecto +Saber. Concebido no Instituto CUF, o +Saber é um projecto anual de formação médica contínua, que contempla sessões de formação mensais no Instituto CUF, participação nas reuniões de formação interna dos Centros de Saúde e estágios para médicos de Medicina Geral e Familiar no Instituto CUF. No âmbito destas acções, em 2014, passaram pelo Instituto CUF mais de mil médicos. O reconhecimento da importância do projecto para a notoriedade da marca CUF traduziu-se na sua replicação em outras unidades CUF. A consolidação do projecto “CUF Porto”, em articulação com o Hospital CUF Porto, continuará a ser uma das principais linhas de orientação para 2015.

Hospital CUF Cascais

O Hospital CUF Cascais está localizado numa área com excelentes acessibilidades, tem cerca de 13.500 m² distribuídos por sete pisos e cerca de 200 lugares de estacionamento. Dispõe de 26 camas para internamento, uma unidade de cuidados intermédios polivalentes com 4 camas, atendimento permanente de adultos e pediátrico, 39 gabinetes para consultas de especialidade, 2 salas de bloco operatório, sala de pequena cirurgia, atendimento de enfermagem, para além de uma vasta oferta de exames com destaque para a Imagiologia e Exames de Especiais (Gastroenterologia, Urologia e Ginecologia), um serviço de Hemodiálise, unidade de Oncologia e uma unidade de Fisioterapia.

Durante o ano de 2014 podemos destacar na actividade da clínica os seguintes factos:

- Abertura das clínicas de proximidade:
 - CUF São Domingos de Rana (1 de Abril)
 - CUF Sintra (9 de Junho)
- Início da oferta de tratamento de Hepatite C;
- Reforço da equipa de Medicina Interna, Unidade de Cuidados Intermédios (UCINT) e AP;
- Alargamento das chamadas de especialista de apoio AP (11 especialidades);
- Classificação 3+ no SINAS na Cirurgia de Ambulatório;
- Planeamento de Suporte Avançado de Vida (SAV) 2014 – médicos e enfermeiros do AP e UCINT;



- Reforço de especialidades nos Sábados e nos dias úteis até às 22h e nas horas de almoço;
- Aumento dos turnos de Imagiologia e Ginecologia;
- Reforço da Unidade de Dermatologia (aumento de turnos e sub-especialidades);
- Entrega de medicação domiciliária para doentes em cirurgia de ambulatório;
- Realização da 6ª Jornada da Primavera – “O Futuro Começa Hoje”;
- Crescimento significativo em todas as áreas de actividade com destaque para o Bloco, Internamento e MCDTs.

O volume de negócios situou-se nos 28,8 milhões de euros, representando um crescimento de 10,8 % face a 2013.

Hospital CUF Torres Vedras

O Hospital CUF Torres Vedras iniciou a sua actividade em 2008 e localiza-se junto ao Centro de Saúde de Torres Vedras e do Hospital de Torres Vedras, sendo uma unidade vocacionada para servir a população dos concelhos da zona Oeste. Com cerca de 8.700 m², o Hospital dispõe de 16 camas para internamento, atendimento permanente para adultos e pediátrico, 21 gabinetes para consultas de especialidade, uma vasta oferta de exames, uma unidade de bloco operatório geral com 2 salas e para cirurgia ambulatória com 2 salas. Para maior comodidade dos clientes, o Hospital dispõe de um parque de estacionamento com 138 lugares.

Durante o ano de 2014 podemos destacar na actividade os seguintes factos:

- Abertura em Janeiro de uma clinica de proximidade em Mafra vocacionada para o ambulatório, Clínica CUF Mafra;
- Reforço da actividade aos Sábados;
- Desenvolvimento e grande crescimento da área de cardiologia: inicio consulta de aritmologia e colocação de pacemakes;
- Desenvolvimento da área de gastro com abertura aos Sábados e com crescimento na ordem dos 38%;
- Reforço do projecto de formação médica continua (SABER +; Jornadas medicas; jornadas enfermagem; reuniões clínicas) no Centro de Saúde com a participação de várias especialidades;
- Reforço da equipa e da oferta da Urologia;



- Realizado protocolo com a Câmara Municipal de Torres Vedras de formação junto das escolas no âmbito do programa “+ saúde, hábitos e estilo de vida saudáveis”, dirigido a educadores, pais e alunos.
- Participação no SINAS;
- Recertificação de qualidade.

O volume de negócios situou-se nos 16,7 milhões de euros, representando um crescimento de 8,7 % face a 2013.

Para 2015, temos como principais desafios o projecto de expansão do Hospital, a aposta na formação clínica, entre outros.

Clínica CUF Belém

A Clínica CUF Belém localiza-se junto ao Centro de Congressos de Lisboa, sendo uma unidade de ambulatório com uma vasta oferta de serviços. Com cerca de 2.600 m², a clínica dispõe de 17 gabinetes de consultas de especialidade, uma vasta oferta de exames, com destaque para uma unidade de gastroenterologia que permite a realização de exames com anestesia, check-up, um posto médico e uma unidade de medicina dentária.

Durante o ano de 2014 podemos destacar na actividade da clínica os seguintes factos:

- Implementação do check-in automático e da nova versão do sistema atendimento no front-office e back-office;
- Abertura do Posto Médico aos Sábados;
- Reforço do corpo clínico com a entrada de 26 novos médicos;
- Diversificação da oferta: Abertura da consulta de Hemato-Oncologia e Nefrologia;
- Criação de consultas temáticas de diversas especialidades: início da consulta de próteses auditivas na especialidade de Otorrinolaringologia, e da consulta da Tiróide na cirurgia-geral;
- Realização da 1ª Reunião Clínica da especialidade de Neurologia dedicada ao tema: Demências;
- Implementação da check-list na cirurgia de ambulatório;
- Realização de rastreios: cancro da próstata, cancro da mama e rastreio auditivo;



- Implementação da plataforma de Gestão de Risco para registo de eventos adversos;
- Implementação do Projecto de Radiologia: introdução do sistema de reconhecimento de voz, melhoria do nível de serviço e eficiência (diminuição do tempo de entrega dos exames), redução de películas e de custos com a transcrição de relatórios.

Relativamente à actividade assistencial é de destacar o aumento em 13% nas consultas e 10% nos exames, face ao ano anterior.

O volume de negócios situou-se nos 7,4 milhões de euros, representando um crescimento de 11,6 % face a 2013.

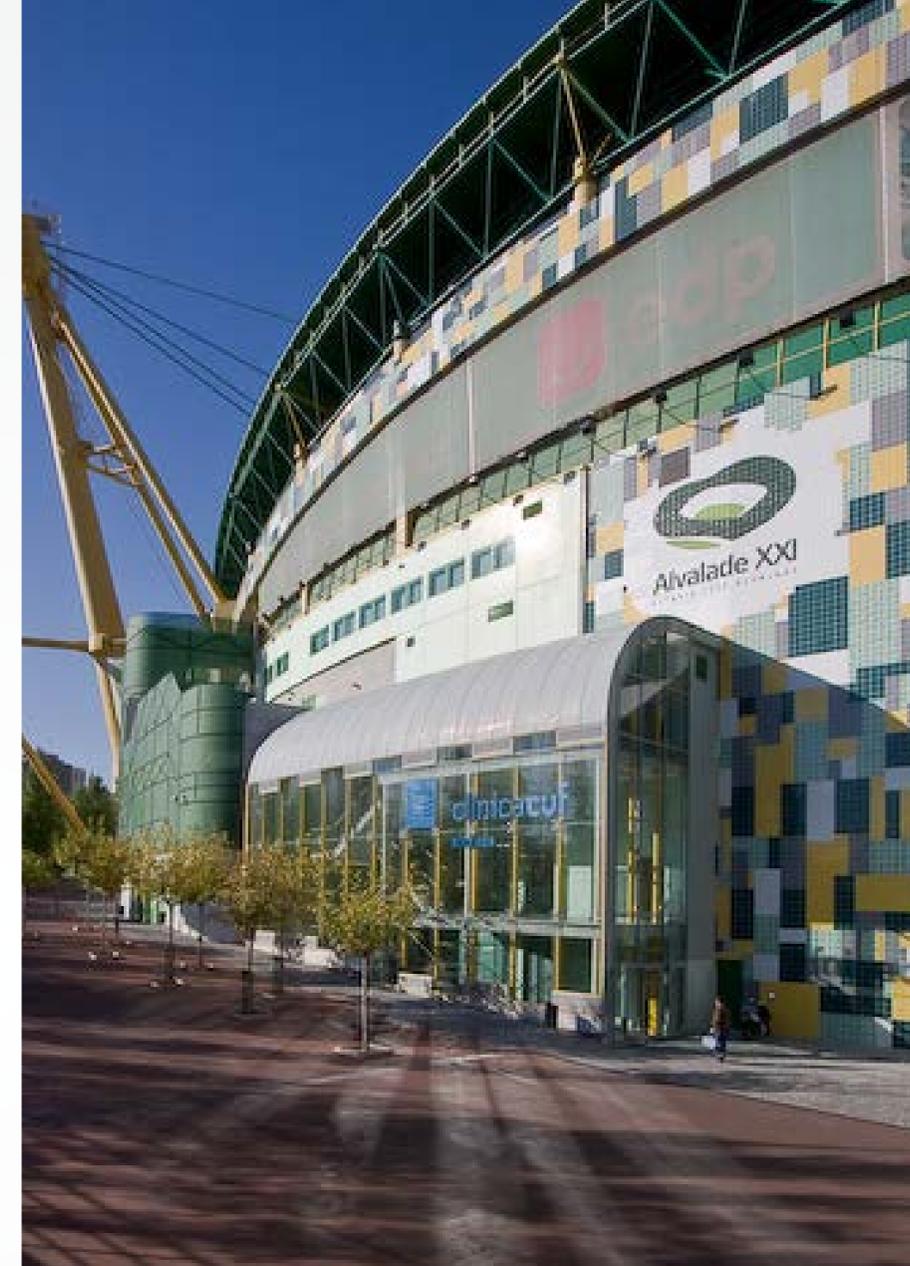
Ir de encontro aos interesses e expectativas dos clientes e colaboradores, continuará a ser a principal linha de orientação para 2015.

Clínica CUF Alvalade

A Clínica CUF Alvalade, localizada no estádio Alvalade XXI, é uma unidade de ambulatório especialmente vocacionada para os cuidados de saúde da família e de todos os que praticam exercício. Com cerca de 1.900 m², a clínica dispõe de 20 gabinetes de consultas de especialidade, uma vasta oferta de exames com 8 gabinetes alocados à realização específica dos mesmos, uma unidade de medicina dentária com 5 gabinetes completamente equipados, uma equipa de check-up, uma sala para pequena cirurgia e pensos, assim como um ginásio com electroterapia e piscina no âmbito do Centro de Medicina e Traumatologia Desportiva.

Durante o ano de 2014 podemos destacar na actividade da clínica os seguintes factos:

- Implementação da Plataforma de Gestão do Risco e início do percurso com vista à Certificação da Unidade futura;
- Aposta na diferenciação multidisciplinar: lançamento da unidade do sono;
- Reforço das valências disponíveis ao Sábado e ao final do dia, indo de encontro às expectativas dos clientes;
- Processo de reestruturação da oferta (subespecialização/criação de consultas temáticas) de diversas especialidades;
- Aposta na formação clínica: realização do 2º Encontro Clínico da CUF Alvalade;
- Aposta na inovação tecnológica: Investimento numa nova Ressonância Magnética de extremidades.



Em termos assistenciais destaca-se o aumento da actividade em 16% nas consultas e 8% nos exames, face período homólogo.

O volume de negócios situou-se nos 9,1 milhões de euros, representando um crescimento de 16,9 % face a 2013.

Durante o ano 2015 o cliente continuará no foco da unidade. Destacam-se como principais objectivos o robustecimento da oferta e a aposta na formação clínica.

Clínica CUF Sintra

A Clínica CUF Sintra está localizada na estrada de Mem Martins e é uma clínica vocacionada para servir, em regime de ambulatório, a população de todo o concelho de Sintra.

Com um horário de atendimento alargado, esta unidade disponibiliza consultas de especialidade médicas e cirúrgicas, exames complementares de diagnóstico de apoio às especialidades médicas, análises clínicas e atendimento de enfermagem.

A Clínica CUF Sintra iniciou a sua actividade em Junho de 2014 funcionando em perfeita articulação com o Hospital CUF Cascais, de forma a garantir a continuidade de cuidados médico-cirúrgicos e uma resposta eficaz às mais diversas situações clínicas.

Em 2014, o volume de negócios situou-se nos 350 mil euros.



Clínica CUF São Domingos de Rana

A Clínica CUF São Domingos de Rana localiza-se nas antigas instalações da Clínica São Domingos de Rana, estando vocacionada para servir, em regime de ambulatório, a população do concelho de Cascais e Oeiras.

Com um horário de atendimento alargado, esta unidade disponibiliza consultas de especialidade médicas e cirúrgicas, exames complementares de diagnóstico de apoio às especialidades médicas, análises clínicas e atendimento de enfermagem.

A Clínica CUF São Domingos de Rana iniciou a sua actividade em Abril de 2014 funcionando em articulação com o Hospital CUF Cascais, de forma a garantir a continuidade de cuidados médico-cirúrgicos e uma resposta eficaz às mais diversas situações clínicas.

Em 2014 o volume de negócios situou-se nos 1,2 milhões de euros.



Clínica CUF Mafra

A Clínica CUF Mafra está localizada no centro de Mafra e com uma excelente acessibilidade. A CUF Mafra é uma clínica vocacionada para servir, em regime de ambulatório, a população deste concelho.

Com um horário de atendimento alargado, esta unidade disponibiliza consultas de especialidade médicas e cirúrgicas, exames complementares de diagnóstico de apoio às especialidades médicas, análises clínicas e atendimento de enfermagem.

A Clínica CUF Mafra funciona em articulação com o Hospital CUF Torres Vedras, de forma a garantir a continuidade de cuidados médico-cirúrgicos e uma resposta eficaz às mais diversas situações clínicas.

Em 2014, o volume de negócios foi de 0,8 milhões de euros.

Para 2015, os principais desafios são o crescimento da actividade e a consolidação da unidade no concelho de Mafra.



Hospital de Braga

O ano 2014, no Hospital de Braga, foi pautado por níveis de qualidade, produtividade e eficiência notáveis, não desviando, em qualquer circunstância, o seu foco de atenção na população que serve. O ano foi igualmente marcado pelo reconhecimento externo dos elevados padrões que distinguem a Instituição, nomeadamente a Certificação de Segurança e Saúde no Trabalho – OSHAS 18001:2007, que garante o cumprimento das boas práticas de segurança e saúde no trabalho, confirmando a preocupação do Hospital de Braga com o bem-estar e segurança do colaborador, no seu local de trabalho. Com esta certificação o Hospital de Braga é o primeiro hospital nacional e um dos poucos europeus com um sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente e segurança.

O Hospital de Braga reforçou a sua posição no seio do Serviço Nacional de Saúde, em termos de actividade, representando já um peso significativo e contribuindo decisivamente para o aumento de resposta do SNS aos cidadãos. São realizadas nesta Instituição cerca de 4% do total de Cirurgias do SNS e aproximadamente 5% das cirurgias de ambulatório; em termos de internamento e de consultas externas representa cerca de 3.5%.

Verificou-se, na consulta externa, um aumento de 6% em relação a 2013, procurando assim responder ao aumento da procura verificada nesta área, e visando responder às necessidades crescentes da população que servimos, num contexto



de contracção financeira. A actividade cirúrgica aumentou 5%, sendo de realçar o esforço na ambulatorização da cirurgia programada, que atingiu os 62%, contribuindo, assim, de uma forma indiscutível, para os objectivos traçados pela Tutela. Os episódios de urgência aumentaram 3%, garantindo, ainda assim, adequada resposta, tendo o hospital de dia registado uma diminuição exclusivamente por alteração dos critérios de elegibilidade das sessões.

No que respeita à sustentabilidade económica e financeira, o ano de 2014 fica marcado pelo alcance de um resultado líquido positivo, como resultado de um contínuo enfoque na contenção de custos e maximização da capacidade instalada, apenas possível com o elevado e empenhado envolvimento de todos os colaboradores do Hospital de Braga.

PRINCIPAIS PROJECTOS DESENVOLVIDOS DURANTE 2014

O Hospital de Braga assinalou em 2014 o Ano do Colaborador, uma iniciativa transversal à José de Mello Saúde. Foram muitos e variados os projectos implementados em cada área, mas destacamos desde logo no mês de Maio - o mês do hospital - a gala de homenagem realizada aos colaboradores com 25 ou mais anos de serviço. Destacamos ainda os projectos associados à procura da melhoria das condições dos trabalhadores, através de iniciativas de informação, disponibilização de serviços, actividades de desporto, lazer e bem-estar, nas instalações e fora do Hospital de Braga. Algumas das iniciativas incluíram também as famílias dos colaboradores, com a preocupação de promover um maior equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

O ano de 2014 ficou marcado pela abertura da Unidade de Hemodiálise em regime de 24h/24h, dando apoio a doentes com insuficiência renal aguda e crónica, marco importantíssimo no funcionamento da nossa Unidade Hospitalar.

Realizaram-se as Ias Jornadas do Ambulatório, organização conjunta do Hospital de Braga e dos ACES de Braga e Cabreira/Gerês. Esta organização resultou de um esforço contínuo desenvolvido ao longo de 2014, para uma maior aproximação entre os Cuidados de Saúde Primários e os Cuidados de Saúde Hospitalares, garantindo uma correcta referência e articulação entre eles.

Foram igualmente desenvolvidos vários projectos fundamentais de suporte às operações do hospital, designadamente na optimização de processos da farmácia e logística e foi iniciado o projeto Kaizen no Internamento (Medicina Interna e Urologia), que se estenderá aos outros serviços de Internamento ao longo de 2015.

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2015

O ano de 2015, na esteira de 2014, será de consolidação e afirmação sólida do Hospital de Braga no panorama do Serviço Nacional de Saúde, mantendo elevados padrões de qualidade e eficiência. No ano da reacreditação do sistema de qualidade, os esforços devem estar concentrados no sentido da consolidação e reforço da nossa posição, como uma unidade hospitalar diferenciada e de enorme mais-valia para o Sistema onde se insere.

EVIDÊNCIA DA QUALIDADE CLÍNICA: Para 2015 foi escolhida como mote a prestação de cuidados ao idoso, procurando responder aos enormes desafios que a



inversão da pirâmide etária coloca às unidades de saúde. Continuaremos o projecto de Optimização no Internamento que procura alterar e otimizar os circuitos e fluxos nesta unidade funcional. Será o primeiro ano completo do sistema de avaliação dos médicos, que incluirá indicadores de qualidade clínica e será um precioso instrumento para as lideranças clínicas.

EXPERIÊNCIA DO CLIENTE: O ano de 2015 foi eleito como o “Ano da Inovação” no Hospital de Braga, que procurará envolver todos os profissionais do HB, tendo como mote sistematizar e promover iniciativas que permitam a vanguarda desta Instituição. Serão realizadas melhorias nos fluxos do ambulatório, e implementadas as medidas resultantes da certificação de Segurança e Saúde no Trabalho obtida.

ACTIVIDADE ASSISTENCIAL: O ano de 2015 deverá ficar marcado pela estabilização dos níveis de produção, destacando-se a abertura do banco de sangue, que permitirá uma maior fidelização dos nossos utentes e uma melhor resposta às suas necessidades. Manter-se-á a disponibilidade para celebrar protocolos com outras unidades do SNS, aproveitando a capacidade instalada do HB.

EFICIÊNCIA: Em 2015, o hospital terá de continuar a fazer o percurso de maximização da eficiência, com diferentes projectos que visam este objectivo. Nes-



te sentido, será importante manter e reforçar processos de controlo interno em áreas críticas e a utilização de ferramentas de gestão. O esforço contínuo de combate ao desperdício será mantido e vamos colocar enfoque em algumas áreas em particular, com especial destaque para a (re)organização do trabalho clínico e a reestruturação da actividade ligada aos MCDT's.

Os três pilares que sustentam a instituição, “qualidade clínica”, “satisfação de utentes, colaboradores e comunidade” e “equilíbrio económico-financeiro” manter-se-ão como a pedra basilar que conformará a atitude do Hospital no seio do Serviço Nacional de Saúde.

Hospital Vila Franca de Xira

O ano de 2014 inscreveu um marco na história do Hospital Vila Franca de Xira (HVFX), dado ter sido o ano em que obteve a acreditação pela Joint Commission International. Este ano constituiu o primeiro ano completo de funcionamento no novo edifício, tendo sido particularmente exigente, com um crescente aumento da actividade, em paralelo com a promoção da qualidade dos serviços prestados. Relativamente à actividade assistencial, verificaram-se 121.572 admissões na urgência, o que equivale a um incremento de 10,3% face ao valor registado em 2013. Os episódios de internamento cresceram 10,4%, atingindo os 14.411 doentes saídos, dos quais 2.824 foram doentes operados em regime convencional programado.

Em linha com o preconizado pelo Ministério da Saúde, a actividade cirúrgica efectuada em regime de ambulatório sofreu um aumento considerável, fixando-se em 5.563 cirurgias realizadas, o equivalente a um acréscimo de 31,3% face ao valor alcançado no período homólogo. De destacar o posicionamento do HVFX no benchmarking realizado pela ACSS, que, na categoria de “% Cir. Amb. (GDH) para procedimentos ambulatorizáveis”, assinalou o melhor valor dentro do seu grupo de análise, alcançando os 86,8% (montante acumulado a Setembro de 2014).



Dados oficiais do Ministério da Saúde, relativos ao primeiro semestre de 2014, colocam o hospital muito bem posicionado no que diz respeito à mediana do tempo de espera para cirurgia, tendo registado o valor de 2,10 meses face a 3 meses de mediana nacional. Foram realizadas 128.298 consultas, das quais 37,6% são primeiras consultas. O acréscimo de 11,9% nas primeiras consultas relativamente a 2013, traduz uma resposta favorável ao incremento da procura verificado. A maternidade do HVFX contrariou a tendência registada a nível nacional, tendo registado um acréscimo de 23,3% no número de partos realizados, elevando este número para 1.437 em 2014. A taxa de partos por cesariana ascen-

deu a 24,4%. Também neste indicador, de acordo com o benchmarking realizado pela ACSS, o HVFX obteve o melhor desempenho dentro do seu grupo de referência.

Em Novembro de 2014, o hospital deparou-se com um considerável desafio - o maior surto de Legionella registado em Portugal. Tendo em conta a localização do Hospital e a do surto registado, o HVFX constituiu o primeiro contacto para a maioria dos doentes infectados. A resposta exemplar do Hospital, ao consequente aumento de afluência acompanhado de uma forte pressão mediática, foi publicamente reconhecida por parte das autoridades competentes.

No âmbito da qualidade de cuidados prestados, o SINAS (Sistema Nacional de Avaliação em Saúde), reconheceu o nível máximo de excelência em quatro das nove áreas de avaliação em que o Hospital participa, tendo por esse facto sido um dos hospitais com melhor desempenho a nível nacional.

Por referência ao exercício de 2014, o volume de negócios do HVFX, ascendeu a cerca de 59 milhões de euros.

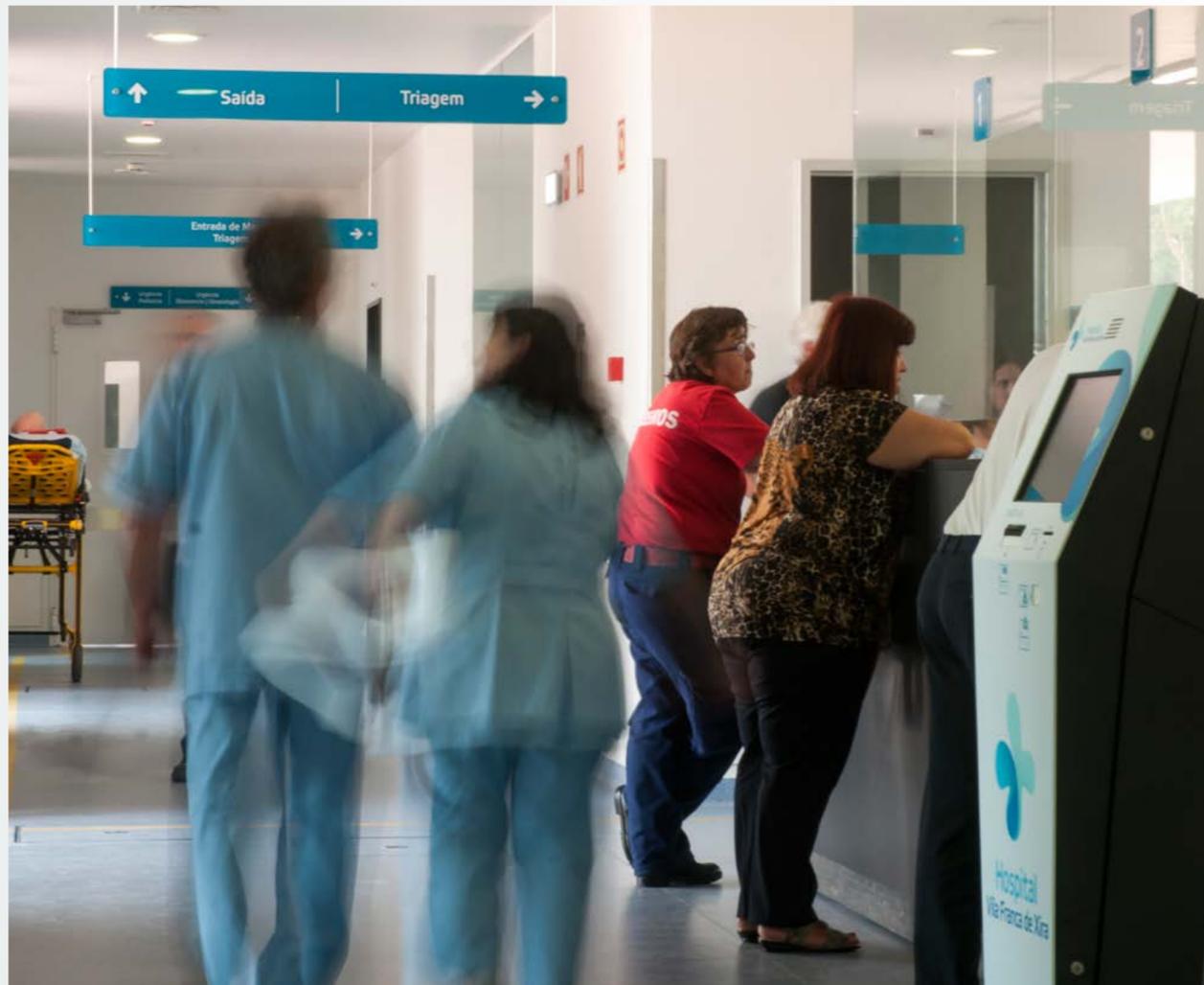
PRINCIPAIS PROJECTOS DESENVOLVIDOS

A par do crescimento da actividade, a qualidade do serviço prestado bem como a melhoria contínua não foram descurados. Neste âmbito, o ano de 2014 ficou marcado pela acreditação do Hospital por parte da Joint Commission International (JCI), a mais exigente e reconhecida entidade acreditadora a nível mundial. Este desafio envolveu todos os profissionais da instituição, tendo sido analisados mais de mil parâmetros e de 300 padrões de excelência focados na qualidade da prestação de cuidados e segurança do utente. É, sem dúvida, uma distinção



de excelência, que reconhece e contribui para a reputação do Hospital dentro da rede de cuidados de saúde em Portugal.

O HVFX procura estabelecer uma forte ligação à comunidade onde está inserido. Desta forma destacam-se, para além de inúmeras acções desenvolvidas em entidades sociais, escolas e de uma articulação em total sintonia com o ACES Estuário do Tejo, algumas acções realizadas em 2014: a inauguração do Espaço Museu, um local aberto a todos os profissionais e comunidade que tem como principal objectivo preservar e promover a história da instituição; e numa vertente de cariz social, a criação do Conselho para o Desenvolvimento Sustentado



do Hospital de Vila Franca de Xira. Este Conselho criou um Fundo de Apoio que atribuiu bolsas de solidariedade a projectos no âmbito da deficiência, de entidades sociais dos cinco concelhos. Igualmente o Conselho instituiu o primeiro banco de ajudas técnicas do país, projecto inovador e comum aos cinco municípios da área de influência do Hospital.

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2015

O ano de 2015 será um ano de consolidação e afirmação do Hospital de Vila Franca de Xira na esfera do Serviço Nacional de Saúde. Desta forma, o HVFX pretende consolidar os padrões da JCI, partilhar a informação de uma forma consistente e recorrente entre serviços clínicos e não clínicos, bem como reforçar o carácter e a articulação multidisciplinar e articulada das equipas, tendo por base um objectivo comum: uma cultura hospitalar centrada no utente.

Paralelamente, torna-se indispensável garantir a eficiência dos recursos utilizados, bem como o crescente controlo interno em áreas críticas, com vista à obtenção do equilíbrio económico-financeiro.

SAGIES

A Sagies está vocacionada para a prestação de serviços externos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), actividade para a qual está autorizada pela Direcção Geral da Saúde e pela Autoridade para as Condições do Trabalho, entidades tutelares deste sector. A Sagies possui um Sistema Integrado de Gestão da Qualidade (ISSO 9001), Ambiente (ISO 14001) e Segurança (OSHAS 18001) cuja certificação foi renovada este ano pela SGS. O seu Laboratório de Controlo de Fibras é sujeito anualmente a testes de qualidade pela Organização Mundial de Saúde através do Institute of Occupational Medicine de Edinburgh.

Em 2014 manteve o caminho da melhoria da eficiência operacional num contexto concorrencial acrescido e perante uma contracção do mercado de SST. O seu volume de negócios registou uma ligeira quebra com afectação da sua rentabilidade operacional. Ainda em 2014 a Sagies manteve a presidência da AEST- Associação de Empresas de Saúde e Segurança no Trabalho com a missão de desenvolvimento e reformulação do sector a nível de imagem, valorização, legislação/regulação e fiscalização.

O volume de negócios situou-se nos 3,1 milhões de euros, uma quebra homóloga de cerca de 2,6%.

Os principais desafios para o ano de 2015 e seguintes continuarão a ser o da captação de contratos viáveis, a eficiência operacional e a persistência na qualidade como forma de atingir a eficiência e fortalecer a resistência competitiva, promovendo a sustentabilidade de médio e longo prazo.



DR. CAMPOS COSTA

Na sequência de uma reorientação da estratégia de desenvolvimento da José de Mello Saúde, foi tomada a decisão de vender a participação na Dr. Campos Costa, que o Grupo detinha desde 2006. Esta decisão veio permitir um maior enfoque nas actividades de gestão de unidades hospitalares e de clínicas de ambulatório. A conclusão do processo de venda ocorreu a 6 de Janeiro de 2015.





JOSÉ DE MELLO · SAÚDE

RELATÓRIO
CONTAS

4. Gestão de Riscos

GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos da José de Mello Saúde tem como objectivo assegurar a correcta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adoptar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos factores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira da Sociedade e na respectiva sustentabilidade.

No âmbito do processo de gestão de riscos identificamos em seguida os que consideramos materialmente mais relevantes:

Riscos Financeiros

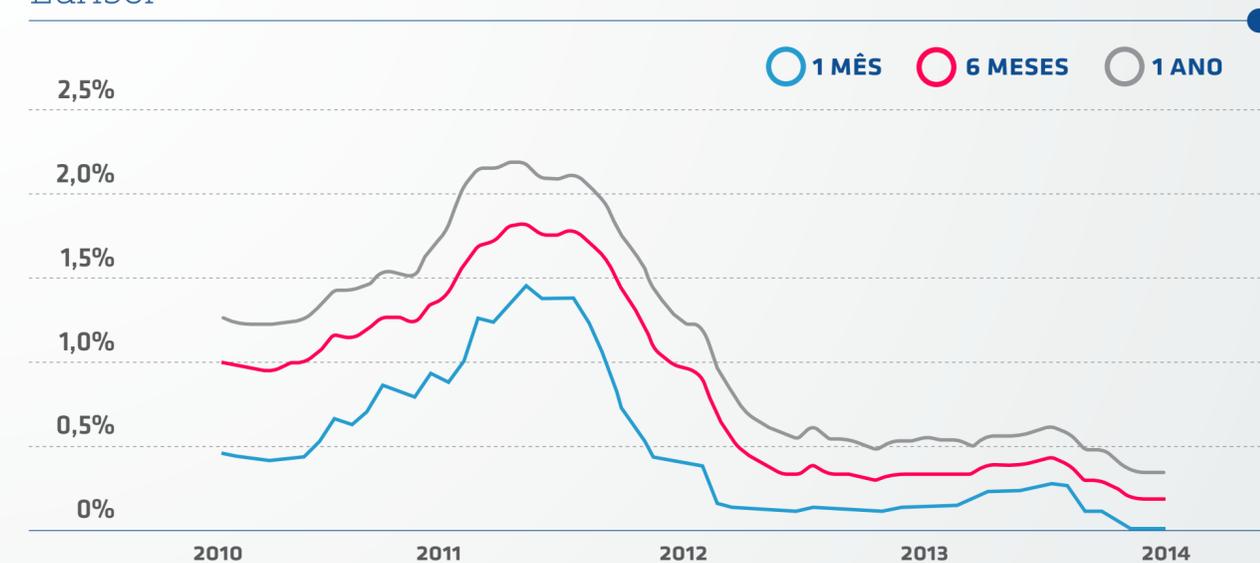
Os principais riscos financeiros identificados são riscos de liquidez, o risco de financiamento, e de exposição às variações das taxas de juro.

A gestão do risco de liquidez procura um acompanhamento permanente das previsões de tesouraria, de forma a garantir o cumprimento de todas as responsabilidades do Grupo para com as entidades com as quais se relaciona na sua actividade. Através de uma gestão activa do business plan e do mapeamento exaustivo das necessidades ou excedentes futuros de tesouraria, procura ainda reduzir o risco de financiamento recorrendo a uma relação permanente com os parceiros financeiros.

A gestão do risco de taxa de juro tem por objectivo minimizar a exposição à variação das taxas de juro e o seu impacto nas Demonstrações Financeiras dentro

dos limites estabelecidos. Através da política de controlo adoptada procuram-se seleccionar as estratégias adequadas para cada área de negócio, com o objectivo de assegurar que este factor de risco não afecta negativamente a respectiva capacidade operacional. Por outro lado, é ainda monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afectar negativamente os resultados do Grupo. A evolução favorável das taxas de juro nos últimos anos (ver gráfico abaixo) tem permitido não contratualizar produtos derivados de cobertura de risco. No entanto, continuamos a acompanhar regularmente o comportamento dos mercados, sendo expectável que durante o ano de 2015 se proceda à cobertura do risco a que a dívida da José de Mello Saúde está exposta.

Euribor



Risco Operacional

A José de Mello Saúde, enquanto líder de mercado na prestação de cuidados de saúde, assume o compromisso com os princípios orientadores do desenvolvimento sustentável.

O respeito por estes princípios traduz-se no imperativo de assegurarmos, em cada momento, a criação de valor e, com isso, a satisfação dos nossos Clientes, Colaboradores, Accionistas e Entidades terceiras com quem colaboramos no exercício da sua actividade.

Neste âmbito, a José de Mello Saúde desenvolve um Modelo de Gestão Integrado transversal a todas as Unidades, assente em 7 pilares:

1. Prestação de cuidados de saúde

A prestação de cuidados de saúde, de acordo com as melhores práticas, a excelência tecnológica, e a mais recente e comprovada evolução científica na prevenção, diagnóstico e tratamento clínico da doença, sustentada na obtenção de resultados clínicos, periodicamente monitorizados e reavaliados face aos objetivos e metas definidos.

Um modelo de prestação de cuidados assente na procura contínua de soluções para dar resposta às necessidades dos nossos clientes.

2. Segurança do doente

A manutenção de um programa transversal para a Gestão do Risco Clínico e Não Clínico, que estabelece e prioriza acções para identificação de potenciais riscos e prevenção da sua ocorrência, reforçado pela implementação das recomendações



de boas práticas, por forma a eliminar danos desnecessários decorrentes da prestação de cuidados de saúde.

3. Segurança da informação

A protecção da Informação, como suporte à eficiência do serviço prestado aos seus clientes, assente na integridade, disponibilidade dos sistemas e infra-estruturas de informação e na confidencialidade dos dados.



4. Eficiência ambiental

A identificação dos aspectos ambientais resultantes da prestação de cuidados de saúde permite avaliar os impactos e priorizar as acções, tendo em vista a sua minimização e controlo.

A promoção da utilização sustentável de recursos naturais, designadamente energia e água, prevenção da poluição e redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos.

5. Segurança e saúde do trabalho

A identificação dos perigos a que os profissionais se encontram expostos, no âmbito da segurança e saúde do trabalho, tendo em vista a avaliação dos riscos e priorização de acções, garantindo a sua minimização e controlo.

A prevenção da ocorrência de lesões, incidentes, acidentes e doenças profissionais.

6. Requisitos legais

O cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em vigor, bem como outros requisitos que se subscreva.

7. Melhoria contínua

O estabelecimento de uma cultura de melhoria contínua que consolida a gestão dos processos e promove a eficiência do modelo de gestão integrado.

5. Análise Económico-Financeira

DESEMPENHO GLOBAL

Em 2014, já num contexto de recuperação da actividade económica de Portugal, a José de Mello Saúde aumentou os seus rendimentos operacionais consolidados em 7,8% atingindo os 532 milhões de euros, impulsionados pelo crescimento da actividade de cuidados de saúde privados (+8,6%) bem como pela actividade no segmento de cuidados de saúde públicos (+5,4%).

O EBITDA atingiu os 58,6 milhões de euros em 2014 (crescimento de 30,2% em relação ao período homólogo) e a margem EBITDA foi de 11,0%, um acréscimo de 1,9 p.p. face a 2013. Esta evolução positiva resulta do crescimento generalizado da actividade conjugado com as melhorias alcançadas em termos de eficiência da operação.

O resultado líquido atribuível aos accionistas da José de Mello Saúde atingiu os 16,4 milhões de euros, impulsionado pela recuperação do EBITDA e por uma reversão de provisões de dívidas a receber, derivado de um maior esforço nos processos de cobrança (4 milhões de euros).

Os outros itens do rendimento integral aumentaram 13,5 milhões face a 2013 por via da aquisição, aos respectivos fundos de investimento onde se encontravam parqueados, dos imóveis Hospital CUF Descobertas e Hospital CUF Infante Santo e posterior revalorização e venda destes activos.

Com esta operação imobiliária o Rendimento Integral Consolidado atingiu os 30 milhões de euros em 2014, dando um contributo adicional para o reforço dos capitais próprios do Grupo.

Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Consolidado

(Milhões de Euros)	2013	2014	VAR. 2013	VAR. 2013 %
Rendimentos Operacionais	493,8	532,1	38,3	7,8%
Custos operacionais	(448,7)	(473,4)	(24,7)	5,5%
EBITDA	45,0	58,6	13,6	30,2%
Margem EBITDA	9,1%	11,0%	1,9%	20,8%
Amortizações e Provisões	(26,4)	(23,7)	2,8	-19,1%
EBIT	18,6	35,0	16,4	87,9%
Margem EBIT	3,8%	6,6%	2,8%	74,4%
Resultados Financeiros	(7,1)	(9,0)	(1,9)	26,4%
EBT	11,5	26,0	14,5	125,9%
Impostos	1,0	(9,1)	(10,1)	-999,4%
Resultado líquido	12,5	16,9	4,4	35,2%
Resultado líquido atribuível aos interesses que não controlam	-0,1	0,5	0,6	-658,1%
Resultado líquido atribuível aos accionistas da JMS	12,6	16,4	3,8	30,0%
Outros Itens do Rendimento Integral	0,2	13,5	13,4	7925,7%
Rendimento Integral Consolidado	12,8	29,9	17,2	134,2%

O CAPEX consolidado da José de Mello Saúde foi de 80,7 milhões de euros e dividiu-se entre investimento imobiliário (64,3 milhões de euros) e investimento em obras e equipamentos (16,6 milhões de euros). O elevado valor do investimento imobiliário, resultou da operação de aquisição dos imóveis, Hospital CUF Descobertas e Hospital CUF Infante Santo e posterior celebração de contratos de sale&leaseback via locação financeira.

A dívida líquida consolidada registou um aumento de 23,4 milhões de euros face a 2013, situando-se nos 102 milhões de euros, o que se deveu à geração positiva de fluxos de caixa da generalidade das unidades do Grupo, à contratação de dívida adicional para fazer face aos investimentos previstos e à operação de sale&leaseback dos imóveis Hospital CUF Descobertas e Hospital CUF Infante Santo.

Apesar do aumento da dívida líquida a alavancagem financeira mantém-se nos mesmos níveis de 2013 (1,7x) por via da melhoria do EBITDA.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO

Em 2014, os rendimentos operacionais do segmento de cuidados de saúde privados totalizaram 338,2 milhões de euros, 8,6% acima do homólogo, representando 64% do total dos proveitos. Este crescimento foi impulsionado por um aumento generalizado nas várias áreas assistenciais (13,7%, 6,8%, 7,5%, 7,1% e 7% de crescimento do volume de consultas, atendimentos de urgência, cirurgias, partos e exames e tratamentos, respectivamente).

Quanto ao segmento de cuidados de saúde públicos, os rendimentos operacio-

Demonstração da Posição Financeira Consolidada

(Milhões de Euros)	DEC-13	DEC-14
Activos Não Correntes	148,0	189,6
Fundo de Maneio	(40,5)	(31,3)
Capital Accionista	25,7	54,9
Dívida Líquida	78,6	102,0
Dívida Líquida/EBITDA	1,7	1,7

Rendimentos Operacionais Por Segmento

(Milhões de Euros)	2013	2014	VAR %
Rendimentos Operacionais Consolidados	493,8	532,1	7,8%
Cuidados de Saúde Privados	311,4	338,2	8,6%
Cuidados de Saúde Públicos	196,1	206,6	5,4%
Outras Actividades	5,4	5,0	-6,3%
Holdings e serviços comuns	60,4	57,1	-5,5%
Eliminações	(79,5)	(74,8)	-5,8%

nais atingiram os 206,6 milhões de euros, representando cerca de 39% dos pro-
 veitos no final de 2014, crescendo 5,4% face ao período homólogo. De salientar
 a performance positiva em termos de actividade ao nível da generalidade das
 áreas assistenciais em ambas as unidades quando comparada com o exercício
 anterior.

RESULTADOS POR SEGMENTO

No segmento privado, a margem EBITDA aumentou de 10,2% em 2013 para 13,6%
 em 2014. Este crescimento foi influenciado pelo aumento da actividade e por uma
 maior eficiência, nomeadamente ao nível das rubricas de custo das mercadorias
 vendidas e das matérias consumidas, honorários e custos com pessoal.

No segmento público, foi notável o enfoque continuo na contenção de custos e
 maximização da capacidade instalada que se reflectiu numa melhoria da mar-
 gem EBITDA de 5,4% para 7,5%.

RESULTADOS FINANCEIROS

Os Resultados Financeiros Consolidados diminuíram 1,9 milhões de euros, pelo
 aumento dos custos financeiros mas sobretudo pela diminuição dos Proveitos
 Financeiros, esta última justificada pela redução das taxas nas diversas aplica-
 ções do Grupo.

Os custos financeiros registaram um ligeiro aumento de 2,2% face ao ano ante-
 rior, devido à contratação de dívida adicional.

Resultados por Segmento

	2013		2014		VAR %
	€ MILHÕES	MARGEM	€ MILHÕES	MARGEM	
EBITDA Consolidado	45,0	9,1%	58,6	11,0%	30,1%
Cuidados de Saúde Privados	31,7	10,2%	45,9	13,6%	44,6%
Cuidados de Saúde Públicos	10,5	5,4%	15,6	7,5%	47,4%
Outras Actividades	0,4	6,6%	0,1	2,0%	-71,8%
Holdings e serviços comuns	2,4	4,0%	-2,9	-5,1%	-220,9%

Resultados Financeiros

(Milhões de Euros)	2013	2014	VAR %
Resultados Financeiros Consolidados	(7,1)	(9,0)	26,4%
Proveitos Financeiros	3,5	1,7	-51,8%
Proveitos/Custos relativos Activos Financeiros	0,1	0,3	114,5%
Custos Financeiros	(10,7)	(11,0)	2,2%

RESULTADO LÍQUIDO

A boa performance operacional permitiu terminar o ano com um resultado líquido consolidado de 16,4 milhões de euros, representando um crescimento de 35% face ao período homólogo.

Não obstante a excelente prestação operacional das unidades, importa referir que o Resultado Líquido do ano está influenciado por efeitos não recorrentes, destacando-se a reversão de provisões excessivas de clientes referentes a anos anteriores (1,3 milhões de euros), a reversão de uma provisão constituída em 2013 relativa ao processo de divergência fiscal com a administração tributária no Instituto CUF Porto (2,970 milhões de euros) e bem como custos incorridos com operações pontuais (1,9 milhões de euros). Foram ainda analisadas e reforçadas as provisões para riscos diversos no montante global de 3,3 milhões de euros.

POSIÇÃO FINANCEIRA

O fundo de maneiço evoluiu de (40,5) milhões de euros para (31,3) milhões de euros, explicado pelo aumento do saldo de clientes. O prazo médio de recebimentos aumentou 3,4 dias face a 2013. De realçar, ainda, que os recebimentos extraordinários por parte de alguns pagadores no final de 2013 estão a influenciar positivamente o saldo de clientes naquela data. O saldo de fornecedores reduziu 1,8 milhões de euros face a 2013 tendo o prazo médio de pagamentos diminuído em 17 dias.

O capital próprio variou positivamente 29,6 milhões de euros face a 2013 por via dos resultados do ano e do rendimento integral, este último como efeito da operação imobiliária.

Posição Financeira

(Milhões de Euros)	2013 DEZ	2014 DEZ	2013 DEZ	2014 DEZ	
Activos fixos tangíveis	78,1	129,5	Capital e prestações acessórias	67,4	67,4
Activos intangíveis e Goodwill	52,0	45,8	Reservas e resultados	(41,7)	(12,4)
Outros	17,9	14,4	Interesses minoritários	3,2	3,6
Activos/passivos não correntes detido para venda	0,0	2,2			
Activos Não Correntes	148,0	191,8	Capital Próprio	28,9	58,5
Inventários	7,1	7,2	Empréstimos bancários não correntes	65,0	105,6
Clientes e outros devedores	69,7	80,8	Empréstimos bancários correntes	68,3	33,3
Fornecedores e outros credores	(81,5)	(80,9)	Loações financeiras não correntes	26,0	70,9
Estado e acréscimos	(21,4)	(23,7)	Loações financeiras correntes	11,0	12,4
Provisões	(12,2)	(12,8)	Caixa e equivalentes de caixa	(91,6)	(120,2)
Outros	(2,1)	(2,0)			
Fundo de Maneio	(40,5)	(31,3)	Dívida Líquida	78,6	102,0
Activos Não Correntes + Fundo de Maneio	107,5	160,5	Capital Próprio + Dívida Líquida	107,5	160,5

A dívida financeira bruta consolidada aumentou 47 milhões de euros face a 2013 justificado maioritariamente pela operação de sale&leaseback dos edifícios HCD e HCIS (60M), totalizando 217,4 milhões de euros.

A dívida líquida consolidada ascendeu a 102 milhões de euros, representando um aumento de 23,4 milhões de euros face a Dezembro de 2013, justificada pela geração positiva de fluxos de caixa da generalidade das unidades do Grupo, e pela contratação de dívida adicional para fazer face aos investimentos previstos.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Os bons resultados do ano reflectem-se numa melhoria significativa de praticamente todos os rácios. A autonomia financeira melhora 57% face a 2013 devido ao reforço dos capitais próprios consolidados, que melhoram em 30M. Apesar do aumento da dívida líquida a alavancagem financeira mantém-se nos mesmos níveis de 2013 por via da melhoria do EBITDA (1,74 x). O rácio Debt Equity³ reduziu 13%, ficando nos 63,6%.

Principais Indicadores Financeiros

(Milhões de Euros)	2013	2014	VAR %
Rendimento do Capital Próprio (ROE), % ¹	65,9%	56,8%	
Autonomia Financeira ²	8,2%	12,8%	
Dívida Financeira Líquida, milhões de euro	78,6	102,0	29,8%
Dívida Financeira Líquida/EBITDA	1,75	1,74	-0,3%
Rácio D/D+E ³	73,1%	63,6%	
EBITDA/Encargos Financeiros	4,20	5,35	27,4%

1) $ROE (n) = \text{Resultado Líquido } (n) / \text{Capital Próprio } (n-1)$

2) $\text{Autonomia Financeira} = \text{Capitais Próprios } (n) / \text{Activo } (n)$

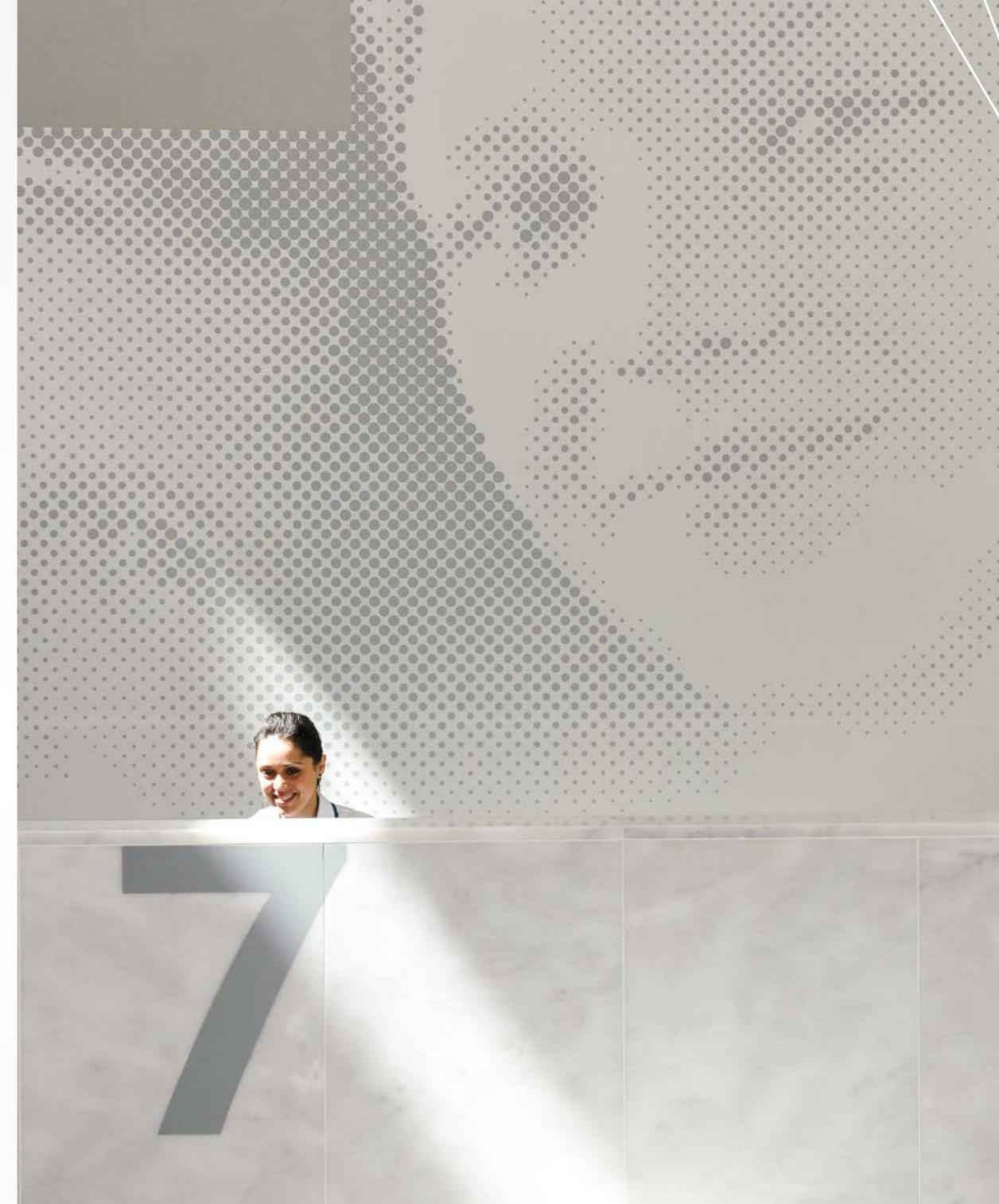
3) $\text{Rácio D/D+E} = \text{Dívida Financeira Líquida} / \text{Dívida Financeira Líquida} + \text{Capital Próprio}$

6. Proposta de Aplicação de Resultados

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido das contas individuais da José de Mello Saúde SA, apurado no exercício de 2014, no valor de 18.693.767,86 euros seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva Legal 934.688,39 euros
- Resultados Transitados 17.759.079,47 euros



Salvador Maria Guimarães José de Mello

Pedro Maria Guimarães José de Mello

João Gonçalves da Silveira

Rui Manuel Assoreira Raposo

Maria Inês Rosa Dias Murteira Bleck

José Carlos Lopes Martins

Vasco Luís José de Mello

Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito

Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães

Paulo Jorge Cleto Duarte

Luís Eduardo Brito Freixial de Goes

O Conselho de Administração

[Lisboa, 17 de Março de 2015]

7. Informação Financeira Consolidada

7.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS a 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em Euros)

	NOTAS	12/31/14	12/31/13
Activos não correntes:			
Goodwill	15	31.926.000	36.368.635
Activos intangíveis	16	13.845.081	15.588.807
Activos fixos tangíveis	17	129.463.948	78.058.487
Investimentos em associadas	18	4.033.056	5.227.841
Outros investimentos	19	66.200	70.859
Activos por impostos diferidos	20	1.982.331	4.341.701
Outros activos não correntes	21	8.296.945	8.296.945
Total de activos não correntes		189.613.560	147.953.275
Activos correntes:			
Inventários	7 e 22	7.248.759	7.141.366
Clientes e adiantamentos a fornecedores	23	72.122.683	61.847.583
Outros devedores correntes	24	8.661.415	7.819.286
Estado e outros entes públicos	25	7.604.466	7.265.282
Outros activos correntes	21	38.777.057	30.289.657
Caixa e depósitos bancários	26	120.173.190	91.600.330
Total de activos correntes		254.587.571	205.963.504
Activos não correntes detidos para venda	5	13.814.393	-
TOTAL DO ACTIVO		458.015.524	353.916.779

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas | A Administração

(Valores expressos em Euros)

Capital próprio:			
Capital	27	53.000.000	53.000.000
Prestações acessórias		14.350.000	14.350.000
Reserva legal	28	2.495.813	1.560.932
Outras reservas e resultados transitados		(31.328.214)	(55.880.346)
Resultado líquido consolidado		16.403.070	12.620.342
Capital próprio atribuível a accionistas		54.920.669	25.650.928
Interesses que não controlam	29	3.577.537	3.227.233
Total do capital próprio		58.498.206	28.878.160
Passivos não correntes:			
Empréstimos	30	105.649.914	67.589.939
Credores por locações financeiras	31	70.852.585	25.967.842
Benefícios aos empregados	32 e 33	1.954.488	2.075.908
Provisões	33	12.759.637	12.243.182
Total de passivos não correntes		191.216.624	107.876.870
Passivos correntes:			
Empréstimos	30	33.348.661	65.672.065
Credores por locações financeiras	31	12.353.257	10.992.199
Fornecedores e adiantamentos de clientes	34	74.964.533	76.843.630
Estado e outros entes públicos	25	17.532.413	12.071.294
Outros credores correntes	35	5.965.654	4.664.400
Outros passivos correntes	36	52.542.322	46.918.159
Total de passivos correntes		196.706.839	217.161.748
Passivos directamente relacionados com activos			
não correntes detidos para venda	5	11.593.855	-
TOTAL DO PASSIVO		399.517.318	325.038.618
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		458.015.524	353.916.779

(Valores expressos em Euros)

	NOTAS	12/31/14		12/31/13	
		ACTIVIDADES CONTINUADAS	ACTIVIDADES DESCONTINUADAS	TOTAL	
OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO					
Proveitos operacionais:					
Vendas e prestações de serviços	5 e 6	507.032.515	17.011.953	524.044.468	482.433.433
Outros proveitos operacionais	5 e 6	7.374.493	639.072	8.013.565	11.317.991
Total de proveitos operacionais		514.407.008	17.651.026	532.058.034	493.751.424
Custos operacionais:					
Custo das vendas	7	(93.900.917)	(1.323.649)	(95.224.566)	(87.974.235)
Fornecimentos e serviços externos	8	(198.451.972)	(9.922.681)	(208.374.652)	(190.938.458)
Custos com o pessoal	9	(161.374.120)	(4.260.141)	(165.634.261)	(162.329.568)
Amortizações e depreciações	16 e 17	(21.037.940)	(1.916.282)	(22.954.221)	(22.701.380)
Provisões e perdas por imparidade, líquido	33	(1.063.032)	348.548	(714.484)	(3.737.813)
Outros custos operacionais	10	(3.651.397)	(528.046)	(4.179.443)	(7.460.336)
Total de custos operacionais		(479.479.378)	(17.602.251)	(497.081.629)	(475.141.790)
Resultados operacionais	5	34.927.630	48.775	34.976.405	18.609.634
Custos e perdas financeiros	11	(10.616.161)	(336.527)	(10.952.688)	(10.719.705)
Proveitos e ganhos financeiros	11	1.669.728	9.484	1.679.212	3.483.180
Resultados relativos a empresas associadas	11	326.679	-	326.679	307.580
Resultados relativos a actividades de investimento	11	(19.414)	-	(19.414)	(164.359)
Resultados financeiros	5	(8.639.168)	(327.042)	(8.966.210)	(7.093.303)
Resultados antes de impostos	5	26.288.462	(278.267)	26.010.195	11.516.330
Impostos sobre o rendimento	12	(9.004.746)	(76.090)	(9.080.836)	1.009.710
Resultado líquido consolidado do exercício		17.283.716	(354.357)	16.929.359	12.526.040

(Valores expressos em Euros)

	NOTAS	12/31/14		12/31/13
		ACTIVIDADES CONTINUADAS	ACTIVIDADES DESCONTINUADAS	TOTAL
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS:				
Resultados líquido do exercício das operações descontinuadas		(354.357)	354.357	-
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam	29	526.290	-	526.290
Resultado líquido do exercício atribuível a detentores de capital		16.403.070	-	16.403.070
Outros itens do Rendimento Integral:				
Alterações nos capitais próprios das associadas		13.544.317	-	13.544.317
Justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-
		13.544.317	-	13.544.317
Rendimento integral consolidado		30.473.676	-	30.473.676
Rendimento integral do exercício atribuível a interesses que não controlam		526.290	-	526.290
Rendimento integral do exercício atribuível a detentores de capital		29.947.387	-	29.947.387
Resultado por acção:				
Básico	14			1,55
Diluído	14			1,55

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e de outro rendimento integral consolidada para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas | A Administração

(Valores expressos em Euros)

	CAPITAL	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	RESERVA DE JUSTO VALOR	AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LIQUIDO	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	53.000.000	14.350.000	(168.762)	-	1.433.878	(57.191.730)	3.799.887	3.927.823	19.151.095
Aplicação do resultado consolidado de 2012:									
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	127.054	3.672.832	(3.799.887)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(80.655)	(80.655)
Variações de interesses que não controlam resultantes da sua atribuição a accionistas	-	-	-	-	-	382.243	-	(382.243)	-
Variações resultantes de alterações dos capitais próprios de associadas	-	-	-	-	-	26	-	6	32
Variações de interesses que não controlam resultantes de alterações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	(13.154)	-	(143.398)	(156.552)
Aquisição de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	(2.730.563)	-	-	(2.730.563)
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	12.620.342	(94.301)	12.526.040
Outros rendimentos e ganhos reconhecidos no capital próprio:									
Alterações nos capitais próprios das associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	168.762	-	-	-	-	-	168.762
Total do rendimento integral do exercício	-	-	168.762	-	-	-	12.620.342	(94.301)	12.694.803
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	53.000.000	14.350.000	-	-	1.560.932	(55.880.346)	12.620.342	3.227.232	28.878.160

(Valores expressos em Euros)

	CAPITAL	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	RESERVA DE JUSTO VALOR	AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVA LEGAL	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	53.000.000	14.350.000	-	-	1.560.932	(55.880.346)	12.620.342	3.227.232	28.878.160
Aplicação do resultado consolidado de 2013:									
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	934.881	11.685.461	(12.620.342)	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	(982.832)	(982.832)
Variações resultantes de alterações dos capitais próprios de associadas	-	-	-	-	-	269	-	-	269
Aquisição de interesses que não controlam	-	-	-	-	-	32.773	-	-	32.773
Reduções de participação de capital	-	-	-	-	-	(713.203)	-	806.847	93.644
Outros	-	-	-	-	-	2.516	-	-	2.516
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	16.403.070	526.290	16.929.359
Outros rendimentos e ganhos reconhecidos no capital próprio:									
Alterações nos capitais próprios das associadas	-	-	-	-	-	13.544.317	-	-	13.544.317
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	13.544.317	16.403.070	526.290	30.473.676
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	53.000.000	14.350.000	-	-	2.495.813	(31.328.213)	16.403.070	3.577.537	58.498.206

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas | A Administração

(Valores expressos em Euros)

	NOTAS	2014	2013
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		493.489.621	472.528.083
Pagamentos a fornecedores		(301.173.293)	(286.467.615)
Pagamentos ao pessoal		(157.742.143)	(153.460.621)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.449.770)	(449.586)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		3.756.846	(2.739.356)
Fluxos das actividades operacionais (1)		35.881.261	29.410.905
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos financeiros e outros investimentos		60.628.000	53.968.156
Activos fixos tangíveis	6 e 18	108.560	80.084
Juros e proveitos similares	6 e 12	2.289.407	2.912.078
Dividendos	6 e 12	248.113	272.000
		63.274.080	57.232.317
Pagamentos respeitantes a:			
Activos financeiros e outros investimentos		(367.500)	(3.920.000)
Activos fixos tangíveis	6 e 18	(57.253.817)	(7.054.130)
Activos intangíveis	17	(769.482)	(1.258.200)
		(58.390.799)	(12.232.330)
Fluxos das actividades de investimento (2)		4.883.281	44.999.986

(Valores expressos em Euros)

	NOTAS	2014	2013
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	31	108.176.664	58.100.000
Empréstimos a empresas do Grupo		43.668.656	2.647.150
Prestações acessórias		-	5
Outros		1.134.356	-
		152.979.676	60.747.155
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	31	(96.464.314)	(72.719.924)
Empréstimos a empresas do Grupo		(43.134.687)	(6.723.418)
Amortização de contratos de locação financeira	32	(10.232.409)	(10.450.340)
Juros e custos similares	6 e 12	(16.236.011)	(11.282.283)
Dividendos pagos e resultados distribuídos		(985.346)	(80.629)
		(167.052.767)	(101.256.593)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(14.073.090)	(40.509.438)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		26.691.451	33.901.453
Efeito da Variação de Perímetro		1.881.409	(3.833)
Caixa e seus equivalentes no início do período	27	91.600.330	57.702.710
Caixa e seus equivalentes no fim do período	27	120.173.190	91.600.330

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidados fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas | A Administração

7.2 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS a 31 de Dezembro de 2014

(Valores expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A José de Mello Saúde, S.A., anteriormente denominada José de Mello Saúde II, S.A., (“Empresa” ou “JMS”) tem sede em Lisboa, foi constituída em Dezembro de 1992 e tem como actividade principal a prestação de cuidados de saúde, nomeadamente na área da prestação de cuidados de saúde privados, na parceria público-privado, na prestação de serviços no âmbito da medicina, higiene e saúde no trabalho e ainda na prestação de cuidados de saúde domiciliários. O universo empresarial da JMS (“Grupo” ou “Grupo JMS”) é formado pelas empresas subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas descritas na Nota 3.

Conforme referido na Nota 27, o capital da Empresa é detido maioritariamente pela José de Mello, SGPS, S.A., sua empresa-mãe que elabora demonstrações

financeiras consolidadas e que cumprem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) e, conseqüentemente, as operações e transacções do Grupo-JMS (Nota 39) são influenciadas pelas decisões do Grupo José de Mello.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3), ajustados no processo de consolidação, quando necessário, de modo a estarem de acordo com as disposições das IRFS, adoptadas pela União Europeia, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2014. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”), respectivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IFRS”.

2.1.1. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2014

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas Normas e Interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014, as quais não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo:

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas

A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o factor decisivo para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.

IFRS 11 – Acordos conjuntos

Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés da sua forma jurídica (como é actualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.

IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades

Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora do balanço.

IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – Entidades de investimento (Emendas)

Cria uma excepção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas situações, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 28 – Investimentos em associadas e joint ventures

O objectivo da IAS 28 é o determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.

IAS 32 – Instrumentos financeiros

A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.

IAS 36 – Imparidade de activos (Emenda)

As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um activo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos activos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.

IAS 39 – Instrumentos financeiros (Emenda)

O objectivo das alterações propostas é proporcionar uma excepção ao requisito para a interrupção da contabilidade de cobertura da IAS 39 e IFRS 9 em circunstâncias em que um instrumento de cobertura é obrigado a ser renovado, como resultado de leis ou regulamentos.

2.1.2 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

Existem novas normas, alterações e interpretações efectuadas a normas existentes, que apesar de já publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem após 1 de Janeiro de 2015, que o Grupo decidiu não adotar antecipadamente:

a) Já endossadas pela União Europeia:

IAS 19 – Benefícios de empregados (Emenda)

O objectivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.

IFRIC 21 – Taxas

Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o fato gerador da obrigação, que dá origem a um passivo, é a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.

Estas normas, apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo no período findo em 31 de Dezembro de 2014, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

NORMA	DATA DE APLICAÇÃO
• IFRS 9 Instrumentos financeiros	1 de Janeiro de 2018
• IFRS 10 e IAS 28 Venda ou entrega de activos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto	1 de Janeiro de 2016
• IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidades de investimento: aplicação da excepção de consolidação	1 de Janeiro de 2016
• IFRS 11 Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas	1 de Janeiro de 2016
• IAS 27 Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras	1 de Janeiro de 2016
• IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com actividades reguladas	1 de Janeiro de 2016
• IFRS 15 Rédito de contratos com clientes	1 de Janeiro de 2017
• IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras	1 de Janeiro de 2016
• IAS 16 e IAS 41 Plantas que geram produto agrícola	1 de Janeiro de 2016
• IAS 16 e IAS 38 Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos	1 de Janeiro de 2016

Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, o Grupo não concluiu ainda o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação pelo que optou pela sua não adopção antecipada. Contudo não espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2.2. Alterações de políticas contabilísticas

Conforme referido na Nota 17, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o Grupo alterou a sua política contabilística relativa aos Activos fixos tangíveis aplicando, de acordo com o permitido na IAS 16 Activos fixos tangíveis, para a classe Imóveis afectos a serviços de saúde, o modelo da revalorização, uma vez que o Grupo acredita que este modelo demonstra de forma mais eficaz a posição financeira desta classe de activos e está mais alinhado com as práticas adoptadas pelos seus concorrentes.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo utiliza o modelo de revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes. O Grupo aplicou o modelo de revalorização prospectivamente.

2.3. Julgamentos críticos / estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afec-

tar o valor dos activos e passivos apresentados, em particular amortizações e depreciações, ajustamentos, perdas por imparidade e provisões, as divulgações de activos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os seus proveitos e custos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados na avaliação de impostos diferidos, vidas úteis dos activos tangíveis e investimentos.

2.4. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas (Nota 3.1.) em cada período contabilístico efecta-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis em resultado do seu envolvimento com a participada e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder sobre a participada (isto é, direitos que lhe dão actualmente a capacidade de gerir as actividades relevantes da participada).

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na Demonstração consolidada da posição financeira e na Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidado, respectivamente, na rubrica de “Interesses que não controlam”.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não controlam no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os interesses que não controlam tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

As transacções e saldos significativos entre as empresas controladas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas. Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de integração global.

b) Concentração de actividades empresariais e Goodwill

A concentração de actividades empresariais, nomeadamente a aquisição de subsidiárias, é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transacção, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida.

Os activos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumprem com os critérios de reconhecimento da IFRS 3, são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição, excepto os activos não correntes (ou grupo de activos) que sejam classificados como detidos para venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Goodwill. O Goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na Demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo do período e não é susceptível de reversão posterior.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

Na alienação de uma subsidiária, o correspondente Goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia.

Os interesses de accionistas que não controlam são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

c) Investimentos em associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais e financeiras mas que não é controlo nem controlo conjunto, tal como definido na alínea a) anterior.

Estes investimentos financeiros em empresas associadas (Notas 3.2 e 18) encontram-se valorizados pelo método da equivalência patrimonial, excepto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, desde a data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método. O Goodwill relacionado com a associada está incluído no valor do investimento financeiro e não é testado individualmente.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação do Grupo nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida da rubrica resultados relativos a empresas associadas (Nota 11), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de Outras reservas, bem como pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

As perdas em associadas em excesso ao investimento efectuado nessas entidades não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como Goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

2.5. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos nos resultados do período em que quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos;
- O Grupo não retenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fielmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para o Grupo; e,
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fielmente mensurados.

Os proveitos de vendas são reconhecidos líquidos de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos nos resultados do período em que são prestados.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável. Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes.

2.6. Resultado operacional

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os relacionados com reestruturações e com activos fixos tangíveis e intangíveis. Inclui, ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral ou proporcional. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.7. Custos de financiamento

Os custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período a que respeitam.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos tangíveis que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou de-

envolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou durante os períodos em que o desenvolvimento do activo seja interrompido. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

2.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco a dez anos para a Segurança Social, conforme aplicação do regime de transição). Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a Sociedade considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras referidas à data de 31 de Dezembro de 2014.

O Grupo reconhece os impostos diferidos de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Imposto Sobre o Rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transacções.

São reconhecidos activos por impostos diferidos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. O valor dos impostos diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do Activo por imposto diferido. De acordo com a legislação em vigor, considerou-se, em Portugal, a taxa de IRC de 23% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram Activos por impostos diferidos.

2.9. Resultados por acção

O resultado básico por acção é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da empresa-mãe, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por acção é igual ao resultado básico já que não existem interesses em acções preferenciais convertíveis, nem opções sobre acções.

2.10. Activos intangíveis, excluindo Goodwill

Os activos intangíveis (excepto Goodwill) compreendem, essencialmente, as despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo, identificáveis e o respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da Linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para o Grupo.

Os activos intangíveis para os quais não seja previsível a existência de um período limitado de geração de benefícios económicos futuros são designados activos intangíveis de vida útil indefinida. Estes activos não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais.

Nesta rubrica encontram-se, ainda, reflectidos os Direitos de Concessão, correspondentes ao direito de gestão e exploração dos estabelecimentos hospitalares em Regime de Parceria Publico-Privada. A amortização é efectuada pelo período estipulado nos contratos (10 anos).

De acordo com o estabelecido na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços,

nesta rubrica encontra-se também registado um Intangível correspondente ao valor total estipulado dos investimentos esperados até ao termo do Contrato de gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca, decorrente das obrigações previstas no Anexo V do mesmo. Este activo encontra-se a ser amortizado pelo período remanescente do contrato.

2.11. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.

Os Imóveis afectos a serviços de saúde encontram-se escriturados pela quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data de revalorização. A última revalorização foi efectuada em referência a 31 de Dezembro de 2014.

Os activos fixos tangíveis são depreciados pelo método da Linha recta a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS DE VIDA ÚTIL
• Edifícios e outras construções	10 - 20
• Equipamento básico	3 - 14
• Equipamento de transporte	4
• Equipamento administrativo	4 - 8
• Outros activos fixos tangíveis	4 - 8

A quantia depreciável dos activos fixos tangíveis não inclui o valor residual que se estima no final das respectivas vidas úteis, excepto nos casos em que o mesmo se estima ser imaterial ou exista incerteza quanto à sua realização. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os activos passam a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência normal, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos são depreciados a partir do momento em que se encontram em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido nos resultados do período, como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

2.12. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transac-

ção de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Activos não correntes (ou operações descontinuadas), classificados como detidos para venda, são mensurados ao menor do valor contabilístico e do respectivo valor esperado de venda, deduzido dos custos de suporte à futura venda.

2.13. Imparidade de activos não correntes, excluindo Goodwill

É efectuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a eventual extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o activo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros activos, a estimativa do valor recuperável é efectuada para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

Activos intangíveis de vida útil indefinida são sujeitos a testes de imparidades anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à

sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na rubrica Reversão de amortizações e ajustamentos. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

2.14. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Sempre que o seu valor realizável líquido (preço de venda estimado no decurso normal da actividade, deduzido dos respectivos custos de venda) é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, o qual é re-posto quando deixam de existir os motivos que a originaram.

2.15. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse dos activos locados; e (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado como activo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como Custos e perdas financeiras no período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas na rubrica Fornecimentos e serviços externos, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.16. Benefícios com pensões de reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Assim, os custos com a atribuição destes benefícios definidos são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período, de acordo com o método das “unidades de crédito projectadas”. As responsabilidades assim estimadas são reconhecidas na Demonstração da posição financeira na rubrica Benefícios aos empregados.

Os respectivos custos são registados na rubrica Custos com o pessoal, conforme previsto pela referida norma, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período, e o custo dos juros, o qual resulta da actualização das responsabilidades passadas.

Os custos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados foram já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos.

2.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada Demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Em particular são constituídas provisões para fazer face às obrigações contratuais de manter ou repor os equipamentos, operados ao abrigo do Contrato de gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca, tendo por base o plano de investimento decorrente das obrigações previstas no Anexo V do referido contrato, de acordo com o estabelecido na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços.

2.18. Activos e passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- uma possível obrigação que surja proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou,
- uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios eco-

nómicos será necessário para liquidar a obrigação; ou,
– a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Um activo contingente é um possível activo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.19. Instrumentos financeiros

Activos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são inicialmente contabilizadas ao valor nominal e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzido de perdas de realização estimadas. As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados na rubrica de Provisões e perdas por imparidade, sendo subsequentemente revertidas por resultados na rubrica Reversão de provisões e perdas por imparidade, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

c) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Os investimentos que não em empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Activos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda;
- Outros investimentos.

Os investimentos detidos até à maturidade são investimentos com fluxos financeiros pré-determinados e com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data, sendo classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data da demonstração da posição financeira. Estes investimentos são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos. São reconhecidas perdas de imparidade em resultados quando o valor reconhecido do investimento é inferior ao valor estimado dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efectiva determinada no momento do reconhecimento inicial. A reversão de perdas de imparidade em períodos subsequentes apenas poderá ocorrer quando um aumento no valor recuperável do investimento estiver relacionado com eventos ocorridos após a data em que a perda por imparidade foi reconhecida. Em qualquer circunstância, decorrente da reversão da perda por imparidade, o valor reconhecido do investimento não poderá ultrapassar o valor correspondente ao respectivo custo amortizado, caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Os activos mensurados ao justo valor através de resultados são instrumentos financeiros detidos para negociação adquiridos para venda no curto prazo, e são classificados como investimentos correntes. Incluem-se ainda nesta categoria os instrumentos financeiros que no momento do reconhecimento inicial são designados pela Empresa pelo justo valor através de resultados, desde que tenham um preço de mercado cotado num mercado activo ou o justo valor possa ser fielmente mensurado.

Após o reconhecimento inicial, os activos mensurados ao justo valor através de resultados e os activos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda ou não se enquadram nas classificações anteriores e são classificados como activos não correntes.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Outras reservas até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda de imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que eviden-

ciam um interesse residual nos activos do Grupo, após dedução dos passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado, calculados de acordo com o método do juro efectivo, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva.

f) Contas a pagar

As contas a pagar são inicialmente contabilizadas ao valor nominal e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

2.20. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data da demonstração da posição financeira são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

3.1. Empresas consolidadas pelo método integral

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, e as seguintes participadas nas quais o Grupo detém o controlo:

EMPRESAS	SEDE	PERCENTAGEM EFECTIVA	ACTIVIDADE
Holdings e serviços comuns:			
• José de Mello Saúde, S.A.	Lisboa	Empresa-mãe	Compra e venda de equipamentos e prestação de serviços de gestão e consultoria
• VALIR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Porto	92,9332%	Gestão de participações sociais
• Vramondi International BV	Roterdão	99,9996%	Gestão de participações sociais
• JMS - Prestação de Serviços Administrativos e Operacionais, A.C.E.	Oeiras	98,9385%	Prestação de serviços de gestão administrativa e financeira
• JMS - Prestação de Serviços de Saúde, A.C.E.	Oeiras	98,3482%	Prestação de serviços de gestão administrativa e financeira
• José de Mello Saúde - Serviços de Logística, A.C.E.	Oeiras	99,2174%	Prestação de serviços operacionais (catering, limpeza e manutenção)
• Academia CUF, Sociedade Unipessoal, Lda.	Oeiras	100%	Prestação de serviços de formação na área da enfermagem e serviços clínicos
Prestação privada:			
• Hospital CUF Descobertas, S.A.	Oeiras	99,9293%	Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar
• Hospital CUF Infante Santo, S.A.	Oeiras	100%	Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar
• Hospital CUF Porto, S.A.	Oeiras	100%	Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar
• Hospital CUF Torres Vedras, S.A. (a)	Oeiras	100%	Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar
• Hospital CUF Cascais, S.A. (b)	Oeiras	100%	Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar
• Clínica CUF Alvalade, S.A.	Lisboa	100%	Prestação de serviços médicos e de enfermagem
• Clínica CUF Belém, S.A.	Lisboa	62,8069%	Prestação de serviços médicos e de enfermagem
• Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.	Lisboa	33,6490%	Prestação de serviços médicos e de enfermagem
• Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S.A.	Matosinhos	92,9332%	Exploração de estabelecimento de saúde
• HD Medicina Nuclear, S.A.	Lisboa	69,9465%	Prestação de serviços de diagnóstico e terapêutica na área da medicina nuclear
• Ecografia de Cascais, Lda.	Cascais	99,9996%	Exploração de um centro médico de radiologia e diagnóstico
• Nova Imagem - Centro Radiodiagnóstico, S.A.	Oeiras	99,9996%	Exploração de um centro médico de radiologia e diagnóstico

EMPRESAS	SEDE	PERCENTAGEM EFECTIVA	ACTIVIDADE
Prestação pública:			
• PPPS - Parcerias Públicas Privadas na Saúde, SGPS, S.A.	Lisboa	100%	Promoção e exploração de unidades de saúde públicas
• Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.	Braga	99,9857%	Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar público
• Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.	V.F. de Xira	99,9809%	Gestão e exploração de um estabelecimento hospitalar público
Outros:			
• Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	Oeiras	70,4998%	Prestação de serviços externos de segurança, higiene e saúde no trabalho
• Loja Saúdecuf - Produtos e Serviços de Saúde e Bem Estar, S.A.	Oeiras	100%	Comércio de produtos de parafarmácia
• Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda.	Oeiras	100%	Prestação de serviços de apoio a utilizadores de unidades de saúde
• S.P.S.D. - Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A.	Lisboa	100%	Prestação de cuidados personalizados de saúde no domicílio
• LBO Land, Unipessoal, Lda.	Lisboa	100%	Compra e venda de imóveis, permuta e arrendamento de imóveis
Actividades descontinuadas (c):			
• Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada, S.A.	Porto	99,9996%	Prestação de serviços médicos pela utilização de métodos de diagnóstico
• Amadeu Campos Costa, Sociedade Unipessoal, Lda.	Porto	99,9996%	Prestação de serviços médicos pela utilização de métodos de diagnóstico
• António José Guedes de Pinho, Lda.	S. João da Madeira	99,9996%	Prestação de serviços médicos pela utilização de métodos de diagnóstico
• CIMC - Centro Imagiologia Médica Computorizada, S.A.	Porto	99,9996%	Prestação de serviços médicos e de enfermagem
• SENOSOM - Centro de Diagnóstico pela Imagem, Lda.	Porto	99,9996%	Prestação de serviços médicos pela utilização de métodos de diagnóstico

(a) Durante o exercício de 2014 entrou em funcionamento a Clínica de Mafra (14 de Janeiro), a qual responde clínica e administrativamente ao Hospital CUF Torres Vedras, S.A..

(b) Durante o exercício de 2014 entraram em funcionamento a Clínica de São Domingos de Rana e a Clínica de Sintra (1 de Abril e 9 de Junho, respectivamente), as quais respondem clínica e administrativamente ao Hospital CUF Cascais, S.A..

(c) Em 9 de Dezembro de 2014, a filial Vramondi International BV (“Vramondi”) celebrou com a sociedade BASE – Serviços Médicos de Imagiologia, SGPS, S.A. (“Base”), um contrato de compra e venda da totalidade do capital social da sociedade Dr. Campos Costa – Consultório de Tomografia Computorizada, S.A. (“Dr. Campos Costa”). O universo empresarial da Dr. Campos Costa (“Grupo Campos Costa”) é composto por 5 empresas subsidiárias.

Nos termos do referido contrato, a Vramondi venderia à Base a totalidade das acções representativas do capital social da Dr. Campos Costa no dia 6 de Janeiro de 2015, facto que se veio a concretizar nessa data.

Neste contexto, entendeu a JMS refletir com “Activos não correntes detidos para venda” e “Passivos directamente relacionados com Activos não correntes detidos para venda”, os activos e passivos relativos ao Grupo Campos Costa, na sua Demonstração consolidada da posição financeira, bem como evidenciar os custos e os proveitos gerados no exercício de 2014 como “Actividades descontinuadas” na sua Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral consolidado.

3.2. Empresas associadas

As empresas associadas registadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 (Nota 18), são as seguintes:

EMPRESAS	SEDE	PERCENTAGEM EFECTIVA	ACTIVIDADE
• Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	Lisboa	34,000%	Exploração de unidades de tratamento por radiocirurgia
• Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	Braga	33,995%	Gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Braga
• Escala Parque - Gestão de Estacionamento, S.A.	Sintra	33,995%	Gestão, exploração e manutenção de parques de estacionamento

4. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais alterações ocorridas no perímetro de consolidação, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, respeitaram essencialmente a:

4.1. Entradas

FIRMA	SEDE SOCIAL	PERCENTAGEM DO CAPITAL DETIDO	
		CONTROLO	EFFECTIVO
• LBO Land, Unipessoal, Lda.	Lisboa	100,00%	100,00%

A LBO Land, Unipessoal, Lda. foi constituída a 3 de Dezembro de 2012 e tem como objecto social a compra e venda de imóveis, revenda dos adquiridos para esse fim e, ainda, a permuta e arrendamento de imóveis. No início de 2015 foi alterada a sua denominação social para Imo-health – Investimentos imobiliários, Unipessoal, Lda.. Em 21 de Novembro de 2014 a José de Mello Saúde, S.A. adquiriu a totalidade do seu capital social. A entrada desta entidade no perímetro de consolidação, com efeitos a partir dessa data, teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2014:

	LBO LAND
Activos líquidos adquiridos:	
Inventários	4.237
Caixa e equivalentes a caixa	2
	4.239
Goodwill (Nota 15)	13.261
Preço de aquisição/ Pagamentos efectuados (Nota 26)	17.500
	-

4.2. Outros movimentos

Beso

Durante o exercício de 2014, a JMS procedeu à aquisição dos restantes 75,1% de participação na Beso – Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda., passando a participação de 24,9% para 100% e desta forma alterando-se o método de consolidação de equivalência patrimonial para método global. O valor que resulta da diferença entre o valor pago dos Interesses que não controlam e o seu respectivo justo valor, que de acordo com a IFRS 10 não pode ser considerado como Goodwill, mas deve ser refletido directamente nos Capitais Próprios Consolidados (tendo o Grupo JMS procedido em conformidade), pode ser resumido da seguinte forma:

	BESO
Activos líquidos adquiridos:	
Activos fixos tangíveis	4.251
Clientes e adiantamentos a fornecedores	7.629
Estado e outros entes públicos	12.779
Caixa e equivalentes a caixa	6.696
Empréstimos	(503.000)
Fornecedores e adiantamentos de clientes	(38)
Outros credores	(689)
Outros passivos	(220)
	(472.593)
Badwill	(30.407)
Preço de aquisição	503.000
	-

Hospital CUF Descobertas

Em 21 de Fevereiro de 2014 efectuou-se um aumento do capital social do Hospital CUF Descobertas, S.A., com a entrada de 7 novos accionistas no capital da sociedade. Em consequência a percentagem de participação do Grupo reduziu para 99,9293%.

Ecografia de Cascais

Em Outubro de 2014, o Hospital CUF Cascais, S.A. alienou à Vramondi 100% da sua participação na Ecografia de Cascais, Lda.. A valia decorrente desta operação, efectuada dentro do Grupo, foi eliminada no processo de consolidação.

Hospital CUF Torres Vedras e Hospital CUF Cascais

Em 2014, por deliberação da Administração, alterou-se a designação da “Clínica CUF Torres Vedras, S.A.” e da “Clínica CUF Cascais, S.A.”, devido aos seus perfis clínicos, nomeadamente à existência de bloco operatório e internamento. Com efeito, estas unidades passaram a assumir a designação de “Hospital CUF Torres Vedras, S.A.” e “Hospital CUF Cascais, S.A.”, respectivamente.

Nova Imagem

Em Outubro de 2014 a Dr. Campos Costa – Consultório de Tomografia Computorizada, S.A. (“Campos Costa”) procedeu a uma operação de cisão, mediante o destaque de parte do seu património, para com ele constituir uma nova sociedade. O objectivo da cisão foi o de destacar a nova actividade prestada pela Campos Costa no âmbito da Imagiologia (Radiologia de Intervenção). A sociedade que resultou da cisão – Nova Imagem – Centro Radiodiagnóstico, S.A. - é totalmente detida pela Vramondi

International B.V. (“Vramondi”), e tem como objecto social a prestação de serviços médicos nas áreas da radiologia de intervenção, radiodiagnóstico, ecografia, mamografia, tomografia computadorizada, bem como todos os métodos de diagnóstico pela imagem que utilizem sistemas computadorizados. Dado que ambas as sociedades são participadas a 100% pela Vramondi, esta operação de cisão não teve qualquer impacto nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

4.3. Outras operações que afectaram o perímetro em períodos anteriores

HAS e Haspac

O Ministério da Saúde denunciou, no dia 6 de Novembro de 2007, o contrato de concessão com a sociedade Hospital Amadora Sintra - Sociedade Gestora, S.A. (“HAS”), que geria o Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca EPE, cuja transferência da gestão teve efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009, razão pela qual esta actividade foi descontinuada. Consequentemente, a actividade de uma outra empresa do Grupo, a HASPAC - Patologia Clínica, S.A. (“Haspac”) que explorava, em regime exclusivo, o Serviço de Patologia Clínica do HAS, foi igualmente descontinuada.

No âmbito do processo de arbitragem em curso, o tribunal arbitral proferiu em 12 de Dezembro de 2012 um acórdão condenando a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (“ARSLVT”) a pagar ao HAS a importância de 18.123.526 Euros. Apesar de condenada e de interpelada para o efeito, a ARSLVT nunca pagou o montante condenatório. A ARSLVT instaurou uma ação de anulação do acórdão arbitral que corre termos pelo Tribunal Central Administrativo Sul e que ainda se encontra pendente de decisão.

No final do primeiro trimestre de 2014, o HAS constatou que os esforços de cobrança junto da ARSLVT não estavam a produzir os resultados desejados. Por esse motivo, e com o objectivo de satisfazer, ainda que parcialmente, as responsabilidades contraídas junto dos seus credores, o HAS sondou o mercado e logrou encontrar uma entidade, a Finanfarma – Sociedade de Factoring, S.A., disposta a celebrar um contrato de factoring e a pagar uma quantia muito avultada pela aquisição do crédito do HAS sobre a ARSLVT, prevendo expressamente a possibilidade de recorrer ao Processo Especial de Revitalização (“PER”). A estratégia preconizada pelo HAS mereceu a concordância de uma larga maioria de credores (74,46%) representativos do seu passivo. Em 1 de Agosto de 2014 o HAS instaurou o processo PER tendo sido aprovado por 84% dos credores, e posteriormente homologado pelo Tribunal de Comércio de Lisboa em 5 de Março de 2015.

Pese embora se tenha obtido o apoio de diversos Credores (47,98%) representativos do passivo da HASPAC, a verdade é que não foi possível alcançar a maioria qualificada de 67% e que permitisse efectuar um acordo de credores. Neste contexto, a Administração da HASPAC viu-se forçada a avançar com pedido de apresentação voluntária à Insolvência junto do Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste, tendo sido decretada Insolvente no passado no dia 19 de Fevereiro de 2015, e nomeado o respectivo Administrador de Insolvência.

À semelhança de exercícios anteriores, os Conselhos de Administrações do HAS e da HASPAC desenvolveram a sua actividade de acordo com o enquadramento

e os compromissos assumidos com os credores e em coordenação com as respectivas Comissões de Supervisão. Assim, foi considerado pelo Grupo JMS que não se verifica, desde a data da celebração dos acordos de regularização dos créditos com a maioria dos credores e a constituição por estes de uma Comissão de Supervisão, um controlo efectivo destas subsidiárias, pelo que as mesmas foram excluídas do perímetro de consolidação. Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo JMS deixaram de integrar os activos, no valor de 28,6 milhões de Euros e os passivos, no valor de 19 milhões de Euros, daquelas duas sociedades.

5. SEGMENTOS DE NEGÓCIO

As principais actividades desenvolvidas pelo Grupo são agrupadas nos seguintes segmentos de negócio:

- Prestação privada;
- Prestação pública;
- Holdings e serviços comuns; e,
- Outros.

A área de negócio “Prestação privada” inclui as seguintes unidades:

- cinco hospitais, que no seu conjunto oferecem 503 camas para internamento, 324 gabinetes de consulta, blocos operatórios com 28 salas, blocos de partos com 6 salas e ainda uma vasta oferta de consultas de especialidade, exames, medicina dentária, *check-ups*, medicina física e de reabilitação;

- duas clínicas de ambulatório que oferecem consultas de especialidade, exames, medicina dentária, check-ups, medicina física e de reabilitação e ainda a possibilidade de realização de pequenas cirurgias;
- uma unidade de diagnóstico e tratamento de elevado perfil tecnológico com 48 gabinetes de consulta; e,
- três unidades de imagiologia clínica, com um leque diversificado de exames (densitometria óssea, ecografia, mamografia, radiologia, ressonância magnética e tomografia computadorizada).

O segmento “Prestação pública” decorre de dois contratos de parceria com o estado português, no qual o Grupo gere dois hospitais:

- Hospital de Braga - resultante de uma parceria público-privado estabelecida em Dezembro de 2008, o novo Hospital de Braga entrou em funcionamento no dia 9 de Maio de 2011, dispõe de uma área de construção hospitalar de 102 mil m², 702 camas e 63 gabinetes de consultas, servindo uma população de 1,2 milhões de habitantes dos distritos de Braga e Viana do Castelo; e,
- Hospital de Vila Franca de Xira - o consórcio Escala Vila Franca de Xira, assumiu a gestão do Hospital de Reynaldo dos Santos no dia 1 de Junho de 2011 com responsabilidade por toda a actividade deste hospital do Serviço Nacional de Saúde, tendo assegurado a gestão da anterior infra-estrutura hospitalar durante o período de 2 anos. Em Abril de 2013 entrou em funcionamento o

novo Hospital Vila Franca de Xira que conta com uma área bruta de construção de 49 mil m², 278 camas de internamento e 33 gabinetes de consulta e servirá cerca de 235 mil habitantes dos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente e Vila Franca de Xira.

O segmento “Holdings e serviços comuns” integra, para além da gestão de participações sociais, sete entidades que prestam serviços de gestão, formação, contabilidade, consultoria, limpeza e manutenção e ainda serviços informáticos, operacionais, administrativos, aluguer de equipamento médico, de negociação e aprovisionamento.

De realçar, ainda, que o Grupo conta com unidades que (i) prestam serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho indispensáveis à vigilância da saúde dos trabalhadores e das condições ambientais de trabalho, (ii) prestam cuidados personalizados de saúde no domicílio, nomeadamente nas áreas de gerontologia, cuidados materno-infantis, acompanhamento em convalescenças e cuidados paliativos, (iii) prática do comércio de produtos de parafarmácia, que incluem produtos de dermocosmética, de higiene pessoal, de puericultura, ortopédicos, produtos e suplementos alimentares, alimentação dietética, produtos naturais e produtos farmacêuticos não sujeitos a receita médica e (iv) compra, venda, gestão e arrendamento de imóveis hospitalares. Os valores respeitantes a estas actividades, estão incluídos no segmento “Outros”.

A principal informação relativa aos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 dos diversos segmentos de negócio é a seguinte:

2014

	PRESTAÇÃO PÚBLICA	PRESTAÇÃO PRIVADA	HOLDINGS E SERVIÇOS COMUNS	OUTROS	ACTIVIDADES DESCONTINUADAS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Prestações de serviços							
Clientes externos	202.595.192	302.256.988	100.910	4.387.707	14.703.671	-	524.044.468
Intersegmentais	-	7.820.144	32.055.157	822.733	2.369.232	(43.067.266)	-
Total de vendas e prestações serviços	202.595.192	310.077.132	32.156.067	5.210.441	17.072.903	(43.067.266)	524.044.468
Outros proveitos operacionais	4.020.029	6.553.378	24.714.128	24.488	4.480.062	(31.778.520)	8.013.565
Custos operacionais	(203.625.908)	(276.733.138)	(64.076.745)	(5.987.435)	(21.504.190)	74.845.787	(497.081.629)
Resultado operacional do segmento	2.989.313	39.897.373	(7.206.550)	(752.506)	48.775	-	34.976.405
Custos e perdas financeiras	(983.529)	(7.142.689)	(2.477.501)	(12.441)	(336.527)	-	(10.952.688)
Proveitos e ganhos financeiros	15.268	1.485.785	165.330	3.345	9.484	-	1.679.212
Resultados relativos a empresas associadas	-	172.545	154.134	-	-	-	326.679
Resultados de activid. de investimento	-	-	(19.413)	-	-	-	(19.413)
Resultados financeiros	(968.261)	(5.484.360)	(2.177.451)	(9.096)	(327.042)	-	(8.966.210)
Resultado antes de impostos	2.021.052	34.413.014	(9.384.001)	(761.602)	(278.267)	-	26.010.195
Imposto sobre o rendimento	(785.632)	(9.917.039)	1.792.139	(94.215)	(76.090)	-	(9.080.836)
Resultado imputável aos interesses que não controlam	175	500.038	(748)	26.825	-	-	526.290
Resultado líquido do exercício atribuível a accionistas	1.235.245	23.995.937	(7.591.113)	(882.641)	(354.357)	-	16.403.070

As transacções inter-segmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transacções com terceiros.

Outras informações:

	PRESTAÇÃO PÚBLICA	PRESTAÇÃO PRIVADA	HOLDINGS E SERVIÇOS COMUNS	OUTROS	ACTIVIDADES DESCONTINUADAS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Dispêndios de capital fixo (Nota 17)	1.854.323	9.169.098	2.799.511	62.549.780	-	-	76.372.713
Depreciações e amortizações em resultados	(10.267.208)	(9.680.744)	(1.043.132)	(46.856)	(1.916.282)	-	(22.954.221)
Provisões e perdas por imparidade, líquido	(2.296.056)	5.283.966	(3.025.232)	(1.025.710)	348.548	-	(714.484)

Os activos e passivos por segmento de negócio e a respectiva reconciliação com o total consolidado em 31 de Dezembro de 2014 são como segue:

	PRESTAÇÃO PÚBLICA	PRESTAÇÃO PRIVADA	HOLDINGS E SERVIÇOS COMUNS	OUTROS	ACTIVIDADES DESCONTINUADAS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Activos relativos aos segmentos							
Activos fixos tangíveis	25.556.085	37.931.178	3.312.742	62.663.943	-	-	129.463.948
Goodwill	15.896	31.023.347	6.000	880.757	-	-	31.926.000
Clientes e adiantamentos a fornecedores	13.131.886	64.639.816	20.430.672	1.923.559	-	(28.003.251)	72.122.683
Investimentos em associadas	-	1.660.670	2.372.386	-	-	-	4.033.056
Outros activos relativos aos segmentos	62.804.546	76.604.419	86.623.105	7.410.191	-	(26.786.818)	206.655.444
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	13.814.393	-	13.814.393
Total do activo consolidado	101.508.413	211.859.430	112.744.905	72.878.450	13.814.393	(54.790.068)	458.015.524
Passivo							
Empréstimos	4.525.653	67.794.617	66.678.304	-	-	-	138.998.575
Fornecedores e adiantamentos de clientes	58.966.196	37.238.294	6.164.840	601.619	-	(28.006.417)	74.964.533
Outros passivos relativos aos segmentos	56.349.756	71.073.142	15.576.272	57.811.036	-	(26.849.850)	173.960.355
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	11.593.855	-	11.593.855
Total do passivo consolidado	119.841.605	176.106.053	88.419.417	58.412.655	11.593.855	(54.856.268)	399.517.318

2013

	PRESTAÇÃO PÚBLICA	PRESTAÇÃO PRIVADA	HOLDINGS E SERVIÇOS COMUNS	OUTROS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Prestações de serviços						
Clientes externos	186.638.123	290.905.742	148.037	4.741.531	-	482.433.433
Intersegmentais	-	10.389.498	34.163.533	602.252	(45.155.283)	-
Total de vendas e prestações serviços	186.638.123	301.295.240	34.311.570	5.343.783	(45.155.283)	482.433.433
Outros custos e proveitos operacionais	(187.051.561)	(285.398.956)	(31.472.412)	(5.056.154)	45.155.283	(463.823.799)
Resultado operacional do segmento	(413.437)	15.896.284	2.839.158	287.630	-	18.609.634
Custos e perdas financeiras	(1.035.697)	(8.864.346)	(807.088)	(12.575)	-	(10.719.705)
Proveitos e ganhos financeiros	115.544	3.304.871	55.036	7.729	-	3.483.180
Resultados relativos a empresas associadas	-	159.927	147.653	-	-	307.580
Resultados relativos a activid. de investimento	-	-	(164.359)	-	-	(164.359)
Resultados financeiros	(920.153)	(5.399.547)	(768.757)	(4.846)	-	(7.093.303)
Resultado antes de impostos	(1.333.590)	10.496.737	2.070.401	282.784	-	11.516.330
Imposto sobre o rendimento	(413.703)	(6.489.844)	8.010.638	(97.381)	-	1.009.710
Resultado imputável aos interesses que não controlam	(34)	(132.679)	(1.775)	40.186	-	(94.301)
Resultado líquido do exercício atribuível a accionistas	(1.747.260)	4.139.571	10.082.814	145.216	-	12.620.342

As transacções inter-segmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transacções com terceiros.

Outras informações:

	PRESTAÇÃO PÚBLICA	PRESTAÇÃO PRIVADA	HOLDINGS E SERVIÇOS COMUNS	OUTROS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Dispêndios de capital fixo (Nota 17)	13.522.746	9.481.767	1.653.932	5.144	-	24.663.589
Depreciações e amortizações em resultados	(9.513.482)	(12.368.089)	(762.940)	(56.868)	-	(22.701.380)
Provisões e perdas por imparidade, líquido	(1.448.118)	(3.469.204)	1.188.009	(8.500)	-	(3.737.813)

Os activos e passivos por segmento de negócio e a respectiva reconciliação com o total consolidado em 31 de Dezembro de 2013 são como segue:

	PRESTAÇÃO PÚBLICA	PRESTAÇÃO PRIVADA	HOLDINGS E SERVIÇOS COMUNS	OUTROS	ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
Activos relativos aos segmentos						
Activos fixos tangíveis	31.139.241	44.908.366	1.831.537	179.342	-	78.058.487
Goodwill	15.896	30.258.778	5.226.465	867.496	-	36.368.635
Clientes e adiantamentos a fornecedores	8.681.262	58.485.264	9.949.658	1.190.586	(16.459.187)	61.847.583
Outros activos relativos aos segmentos	60.477.955	116.678.963	28.379.859	1.088.657	(34.211.201)	172.414.233
Investimentos em associadas	-	2.152.640	3.075.201	-	-	5.227.841
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Total do activo consolidado	100.314.354	252.484.011	48.462.720	3.326.081	(50.670.387)	353.916.779
Passivo						
Empréstimos	2.961.217	119.913.021	10.387.767	-	-	133.262.004
Fornecedores e adiantamentos de clientes	58.601.682	31.032.675	2.964.522	678.673	(16.433.922)	76.843.630
Outros passivos relativos aos segmentos	57.427.010	73.811.713	17.586.050	344.676	(34.236.465)	114.932.984
Total do passivo consolidado	118.989.910	224.757.408	30.938.339	1.023.349	(50.670.387)	325.038.618

6. PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os proveitos operacionais têm a seguinte composição:

	2014	2013
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:		
Vendas	473.887	454.994
Prestações de serviços:		
Actividade hospitalar	287.834.187	258.645.161
Serviço Nacional de Saúde	187.837.093	176.741.136
Actividade clínica	26.872.618	42.145.847
Higiene, Segurança e Medicina do trabalho	2.578.408	2.615.393
Serviços Domiciliários	1.333.853	1.682.865
Outros	102.470	148.037
	507.032.515	482.433.433
OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS:		
Ganhos obtidos na desconsolidação/alienação de participações	-	5.301.072
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.972.617	2.552.748
Cedência de espaço	1.744.215	1.738.208
Ensaio e análises clínicas	505.791	282.773
Projectos de hospitais e consultoria técnica	379.760	227.286
Contratos de Gestão com Administração Regional de Saúde	257.743	189.197
Cedência de pessoal	50.422	157.879
Reembolso de custos	570.812	155.170
Transporte de doentes	179.693	142.388
Aposentações provisórias	584.351	122.851
Estágios	114.369	45.761
Recuperação de dívidas a receber	2.686	31.429
Aluguer de equipamento	-	3.240
Outros proveitos operacionais	12.036	367.989
	7.374.493	11.317.990
	514.407.008	493.751.424

7. CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o custo das vendas foi apurado como segue:

	2014	2013
Inventários em 1 de Janeiro (Nota 22)	7.161.022	5.554.547
Actividades descontinuadas	(7.094)	-
Varição de perímetro:		
• entradas	12.499	-
• saídas	-	-
Compras	94.002.905	89.580.711
Custo das vendas	(93.900.917)	(87.974.235)
Inventários em 31 de Dezembro (Nota 22)	7.268.415	7.161.022

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

	2014	2013
Honorários	111.163.348	107.257.898
Trabalhos especializados	23.799.762	18.463.690
Subcontratos	22.725.451	22.209.212
Rendas e alugueres	17.285.918	18.318.453
Conservação e reparação	6.689.717	7.774.416
Electricidade	6.002.363	5.770.430
Combustíveis	2.169.100	2.137.408
Comunicação	1.957.955	2.110.346
Seguros	1.189.217	1.218.253
Água	958.521	974.136
Recolha de Resíduos	957.767	823.727
Publicidade e propaganda	883.054	1.251.648
Ferramentas e utensílios	811.652	827.005
Climatização	568.053	396.635
Deslocações e estadas	437.866	385.874
Material de escritório	203.454	167.141
Portagens	187.376	179.998
Contencioso e notariado	141.271	120.241
Limpeza, higiene e conforto	83.009	107.079
Artigos para oferta	15.475	76.229
Livros e documentação técnica	26.799	29.417
Transportes de mercadorias	7.365	118.399
Formação	-	7.341
Outros fornecimentos e serviços	187.479	213.481
	198.451.972	190.938.458

9. CUSTOS COM O PESSOAL

O número de colaboradores em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, por segmento de negócio, foi o seguinte:

	2014	2013
Actividades continuadas:		
Prestação pública	3.547	3.233
Holdings e serviços comuns	2.469	2.258
Prestação privada	877	1.128
Outros	39	37
	<u>6.932</u>	<u>6.656</u>
Actividades descontinuadas:		
Grupo Campos Costa	190	-
	<u>190</u>	<u>-</u>
	7.122	6.656

Os custos com o pessoal nos exercícios findos naquelas datas foram como segue:

Os outros custos com o pessoal incluem despesas com formação profissional, assistência médica e subsídio de alimentação.

	2014	2013
Remunerações dos colaboradores	115.519.587	115.165.963
Encargos sobre remunerações	28.379.484	27.148.124
Custos de acção social	7.199.475	6.989.641
Remunerações dos órgãos sociais	2.150.524	3.288.520
Seguros	2.324.890	2.088.997
Indemnizações	637.979	784.598
Outros benefícios dos colaboradores	22.447	297.532
Outros custos com o pessoal	5.139.733	6.566.192
	161.374.120	162.329.568

10. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram como segue:

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de Correções relativas a exercícios anteriores diz, essencialmente, respeito às anulações de facturas de Internato médico dos anos de 2009 a 2012, decorrente do entendimento da ARS Norte, comunicado durante o ano de 2013, de que esses gastos seriam da responsabilidade da Escala Braga – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A..

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de Correções relativas a exercícios anteriores inclui o valor de 397.561 Euros relativos a anulações de acréscimos de proveitos reconhecidos durante o ano de 2013.

	2014	2013
Correções relativas a exercícios anteriores	1.318.574	5.381.824
Impostos	1.188.622	1.419.417
Dividas incobráveis	432.712	448.762
Multas e penalidades	398.937	24.615
Outros	312.552	185.718
	3.651.397	7.460.336

11. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 têm a seguinte composição:

	2014	2013
Custos e perdas financeiras:		
Juros suportados	(7.186.570)	(7.087.971)
Comissões e serviços bancários	(3.429.529)	(3.630.125)
Outros custos e perdas financeiros	(62)	(1.609)
	(10.616.161)	(10.719.705)
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	1.669.655	3.483.073
Outros proveitos e ganhos financeiros	73	107
	1.669.728	3.483.180
Resultados relativos a empresas associadas:		
Perdas em empresas associadas	-	-
Ganhos em empresas associadas	326.679	307.580
	326.679	307.580
Ganhos / (Perdas) relativos a actividades de investimento:		
Dividendos relativos a outros investimentos	-	-
Ganhos/perdas em activos disponíveis para venda	(19.414)	(164.359)
	(19.414)	(164.359)

O detalhe dos valores reconhecidos como resultados relativos a participações em associadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

PARTICIPADA	2014		2013	
	GANHOS EM ASSOCIADAS	PERDAS EM ASSOCIADAS	GANHOS EM ASSOCIADAS	PERDAS EM ASSOCIADAS
• Escala Parque – Gestão de Estacionamento, S.A.	262.028	-	248.113	-
• Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	64.651	-	57.763	-
• Beso – Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda.	-	-	1.705	-
	326.679	-	307.580	-

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

O Grupo JMS e as suas subsidiárias nacionais detidas directa ou indirectamente em mais de 75% (90% até 31 de Dezembro de 2013) são tributadas em Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”). Para as empresas não abrangidas pelo RETGS, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos

	2014	2013
Imposto corrente:		
Relativo ao exercício	6.637.209	1.863.776
Relativo ao exercício anterior	8.168	202.140
	6.645.377	2.065.916
Imposto diferido (Nota 20):		
Diferenças temporárias e reversões	110.356	89.064
Provisões não aceites fiscalmente	(915.676)	-
Prejuízos fiscais	3.164.690	(3.164.690)
	2.359.370	(3.075.626)
Encargo do exercício	9.004.746	(1.009.710)

resultados tributáveis, de acordo com as regras e regimes fiscais aplicáveis no território da sede de cada empresa.

A Empresa e a generalidade das suas participadas estão sujeitas a imposto sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), à taxa nominal de 23% (25% em 2013), à qual pode ser acrescida a Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, se aplicável, é acrescida a Derrama Estadual de 3% do excedente do lucro tributável entre 1.500.000 Euros a 7.500.000 Euros, de 5% entre 7.500.000 Euros a 35.000.000 Euros e de 7% superior a 35.000.000 Euros. Nos termos do art.º 88.º do Código do IRC a Empresa e as suas participadas encontram-se adicionalmente sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo referido.

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto no IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 20).

13. DIVIDENDOS

Conforme deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 28 de Março de 2014, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 não foram pagos dividendos relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 não foram pagos dividendos.

A respeito do exercício corrente, o Conselho de Administração propõe não atribuir dividendos. Esta proposta está sujeita à aprovação em Assembleia Geral de accionistas, pelo que ainda não foi reflectido nas demonstrações financeiras correntes.

14. RESULTADOS POR ACÇÃO

O resultado por acção, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	2014	2013
Resultado por acção básico		
Resultado para efeito de cálculo do resultado por acção básico (resultado do exercício)	16.403.070	12.620.342
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado por acção básico	10.600.000	10.600.000
Resultado líquido por acção básico (Euro)	1,55	1,19

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 não existem efeitos diluidores do resultado por acção, pelo que o resultado diluído por acção é igual ao resultado básico por acção.

15. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 Dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nos valores de goodwill, foram os seguintes:

	PRESTAÇÃO PÚBLICA	PRESTAÇÃO PRIVADA	HOLDINGS E SERVIÇOS PARTILHADOS	OUTROS	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	15.896	35.479.243	6.000	867.496	36.368.635
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Alterações de perímetro	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	15.896	35.479.243	6.000	867.496	36.368.635
Perdas por imparidade (Nota 33)	-	(3.575.232)	-	-	(3.575.232)
Alterações de perímetro:					
• entradas	-	13.261	-	-	13.261
• saídas	-	-	-	-	-
Actividades descontinuadas	-	(880.664)	-	-	(880.664)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	15.896	31.036.608	6.000	867.496	31.926.000

Os valores do goodwill nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 respeitam às seguintes entidades:

PARTICIPADA	SEGMENTO (NOTA 6)	2014	2013
• Dr. Campos Costa – Consultório de Tomografia Computorizada, S.A.	Prestação privada	13.421.793	16.997.025
• Hospital CUF Infante Santo, S.A.	Prestação privada	11.791.702	11.791.702
• VALIR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Prestação privada	5.220.465	5.220.465
• CIMC – Centro Imagiologia Médica Computorizada, S.A.	Prestação privada	-	880.664
• Hospital CUF Cascais, S.A.	Prestação privada	482.166	482.166
• Hospital CUF Descobertas, S.A.	Prestação privada	97.265	97.265
• Ecografia de Cascais, Lda.	Prestação privada	9.119	9.119
• Clínica de Serviços Médicos e Computorizados de Belém, S.A.	Prestação privada	837	837
• S.P.S.D. – Sociedade Portuguesa de Serviços Domiciliários, S.A.	Outros	867.496	867.496
• LBO Land, Unipessoal, Lda.	Outros	13.261	-
• Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.	Prestação pública	15.896	15.896
• Vramondi International BV	Holding e S. Comuns	6.000	6.000
		31.926.000	36.368.635

Foram efectuados testes de imparidade utilizando os seguintes pressupostos e métodos:

- Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada;
- Os valores das avaliações são suportados pelos resultados passados e pelas pers-

pectivas futuras de desenvolvimento dos mercados em que o Grupo actua, tendo sido elaboradas projecções a 5 anos dos “cash flows” futuros para cada um dos negócios, de acordo com os planos definidos pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2014 foram efectuadas avaliações das Subsidiárias mais relevantes, que concluíram pela inexistência de indícios de imparidade em relação ao valor do “goodwill” que se encontra reconhecido.

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos no valor dos outros activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS (A) (B) (C)	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS (D)	ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Activo bruto:						
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	84.222	15.450.469	11.821.594	966	13.585	27.370.836
Alterações de perímetro:						
• entradas	-	-	4.835	-	-	4.835
• saídas	(84.222)	-	-	(966)	-	(85.188)
Adições	-	-	1.331.011	-	-	1.331.011
Abates	-	-	-	-	(13.585)	(13.585)
Plano de Investimentos (Nota 33)	-	-	-	3.228.817	-	3.228.817
Saldo em 31 Dezembro 2013	-	15.450.469	13.157.440	3.228.817	-	31.836.726
Actividades descontinuadas	-	-	(543.073)	-	-	(543.073)
Adições	-	-	836.397	50.000	198.537	1.084.934
Plano de Investimentos (Nota 33)	-	-	-	742.628	-	742.628
Saldo em 31 Dezembro 2014	-	15.450.469	13.450.764	4.021.444	198.537	33.121.215

	DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS (A) (B) (C)	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS (D)	ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	(84.222)	(4.063.251)	(8.703.818)	(966)	-	(12.852.257)
Alterações de perímetro:						
• entradas	-	-	(3.772)	-	-	(3.772)
• saídas	84.222	-	-	966	-	85.188
Reforços	-	(1.541.471)	(1.636.026)	(299.581)	-	(3.477.078)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	-	(5.604.722)	(10.343.616)	(299.581)	-	(16.247.919)
Actividades descontinuadas	-	-	333.502	-	-	333.502
Reforços	-	(1.541.471)	(1.316.413)	(503.834)	-	(3.361.718)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	-	(7.146.193)	(11.326.527)	(803.415)	-	(19.276.134)
Valor líquido						
Em 31 de Dezembro de 2013	-	9.845.747	2.813.824	2.929.236	-	15.588.807
Em 31 de Dezembro de 2014	-	8.304.277	2.124.237	3.218.030	198.537	13.845.081

(a) A 1 de Setembro de 2009 iniciou-se o contrato de Gestão entre a ARS Norte e a Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A., no qual se estabelece a gestão e a exploração do Estabelecimento Hospitalar de Braga em Regime de Parceria Público-Privada. Na data da transmissão a Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. pagou ao abrigo do contrato de gestão hospitalar o valor de 15 milhões de Euros ao qual foi deduzido o valor relativo a Inventários e Activos Fixos Tangíveis, denominando-se o remanescente por Direitos de Concessão - este valor será amortizado em 10 anos, período do contrato.

(b) A 1 de Junho de 2011 iniciou-se o contrato de Gestão entre os Ministérios da Saúde e das Finanças e a Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A., no qual se estabelece a gestão e a exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca de Xira em Regime de Parceria Público-Privada. Na data da transmissão a Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. pagou ao abrigo do contrato de gestão hospitalar o valor de 7,5 milhões de Euros ao qual foi deduzido o valor relativo a Inventários e Activos Fixos

Tangíveis, denominando-se o remanescente por Direitos de Concessão - este valor será amortizado em 10 anos, período do contrato.

(c) A rubrica “Propriedade industrial” inclui, ainda, o valor do registo da marca “Domuscare – Serviços Domiciliários” utilizada na divulgação da sua actividade, o qual se encontra totalmente amortizado.

(d) Nesta rubrica encontra-se registado o montante de 3.228.817 Euros correspondente ao valor total estimado dos investimentos esperados até ao termo do Contrato de gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca, decorrente das obrigações previstas no Anexo V do referido contrato. De acordo com o estabelecido na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, este valor, que começou a ser amortizado em Abril de 2013, na sequência da transferência para as novas instalações, altura em que foi adquirida a nova capacidade instalada, e foi elaborado um plano de investimento onde se prevê o reconhecimento da obrigação futura com a substituição dos referidos equipamentos até ao fim do contrato.

17. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2014					ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS		
Activo bruto:							
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	2.496.936	44.145.007	153.054.262	20.124.319	328.021	1.461.155	221.609.699
Alterações de perímetro	-	-	-	27.815	-	-	27.815
Actividades descontinuadas	(514.214)	(5.202.675)	(27.525.595)	(1.328.673)	(198.298)	(328.525)	(35.097.980)
Adições	1.411.200	63.864.972	6.716.565	718.413	-	3.661.563	76.372.713
Alienações e abates	-	-	(1.002.106)	(45.513)	-	(61.922)	(1.109.541)
Transferências	-	2.737.807	448.107	54.510	-	(3.240.423)	0
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	3.393.922	105.545.111	131.691.232	19.550.870	129.723	1.491.848	261.802.705
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	-	(22.283.334)	(105.437.031)	(15.516.013)	(314.835)	-	(143.551.212)
Alterações de perímetro	-	-	-	(23.564)	-	-	(23.564)
Actividades descontinuadas	-	3.422.758	24.446.179	1.064.793	22.531	-	28.956.261
Regularizações	-	(9.810)	(476.563)	(1.388)	-	-	(487.761)
Depreciação	-	(3.248.495)	(12.624.317)	(1.799.951)	(3.460)	-	(17.676.222)
Alienações e abates	-	-	216.982	42.143	184.615	-	443.740
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	-	(22.118.880)	(93.874.750)	(16.233.979)	(111.149)	-	(132.338.758)
Valor líquido	3.393.922	83.426.231	37.816.483	3.316.891	18.574	1.491.848	129.463.947

	2013						TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	
Activo bruto:							
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	2.496.936	41.158.660	135.272.751	17.796.820	352.103	2.840.127	199.917.397
Alterações de perímetro	-	9.169	298.487	71.044	-	-	378.700
Adições	-	1.656.619	18.139.464	2.261.076	-	2.606.430	24.663.589
Alienações e abates	-	(109.340)	(2.942.809)	(40.045)	(24.082)	-	(3.116.276)
Transferências	-	1.429.899	2.286.369	35.424	-	(3.985.402)	(233.710)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	2.496.936	44.145.007	153.054.262	20.124.319	328.021	1.461.155	221.609.699
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	-	(18.934.194)	(93.016.079)	(13.425.245)	(150.841)	-	(125.526.359)
Alterações de perímetro	-	(7.502)	(255.928)	(68.943)	-	-	(332.373)
Regularizações	-	-	-	-	(48.496)	-	(48.496)
Depreciação	-	(3.341.638)	(13.715.404)	(2.027.681)	(139.580)	-	(19.224.302)
Alienações e abates	-	-	1.550.380	5.857	24.082	-	1.580.318
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	-	(22.283.334)	(105.437.031)	(15.516.013)	(314.835)	-	(143.551.212)
Valor líquido	2.496.936	21.861.674	47.617.231	4.608.306	13.186	1.461.155	78.058.487

18. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As partes de capital detidas em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	2014				2013			
	PARTES DE CAPITAL	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE	TOTAL	PARTES DE CAPITAL	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro	817.603	5.486.000	(1.075.762)	5.227.841	841.491	6.846.000	(1.075.762)	6.611.729
Alterações de perímetro	(1.245)	(80.000)	81.245	-	-	-	-	-
Aplicação de equivalência patrimonial:								
Efeito em resultados (Nota 11)	262.028	-	-	262.028	248.113	-	-	248.113
Dividendos recebidos	(248.113)	-	-	(248.113)	(272.000)	-	-	(272.000)
Alienações e abates	-	(1.208.700)	-	(1.208.700)	-	(1.360.000)	-	(1.360.000)
Saldo em 31 de Dezembro	830.273	4.197.300	(994.517)	4.033.056	817.603	5.486.000	(1.075.762)	5.227.841

A rubrica Investimentos em associadas, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é composta como segue:

ASSOCIADAS	2014			2013	
	PARTES CAPITAL	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE	VALOR DE BALANÇO	VALOR DE BALANÇO
• Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	510.000	3.959.300	(722.517)	3.746.783	4.955.483
• Escala Parque - Gestão de Estacionamento, S.A.	286.273	-	-	286.273	272.358
• Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	34.000	238.000	(272.000)	-	-
	830.273	4.197.300	(994.517)	4.033.056	5.227.841

A principal informação financeira agregada, relativa às empresas associadas em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

ASSOCIADAS	INFORMAÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					
	ACTIVO	PASSIVO	CAPITAIS PRÓPRIOS	GASTOS	RENDIMENTOS	RESULTADO LÍQUIDO
• Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	85.003.799	75.088.514	9.915.285	7.929.454	9.137.256	1.207.802
• Escala Parque - Gestão de Estacionamento, S.A.	1.161.131	319.149	841.982	950.514	1.721.185	770.671
• Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	860.718	927.596	(66.878)	667.476	857.626	190.150

ASSOCIADAS	INFORMAÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013					
	ACTIVO	PASSIVO	CAPITAIS PRÓPRIOS	GASTOS	RENDIMENTOS	RESULTADO LÍQUIDO
• Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	99.068.256	87.209.817	11.858.439	8.776.689	9.490.587	713.898
• Escala Parque - Gestão de Estacionamento, S.A.	1.513.136	712.082	801.054	923.921	1.653.664	729.743
• Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	1.280.849	1.537.877	(257.028)	670.498	840.390	169.892
• Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda.	31.354	423.947	(392.593)	578	7.423	6.845

19. OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são os que se seguem:

PARTICIPAÇÃO	2014		2013			VALOR DE BALANÇO
	PARTES CAPITAL	VALOR DE BALANÇO	PARTES CAPITAL	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE	
• Centro Clínico Académico de Braga	35.000	35.000	35.000	-	-	35.000
• Diagnosticar - Diagnóstico Computorizado, S.A.	26.200	26.200	26.200	-	-	26.200
• IBET	5.000	5.000	5.000	-	-	5.000
• Eurico Rodrigues, S.A.	-	-	250.000	-	(248.234)	1.766
• Equigerax - Equipamento Geral de Raio X, S.A.	-	-	2.893	-	-	2.893
• HMR - Health Market Research, Lda.	-	-	10.000	540.000	(550.000)	-
	66.200	66.200	329.093	540.000	(798.234)	70.859

Em Outubro de 2014 a JMS alienou a sua participação de 10% na HMR – Health Market Research, Lda..

Os outros investimentos incluem activos financeiros não correntes, mensurados ao custo de aquisição, ajustado face às perdas de imparidade estimadas. Esta rubrica apresenta os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

Investimento bruto:	
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	626.200
Alterações de perímetro	2.893
Aumentos	240.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	869.093
Actividades descontinuadas	(252.893)
Alienações e abates	(550.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	66.200
Perdas por imparidade (Nota 33):	
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	(248.234)
Perdas por imparidade do exercício	(550.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(798.234)
Actividades descontinuadas	248.234
Alienações e abates	550.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	-
Valor líquido:	
Em 31 de Dezembro de 2013	70.859
Em 31 de Dezembro de 2014	66.200

20. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos ocorridos nos activos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes (quadro do lado):

Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer em resultado das diferenças temporárias existentes entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico. Nos casos em que essas diferenças originaram impostos diferidos activos, os mesmos só foram registados na medida em que se considera provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de optimização fiscal disponíveis e identificadas.

	PREJUÍZOS FISCAIS REPORTÁVEIS	BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS (NOTA 32)	PROVISÕES NÃO ACEITES FISCALMENTE	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	-	645.010	621.065	1.266.075
Constituição:				
Resultado líquido	3.164.690	-	-	3.164.690
Capitais próprios	-	-	-	-
Reversão:				
Resultado líquido	-	89.064	-	89.064
Capitais próprios	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	3.164.690	555.946	621.065	4.341.700
Reversão:				
Resultado líquido	3.164.690	110.356	(915.676)	2.359.370
Capitais próprios	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	-	445.590	1.536.741	1.982.331

21. OUTROS ACTIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas tinham a seguinte composição (quadro do lado):

A rubrica de Outros Activos Não Correntes, diz respeito aos valores calculados pelas responsabilidades de Férias, Subsídio de Férias e Subsídio de Natal do Hospital de São Marcos e dos Hospital de Reynaldo dos Santos, relativos ao ano de início dos respectivos contratos.

	2014		2013	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Acréscimos de proveitos:				
Proveitos por produção não facturada	29.984.484	-	21.504.221	-
Prestação de serviços médicos não facturados	3.213.327	-	3.771.656	-
Rappel a receber	3.532.905	-	2.281.460	-
Juros a receber	6.935	-	724.295	-
Outros acréscimos de proveitos	3.529	-	84.737	-
	36.741.180	-	28.366.368	-
Custos diferidos:				
Responsabilidade Hospital de São Marcos	-	6.129.201	-	6.129.201
Responsabilidade Hospital de Reynaldo dos Santos	-	2.167.744	-	2.167.744
Rendas e alugueres	1.229.363	-	1.262.138	-
Seguros	273.310	-	201.833	-
Contratos de outsourcing de sistemas de informação	216.318	-	205.524	-
Juros diferidos	166.524	-	983	-
Tribunal de contas (Emolumentos)	84.416	-	101.548	-
Auditoria	24.469	-	27.501	-
Outros custos diferidos	41.477	-	54.535	-
Regularização de activos tangíveis	-	-	69.227	-
	2.035.877	8.296.945	1.923.289	8.296.945
	38.777.057	8.296.945	30.289.657	8.296.945

22. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição (quadro de cima):

	2014	2013
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	7.067.029	7.063.054
Mercadorias	201.386	97.968
	7.268.415	7.161.022
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 33)	(19.657)	(19.657)
	7.248.759	7.141.366

23. CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores tinha a seguinte composição (quadro em baixo):

Os saldos apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade em saldos de clientes, que foram estimadas de acordo com o descrito na Nota 2.19. b).

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

	2014			2013		
	VALOR BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE (NOTA 33)	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE (NOTA 33)	VALOR LÍQUIDO
Clientes, conta corrente	67.306.847	(282.237)	67.024.610	59.878.251	(2.043.267)	57.834.984
Clientes de cobrança duvidosa	14.148.870	(9.073.652)	5.075.218	14.611.702	(10.621.958)	3.989.744
Adiantamentos a fornecedores	22.855	-	22.855	22.855	-	22.855
	81.478.572	(9.355.889)	72.122.683	74.512.808	(12.665.225)	61.847.583

24. OUTROS DEVEDORES CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Outros devedores tinha a seguinte composição:

Em Outros devedores encontram-se relevados saldos a receber de diversas entidades por transacções não relacionadas com as actividades principais do Grupo.

	2014	2013
Suprimentos a entidades relacionadas (Nota 39)	6.259.735	7.188.012
Projectos de hospitais em curso	1.715.575	1.567.900
Venda de investimentos financeiros	632.000	132.000
Factoring	-	-
Retenções e Penhoras	598.117	598.117
Pessoal	673.171	87.013
Prestadores de serviços	26.758	28.809
Refacturações	42.532	42.532
Cauções	61.454	31.277
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	61.703	588
Outros devedores	158.270	133.938
	10.229.316	9.810.186
Perdas por imparidade acumuladas em outros devedores (Nota 33)	(1.567.900)	(1.990.900)
	8.661.415	7.819.286

25. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos com estas entidades eram como segue:

	2014	2013
Saldos devedores:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	7.078.553	6.724.166
Imposto sobre o valor acrescentado	525.901	541.110
Outros	13	7
	7.604.466	7.265.282
Saldos credores:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	11.243.759	6.392.886
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	2.534.366	2.426.368
Contribuições para a segurança social	3.277.455	2.983.511
Imposto sobre o valor acrescentado	241.728	214.652
Outros	235.105	53.878
	17.532.413	12.071.294

26. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição (quadro em cima):

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa:

Os recebimentos mais significativos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respeitam aos seguintes movimentos (quadro de baixo):

	2014	2013
Caixa e depósitos bancários:		
Numerário	1.169.744	1.027.156
Depósitos à ordem	19.562.480	9.165.307
Depósitos a prazo	36.885.404	56.634.391
Outras aplicações de tesouraria	62.555.562	24.773.475
	120.173.190	91.600.330
Caixa e equivalentes de caixa:		
Descobertos bancários (Nota 30)	(1.001.933)	(49.230)
	119.171.257	91.551.100

	2014	2013
• José de Mello Saúde España, S.A.	-	52.500.000
• Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	-	1.360.000
• HMR - Health Market Research, Lda.	50.000	-
• Outros	-	108.156
	50.000	53.968.156

Os pagamentos mais significativos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respeitam aos seguintes movimentos (quadro em cima):

	2014	2013
• Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada, S.A.	-	3.680.000
• HMR - Health Market Research, Lda.	-	240.000
• LBO Land, Unipessoal, Lda. (Nota 4.1)	17.500	-
	17.500	3.920.000

27. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital no montante de 53.000.000 Euros, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 10.600.000 acções, com o valor nominal de cinco Euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital era detido pelas seguintes entidades (quadro de baixo):

ENTIDADE	NÚMERO DE ACÇÕES	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO
• José de Mello, SGPS, S.A.	6.980.100	65,85%
• Fundação Amélia da Silva de Mello	439.900	4,15%
• Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	3.180.000	30,00%
	10.600.000	100,00%

28. RESERVA LEGAL

De acordo com a legislação em vigor, a Empresa deverá reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima de 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

29. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes (quadro ao lado):

	2014	2013
Saldo inicial em 1 de Janeiro	3.227.233	3.927.823
Alterações de perímetro:		
• entradas	-	-
• saídas	-	792.885
Dividendos	(982.832)	(80.655)
Reforços de participação de capital	-	(949.437)
Reduções de participação de capital	806.847	-
Aumento de participações financeiras	-	13.154
Prestações acessórias	-	6
Interesses que não controlam atribuídos a accionistas	-	(382.243)
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	526.289	(94.301)
Saldo final em 31 de Dezembro	3.577.537	3.227.233

O detalhe, por empresa, da rubrica de Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2014 é como segue:

EMPRESA	% NÃO DETIDA	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	
		RESULTADO	TOTAL
• VALIR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	7,0668%	(748)	1.493.424
• Vramondi International BV	0,0004%	-	(3)
• Hospital CUF Descobertas, S.A.	0,0707%	10.172	18.179
• Clínica CUF Belém, S.A.	37,1931%	234.946	1.236.571
• Clínica de Serviços Médicos e Computorizados de Belém, S.A.	66,3510%	49.371	991.919
• Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A.	29,5002%	26.825	243.479
• HD Medicina Nuclear, S.A.	30,0535%	84.599	188.886
• Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.	0,0191%	(6)	1.187
• Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.	0,0143%	182	(7.607)
• Instituto CUF - Diagnóstico e Tratamento, S.A.	7,0668%	120.949	(588.498)
		526.290	3.577.537

30. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os empréstimos obtidos eram como segue:

O Grupo tem contratado três programas de papel comercial com o limite de 23.000 milhares de Euros.

O empréstimo por obrigações diz respeito à seguinte emissão:

“JOSÉ DE MELLO SAÚDE 2014/2019”

Valor total do empréstimo: 50.000.000 Euros

Valor nominal: 10.000 Euros por obrigação

Vencimento: 9 de Junho de 2019

Taxa de juro: Euribor a 6 meses acrescida de 3,875%

	2014	2013
Passivos não correntes:		
Outros empréstimos bancários	47.639.954	57.893.177
Empréstimos por obrigações	49.057.133	-
Papel comercial	8.952.826	9.696.762
	105.649.914	67.589.939
Passivos correntes:		
Empréstimos por obrigações	-	40.075.569
Outros empréstimos bancários	10.455.253	13.973.492
Financiamento por intermédio de <i>factoring</i> com regresso	4.915.821	5.374.102
Papel comercial	13.975.653	3.018.210
Contas corrente caucionadas	3.000.000	3.181.462
Descobertos bancários	1.001.933	49.230
	33.348.661	65.672.065
	138.998.575	133.262.004

Em 31 de Dezembro 2014 e 2013, os Outros empréstimos bancários apresentavam a seguinte composição:

EMPRESA	2014		2013	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
• Hospital CUF Descobertas, S.A.	-	11.773.332	-	11.755.476
• Hospital Cuf Infante Santo, S.A.	-	11.845.386	-	11.832.915
• Hospital CUF Porto, S.A.	-	12.428.756	-	14.520.000
• Hospital CUF Torres Vedras, S.A.	1.162.912	4.310.772	1.045.930	5.119.942
• Hospital CUF Cascais, S.A.	1.168.987	3.199.839	1.155.486	3.989.365
• José de Mello Saúde II, S.A.	847.445	2.370.899	714.279	2.976.710
• Hospital CUF Descobertas, S.A.	2.280.854	-	3.237.623	-
• Hospital Cuf Infante Santo, S.A.	2.287.119	-	3.237.015	-
• Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.	-	-	515.522	2.445.695
• Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada, S.A.	-	-	1.287.762	1.307.046
• Dr. Campos Costa - Consultório de Tomografia Computorizada, S.A.	-	-	348.456	1.737.427
• Hospital CUF Descobertas, S.A.	248.815	855.485	245.700	1.104.300
• Hospital Cuf Infante Santo, S.A.	248.815	855.485	245.700	1.104.300
• Hospital CUF Descobertas, S.A.	-	-	866.671	-
• Hospital Cuf Infante Santo, S.A.	-	-	866.671	-
• Hospital CUF Porto, S.A.	2.210.305	-	206.677	-
	10.455.253	47.639.954	13.973.492	57.893.176

A dívida financeira não corrente apresenta os seguintes prazos de reembolso em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (quadro de cima):

Linhas de crédito obtidas e não utilizadas

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, existiam respectivamente 27.784 milhares de Euros e 27.857 milhares de Euros de linhas de crédito obtidas e não utilizadas.

31. OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Locação financeira

O Grupo tem contratos de locação financeira para vários itens dos seus activos fixos tangíveis e intangíveis, incluídos no balanço. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a quantia escriturada desses bens, para cada categoria de activo, é como segue (quadro de baixo):

VENCIMENTO	2014	2013
Até 2 anos	15.463.398	14.629.027
Até 3 anos	14.761.327	27.525.607
Até 4 anos	15.200.023	9.709.960
Até 5 anos	58.200.106	11.860.476
Mais de 5 anos	2.025.060	3.864.869
	105.649.914	67.589.939

	2014	2013
Activos fixos tangíveis:		
Terrenos e recursos naturais	1.964.017	2.365.615
Edifícios e outras construções	63.822.387	2.652.299
Equipamento básico	23.041.682	32.103.978
Equipamento de transporte	-	17.404
Equipamento administrativo	3.156.099	2.444.050
Activos fixos tangíveis em curso	-	574.246
	91.984.185	40.157.592
Activos intangíveis:		
Programas de computador	-	100.106
	91.984.185	40.257.698

O total dos futuros pagamentos mínimos de locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento, encontra-se detalhado no quadro seguinte (quadro ao lado):

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram pagas rendas de 14.754.270 Euros e 9.898.369 Euros, respectivamente, relativas a rendas de contratos de locação financeira.

Locação operacional

Os contratos de locação operacional em vigor no Grupo José de Mello Saúde respeitam, essencialmente, a viaturas e equipamento de escritório.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foram reconhecidos custos de 2.478.287 Euros e 2.232.169 Euros, respectivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional.

	2014	2013
Pagamentos mínimos da locação financeira:		
Não mais de um ano	12.353.257	10.992.199
Mais de um ano e não mais de cinco anos	70.852.585	25.967.842
Mais do que cinco anos	-	-
	83.205.841	36.960.041

32. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A subsidiária Hospital CUF Infante Santo, S.A. (“HCIS”) tem a responsabilidade de complementar as pensões de reforma de alguns dos seus colaboradores, com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi constituída uma provisão para o efeito que é actualizada anualmente de acordo com um estudo actuarial realizado com uma entidade especializada e independente.

Foi formalmente, e de acordo com a legislação em vigor, pedida a caducidade do Acordo de Empresa ao Ministério do Trabalho produzindo efeito a 6 de Fevereiro de 2013, relativamente aos empregados que ainda se encontram no activo. A lei prevê, de acordo com um parecer jurídico, a manutenção da “retribuição, categoria e respectiva definição, duração do tempo de trabalho e regimes de protecção social cujos benefícios sejam substitutivos dos assegurados pelo regime geral de segurança social ou com protocolo de substituição do Serviço Nacional de Saúde”. O complemento de reforma não se enquadra nesta obrigatoriedade e deixa de ter efeito a partir de Fevereiro de 2013. Assim, a responsabilidade exigida mantém-se para os empregados reformados do HCIS.

Segundo o relatório de avaliação apresentado pela Watson Wyatt International Limited, Sucursal em Portugal, o valor actual das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma, à data da demonstração da posição

financeira, é estimada em 1.464.000 Euros (1.464.000 Euros em 2013), sendo a provisão para pensões de reforma ajustada apresentada na Nota 33.

A avaliação actuarial das responsabilidades com o plano de pensões foi efectuada segundo o método “Projected Unit Credit”, tendo em consideração os seguintes parâmetros:

	2014
Taxa de desconto (antes da reforma)	1,90%
Taxa de desconto (depois da reforma)	1,90%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%
Tábua de mortalidade:	
• Para homens	TV 73/77 (-1 ano)
• Para mulheres	TV 88/90
Número de reformados	55
Idade média	71,1

33. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte (quadro do lado):

A rubrica de Outros inclui essencialmente provisões para riscos decorrentes da actividade de prestação de serviços hospitalares. Adicionalmente inclui uma provisão que se destina a fazer face à responsabilidade de substituição de equipamentos contemplada no Anexo V do Contrato de Gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca; esta provisão foi constituída no exercício de 2013 por contrapartida de Activos intangíveis (Nota 16), na sequência da transferência para as novas instalações, altura que foi adquirida a nova capacidade instalada, e foi elaborado um plano de investimento onde se prevê o reconhecimento da obrigação futura de substituição dos referidos equipamentos até ao fim do contrato.

	BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS (NOTA 32)	PROVISÕES				TOTAL DE RESPONSABILIDADES
		IMPOSTOS	MATÉRIAS AMBIENTAIS	OUTROS	TOTAL	
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	2 412 000	1.062.247	2.500	6.097.408	7.162.155	9.574.155
Reforço	-	3.521.310	2.500	2.541.406	6.065.216	6.065.216
Utilização	-	-	-	(140.221)	(140.221)	(140.221)
Reversão	(336 092)	-	-	(2.951.070)	(2.951.070)	(3.287.162)
Alterações de perímetro - saídas	-	(1.062.247)	-	-	(1.062.247)	(1.062.247)
Plano de Investimentos (Nota 16)	-	-	-	3.228.817	3.228.817	3.228.817
Dotações financeiras	-	-	-	(59.468)	(59.468)	(59.468)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	2 075 908	3.521.310	5.000	8.716.872	12.243.182	14.319.090
Reforço	-	-	-	3.281.651	3.281.651	3.281.651
Utilização	-	-	-	(2.366)	(2.366)	(2.366)
Reversão	(121 420)	(2.970.499)	-	(310.308)	(3.280.807)	(3.402.227)
Actividades descontinuadas	-	(160.000)	-	-	(160.000)	(160.000)
Plano de Investimentos (Nota 16)	-	-	-	742.628	742.628	742.628
Dotações financeiras	-	-	-	(64.651)	(64.651)	(64.651)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	1 954 488	390.811	5.000	12.363.825	12.759.637	14.714.125

Perdas por imparidade

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS NÃO CORRENTES			TOTAL
	GOODWILL (NOTA 15)	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NOTA 17)	OUTROS INVESTIMENTOS (NOTA 19)	
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	-	-	248.234	248.234
Reforço	-	-	550.000	550.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	-	-	798.234	798.234
Reforço	3 575 232	993.405	-	4.568.637
Actividades descontinuadas	-	-	(248.234)	(248.234)
Reversão	-	-	(550.000)	(550.000)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	3 575 232	993.405	-	4.568.637

	PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS NÃO CORRENTES			TOTAL
	INVENTÁRIOS (NOTA 22)	CLIENTES E ADIANT. A FORNECEDORES (NOTA 23)	OUTROS DEVEDORES (NOTA 24)	
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	-	27.209.868	423.000	27.632.868
Reforço	19.657	671.519	1.567.900	2.259.076
Utilização	-	(1.888.758)	-	(1.888.758)
Reversão	-	(1.849.317)	-	(1.849.317)
Alterações de perímetro - saídas	-	(11.478.087)	-	(11.478.087)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	19.657	12.665.225	1.990.900	14.675.782
Reforço	-	235.481	-	235.481
Utilização	-	(139.470)	-	(139.470)
Reversão	-	(3.070.510)	-	(3.070.510)
Transferências	-	-	(423.000)	(423.000)
Actividades descontinuadas	-	(334.837)	-	(334.837)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	19.657	9.355.889	1.567.900	10.943.446

Durante os exercícios de 2014 e 2013, os movimentos ocorridos nas rubricas de Perdas por imparidade e Provisões, tiveram as seguintes contrapartidas em resultados (quadro de cima):

	2014		REFORÇO	2013	
	REVERSÃO	TOTAL		REVERSÃO	TOTAL
Benefícios aos empregados	(121.420)	(121.420)	-	(336.092)	(336.092)
Provisões	(3.280.807)	844	6.065.216	(2.951.070)	3.114.146
Perdas por imparidade em activos não correntes	(550.000)	4.018.637	550.000	-	550.000
Perdas por imparidade em activos correntes	(3.070.510)	(2.835.029)	2.259.076	(1.849.317)	409.759
		1.063.032			3.737.813

34. FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas tinham a seguinte composição (quadro de baixo):

	2014	2013
Fornecedores, conta corrente	66.190.433	63.553.197
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	6.594.919	11.431.059
Adiantamentos de clientes	2.179.181	1.859.374
	74.964.533	76.843.630

35. OUTROS CREDORES CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estas rubricas tinham a seguinte composição (quadro do lado):

(a) De acordo com o contrato de Gestão com a ARS Norte, a Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. deverá entregar ao Hospital de São Marcos 90% dos proveitos decorrentes da prestação de serviços médicos já realizados até 1 de Setembro de 2009 mas cuja facturação ainda não tivesse sido emitida e 90% dos recebimentos de clientes, cuja facturação já tivesse sido emitida até essa data, mas cujo recebimento ainda não tenha ocorrido.

Em Outros credores encontram-se relevados saldos a pagar a diversas entidades por transacções não relacionadas com as actividades principais do Grupo.

	2014	2013
Hospital de São Marcos (a)	3.125.511	3.484.016
ARSLVT	-	443.404
Honorários	298.948	142.778
Fornecedores de imobilizado	1.553.398	178.457
Pessoal e Sindicatos	652.233	106.179
Eventos e Jornadas clínicas	101.022	75.477
Consultores, Acessores e Intermediários	68.088	61.447
Cauções	34.265	34.265
Outros credores	132.189	138.378
	5.965.654	4.664.400

36. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Acréscimos de custos:		
Remunerações a liquidar	22.979.879	20.553.131
Honorários médicos	16.389.025	15.631.225
Custos Operacionais:		
Compras	787.869	261.030
Fornecimentos e serviços externos diversos	5.711.227	6.360.806
Custos com pessoal	3.256.514	3.839.466
Taxas	338.487	212.285
Multas e penalidades	372.370	-
Outros custos operacionais	28.268	-
Custos Financeiros:	692.000	-
Acréscimos de custos Escala Braga	994.138	-
Outros acréscimos de custos	217.682	-
	51.767.458	46.857.942
Proveitos diferidos:		
Proveitos financeiros	606.611	-
Refacturações	152.096	-
Alugueres e rendas	-	14.141
Outros proveitos diferidos	16.157	46.076
	774.864	60.217
	52.542.322	46.918.159

37. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

O Grupo, à semelhança da generalidade das empresas, encontra-se exposto a um conjunto de riscos de mercado relacionados com alterações nas taxas de juro e riscos de liquidez decorrentes do seu passivo financeiro, bem como ao risco de crédito, que resultam da sua actividade operacional e de tesouraria.

Todas as operações de gestão de risco financeiro, nomeadamente as que envolvem a utilização de instrumentos financeiros derivados são submetidas à aprovação prévia do Administrador Financeiro ou da Comissão Executiva.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objectivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Risco de liquidez

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelos seguintes objectivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Diminuir o endividamento de curto prazo;
- Alongar a maturidade média da dívida.

Enquadrada no cumprimento dos objectivos anteriores, o Grupo procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, seleccionando criteriosamente as alternativas mais eficientes.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda. O Grupo JMS encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne às seguintes actividades:

- Actividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar;
- Actividades de financiamento.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efectuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos previamente estabelecidos;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna;
- A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada com base em notações de crédito fornecidas por empresas especializadas externas;
- Os valores em dívida são regularmente monitorizados e os fornecimentos para os clientes mais significativos estão normalmente cobertos por garantias;
- O Grupo JMS tem em vigor contratos de factoring mediante os quais cede os créditos e em que o risco de cobrabilidade passa para a entidade de Factoring.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 34.

Em 31 de Dezembro de 2014, é entendimento do Conselho de Administração que

as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

38. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos activos e passivos financeiros tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

O valor nominal deduzido de ajustamentos de crédito estimados de contas a receber e a pagar é assumido como aproximado ao seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados, à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

Não existem diferenças significativas entre os justos valores assim calculados e os respectivos valores contabilísticos.

39. PARTES RELACIONADAS

As transacções e saldos entre a José de Mello Saúde, S.A. (“empresa-mãe”) e empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota.

Os saldos e transacções entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas estão detalhadas ao lado:

2014

PARTE RELACIONADA	SALDOS DEVEDORES		SALDOS CREDITORES
	CLIENTES	ACCIONISTAS E SUBSIDIÁRIAS	FORNECEDORES
• Grupo Efacec Capital	128.211	-	1.363.222
• Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal	54.868	-	51.912
• Efacec - Sistemas de Gestão, S.A.	7.964	-	-
• José de Mello, SGPS, S.A.	615	4.112.780	24.561
• José de Mello Energia, S.A.	13	-	-
• Grupo José de Mello Residências e Serviços	249.417	-	1.681
• Grupo CUF	66.246	-	-
• Grupo José de Mello Imobiliária	-	-	-
• José de Mello Serviços, Lda.	-	-	15.485
• Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda.	-	-	-
• José de Mello Energia, S.A.	-	-	-
• M Dados - Sistemas de Informação, S.A.	-	-	286.983
• Hospital Amadora-Sintra - Sociedade Gestora, S.A.	-	383.937	-
• Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	1.763.018	-
	507.334	6.259.735	1.743.844

2014

PARTE RELACIONADA	TRANSACÇÕES		
	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	PROVEITOS FINANCEIROS	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
• Grupo Efacec Capital	286.782	-	2.924.646
• Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal	206.911	-	855.218
• Efacec - Sistemas de Gestão, S.A.	17.913	-	-
• José de Mello, SGPS, S.A.	5.731	552.877	28.761
• José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	-	1.205	-
• Grupo José de Mello Residências e Serviços	175.060	-	48.177
• Grupo CUF	40.446	-	-
• Grupo José de Mello Imobiliária	218	-	-
• M Dados – Sistemas de Informação, S.A.	-	-	261.375
• Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	120.872	-
• José de Mello Energia, S.A.	654	-	-
• José de Mello Serviços, Lda.	1.014	-	61.038
	734.728	674.954	4.179.214

2013

PARTE RELACIONADA	SALDOS DEVEDORES		SALDOS CREDITORES
	CLIENTES	ACCIONISTAS E SUBSIDIÁRIAS	FORNECEDORES
• Grupo Efacec Capital	97.678	-	1.463.575
• Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal	18.699	-	148.857
• Efacec - Sistemas de Gestão, S.A.	5.967	-	-
• José de Mello, SGPS, S.A.	1.047	4.112.780	30.568
• Grupo José de Mello Residências e Serviços	114.704	-	10.491
• Grupo CUF	36.881	-	-
• José de Mello Serviços, Lda.	-	-	31.683
• Beso - Serviços de Comodidade e Conveniência, Lda.	-	423.000	-
• M Dados - Sistemas de Informação, S.A.	-	-	459.634
• Hospital Amadora-Sintra - Sociedade Gestora, S.A.	-	355.244	-
• Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	2.296.988	-
	274.976	7.188.012	2.144.808

2013

PARTE RELACIONADA	TRANSAÇÕES		
	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	PROVEITOS FINANCEIROS	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
• Grupo Efacec Capital	335.864	-	3.206.073
• Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal	199.802	-	653.274
• Efacec - Sistemas de Gestão, S.A.	23.917	-	-
• José de Mello, SGPS, S.A.	7.664	746.234	25.092
• José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	-	740.952	-
• Grupo José de Mello Residências e Serviços	138.763	-	58.354
• Grupo CUF	52.587	-	-
• Grupo José de Mello Imobiliária	376	-	-
• M Dados – Sistemas de Informação, S.A.	-	-	266.502
• Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	264.141	-
• José de Mello Energia, S.A.	531	-	-
• José de Mello Serviços, Lda.	-	-	70.084
	759.504	1.751.327	4.279.378

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Remunerações aos membros do Conselho de Administração

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da José de Mello Saúde, S.A. nos exercícios de 2014 e 2013 foram de 418.020 Euros e 1.143.437 Euros, respectivamente.

40. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Passivos contingentes

No decurso normal da sua actividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos. Face às naturezas dos mesmos, a expectativa existente é de que, do respectivo desfecho, não resultem quaisquer efeitos materiais em termos da actividade desenvolvida, situação patrimonial e resultados das operações.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2014, as empresas do Grupo tinham prestado perante terceiros garantias no montante de 6.736 milhares de Euros (6.729 milhares de Euros em 2013), cujo detalhe é como segue (quadro do lado):

	2014	2013
Garantias financeiras prestadas:		
Carta Compromisso Fundos Próprios	4.000.000	4.000.000
Caução do contrato de gestão hospitalar	2.254.709	2.249.086
Processos fiscais em curso	210.957	210.957
Câmaras Municipais	120.157	120.157
Prestação de serviços ao SNS	149.309	147.549
Fornecimento de electricidade, água e gás	1.082	1.082

Compromissos

No decurso normal da sua actividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e com a compra e venda de participações financeiras.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, José de Mello Saúde, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio total.

41. APROVAÇÃO DA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 17 de Março de 2015, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas agendada para 18 de Maio de 2015.

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 6 de Janeiro de 2015 a Vramondi International BV concretizou a operação de venda, à Base – Serviços Médicos de Imagilogia SGPS S.A., da totalidade das acções representativas do capital social da Dr. Campos Costa.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

7.3 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da José de Mello Saúde, S.A. (“JMS”) declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais individuais e consolidadas, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas, i) foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da JMS e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; ii) expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da JMS e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e iii) contêm uma descrição dos principais riscos com que a JMS se defronta na sua actividade.

Lisboa, 17 de Março de 2015

O Conselho de Administração

Salvador Maria Guimarães José de Mello

Pedro Maria Guimarães José de Mello

João Gonçalves da Silveira

Rui Manuel Assoreira Raposo

Maria Inês Rosa Dias Murteira Bleck

José Carlos Lopes Martins

Vasco Luís José de Mello

Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito

Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães

Paulo Jorge Cleto Duarte

Luís Eduardo Brito Freixial de Goes

7.4 INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

a) Participações qualificadas no capital social da sociedade (cf alínea c), n.º 1 art. 245º A, CVM) (quadro do lado):

b) Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos. (cf. alínea d), n.º 1 art. 245º A, CVM)

Não existem direitos especiais atribuídos a qualquer accionista da Sociedade.

c) Número de acções e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 14º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008. Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não são titulares de acções

ACCIONISTA	NÚMERO DE ACÇÕES	PERCENTAGEM DE CAPITAL	PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO
• José de Mello, SGPS, S.A.	6.980.100	65,85%	65,85%
• Fundação Amélia da Silva de Mello	439.900	4,15%	4,15%
• Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	3.180.000	30,00%	30,00%
TOTAL	10.600.000	100,00%	100,00%

e obrigações da José de Mello Saúde S.A., não tendo realizado qualquer transacção sobre estes títulos no decurso do exercício de 2014.

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da José de Mello Saúde S.A. são titulares de acções preferenciais sem direito a voto representativas do capital social do Hospital CUF Descobertas, S.A., subscritas na data e nos termos a seguir indicados (tabela do lado):

d) Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício (cf. alínea f), n.º 1 art. 245º A, CVM).

Não existem quaisquer restrições desta natureza.

e) Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade (cf. alínea h), n.º 1 art. 245º A, CVM).

Não existem, nos termos dos estatutos da José de Mello Saúde S.A., quaisquer regras especiais relativas à nomeação e substituição do órgão de administração

	AQUISIÇÕES			ALIENAÇÕES		31-12-2014
	DATA	QUANTIDADE	VALOR €	QUANTIDADE	VALOR €	QUANTIDADE
• Salvador Maria Guimarães José de Mello Hospital CUF Descobertas, S.A.	28-02-2014	236	5,00			236
• Rui Manuel Assoeira Raposo Hospital CUF Descobertas, S.A.	28-02-2014	130	5,00			130
• Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães Hospital CUF Descobertas, S.A.	28-02-2014	130	5,00			130
• Vasco Luís José de Mello Hospital CUF Descobertas, S.A.	28-02-2014	107	5,00			107
• Maria Inês Rosa Dias Murteira Bleck Hospital CUF Descobertas, S.A.	28-02-2014	77	5,00			77
• Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito Hospital CUF Descobertas, S.A.	28-02-2014	92	5,00			92
• José Carlos Lopes Martins Hospital CUF Descobertas, S.A.	28-02-2014	56	5,00			56

e à alteração dos estatutos da José de Mello Saúde S.A.. Quanto a estas matérias são aplicáveis as respectivas disposições do Código das Sociedades Comerciais.

f) Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (cf. alínea i), n.º 1 art. 245º A, CVM).

Não existem, nos termos dos estatutos da José de Mello Saúde S.A., quaisquer regras especiais relativamente a poderes do órgão de administração. Quanto a estas matérias são aplicáveis as respectivas disposições do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração da José de Mello Saúde S.A. delegou numa Comissão Executiva as seguintes competências:

- i.** Proceder à gestão corrente da Sociedade, podendo deliberar sobre todas as matérias relativas ao exercício da actividade da Sociedade com respeito pelo respectivo objecto social, pelas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, nas matérias da competência desta última;
- ii.** Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, para aprovação, o Plano de Negócios e o Orçamento da Sociedade para o ano seguinte, bem como propor posteriores alterações eventuais;
- iii.** Proceder à coordenação e acompanhamento permanente da gestão corrente

das sociedades dominadas, directa ou indirectamente, pela Sociedade, bem como fazer o acompanhamento da gestão de todas as demais participações sociais detidas noutras sociedades, emitindo, para o efeito, instruções vinculativas;

iv. Celebrar todos os actos e contratos inerentes à actividade da Sociedade, designadamente operações de financiamento e/ou capitalização de participadas, desde que o seu valor não ultrapasse o montante equivalente a € 15.000.000,00 (quinze milhões de euros);

v. Efectuar operações bancárias, tais como, abrir e movimentar quaisquer contas bancárias a crédito ou a débito, sacar e endossar cheques e sacar, aceitar e endossar letras, livranças e outros títulos de crédito;

vi. Efectuar recebimentos e pagamentos em representação da Sociedade, dar quitação e emitir os documentos contabilísticos necessários;

vii. Celebrar contratos de trabalho ou de prestação de serviços relativamente ao pessoal da Sociedade, exercer o poder disciplinar e promover, se necessário for, o despedimento de qualquer trabalhador, bem como contratar colaboradores ou peritos especializados, sempre que tal se revele necessário;

viii. Constituir novas sociedades, bem como adquirir ou alienar participações noutras sociedades, desde que a respectiva participação não exceda o equivalente a € 15.000.000,00 (quinze milhões de euros);

ix. Contrair empréstimos bancários ou operações similares, desde que o montante

respectivo não exceda o equivalente a € 15.000.000,00 (quinze milhões de euros);
x Celebrar quaisquer tipos de contratos de seguro inerentes ao exercício da actividade da Sociedade;

xi. Propor ao Conselho de Administração o arrendamento, alienação, oneração ou aquisição de bens imóveis para a Sociedade;

xii. Proceder ao aprovisionamento de todos os bens móveis e equipamentos necessários ao exercício da actividade da Sociedade;

xiii. Propor ao Conselho de Administração o organigrama da Sociedade e mantê-lo informado sobre os posteriores ajustamentos que se vierem a revelar necessários;

xiv. Constituir mandatários para representar a Sociedade na prática de actos específicos, mediante a emissão de instrumento adequado para o efeito;

xv. Constituir mandatários forenses para representar a Sociedade em quaisquer litígios em que esta seja parte, conferindo-lhes os poderes bastantes para confessar, desistir e transigir;

xvi. Representar a Sociedade em juízo e em processo de arbitragem, bem como proceder à nomeação de árbitros em quaisquer litígios em que a sociedade seja parte;

xvii. Propor os titulares dos órgãos sociais das sociedades em que a Sociedade detenha participações.

Ainda no âmbito das competências que lhe são delegadas, a Comissão Executiva poderá definir pelouros e áreas de actuação de cada um dos seus membros, quer no que se refere à estrutura interna e funcionamento da Sociedade, quer no que se refere à coordenação e acompanhamento das suas áreas de negócio, em geral, e das empresas participadas, em particular.

g) Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (cf alínea m), n.º 1 art. 245º A, CVM).

A matéria relativa aos sistemas de controlo interno e de gestão de risco existentes no grupo José de Mello Saúde encontra-se desenvolvida no ponto 4 do Relatório de Gestão.

h) Montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho.

i. Remuneração bruta paga pela José de Mello Saúde, S.A. e pelas restantes sociedades em relação de domínio ou de grupo aos membros do Conselho de Administração durante o exercício de 2014 (quadro do lado):

ii. Remuneração bruta paga pela José de Mello Saúde, S.A. aos membros do Conselho Fiscal durante o exercício de 2014

Os membros do Conselho Fiscal têm uma remuneração anual bruta de 1.800€ para o Presidente e de 1.200€ para os Vogais. Tendo sido nomeados em Junho de 2014, a remuneração relativa aos meses do ano transacto em que desempenharam funções apenas foi liquidada no início do presente ano.

i) Montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas sin-

NOME	CARGO	REMUNERAÇÃO
• Salvador Maria Guimarães José de Mello	Presidente do CA e da Comissão Executiva	315.726,40€
• Pedro Maria Guimarães José de Mello	Vice-Presidente não executivo	-
• João Gonçalves da Silveira	Vice-Presidente não executivo	-
• Rui Manuel Assoreira Raposo	Administrador executivo	213.425,44€
• Maria Inês Rosa Dias Murteira Bleck	Administrador executivo	241.368,14€
• José Carlos Lopes Martins	Administrador não executivo	-
• Vasco Luís José de Mello	Administrador executivo	201.318,66€
• Inácio António da Ponte Metello de Almeida e Brito	Administrador executivo	173.477,80€
• Guilherme Barata Pereira Dias de Magalhães	Administrador executivo	181.930,79€
• Paulo Jorge Cleto Duarte	Administrador não executivo	-
• Luís Eduardo Brito Freixial de Goes	Administrador não executivo	-

gulares ou coletivas e discriminação da percentagem respeitante a cada tipo de serviços.

Os honorários (sem IVA) auferidos pela EY relativos a auditoria e revisão legal de contas, serviços de garantia de fiabilidade, consultoria fiscal e outros serviços em 2014 são os seguintes:

DESCRIÇÃO	VALOR
Valor dos serviços de revisão de contas	150.005€
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	0€
Valor dos serviços de consultoria fiscal	227.000€
Valor de outros serviços que não revisão de contas	84.780€
TOTAL	461.785€

7.5 CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório Consolidado de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, de José de Mello Saúde, S.A., as quais compreendem: a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 458.015.524 euros e um total de capital próprio de 58.498.206 euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital da empresa, enquanto mãe do grupo, de 16.403.070 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
- a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados e rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- › a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- › a verificação das operações de consolidação;
- › a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- › a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- › a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
- › a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu também ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de José de Mello Saúde, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório Consolidado de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e que o ponto 8.3 – Informação sobre a Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade, do Relatório e Contas, inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 13 de Abril de 2015

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)

Representada por:
Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)

7.6 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL PARA 2014

Senhores Acionistas,

Nos termos legais, apresentamos o Relatório e Parecer sobre as contas individuais e consolidadas e o relatório de gestão individual e consolidado da José de Mello Saúde, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Durante o exercício e no desempenho das funções que nos são cometidas, procedemos, com resultados satisfatórios, e com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

Ao nível da análise de controlos internos e avaliação do risco, o Conselho Fiscal interagiu muito positivamente com a direção de auditoria interna do grupo, tendo obtido os esclarecimentos e conforto considerados necessários.

Relevamos positivamente a melhoria acentuada da situação líquida da sociedade quer em termos individuais quer em termos consolidados. Salientamos ainda o crescimento do balanço da Sociedade que ultrapassou os 450 milhões de Eu-

ros, em parte devido ao buy, sale & leaseback dos imóveis do Hospital das Descobertas e do Hospital da Infante Santo.

O relatório do Conselho de Administração explana a orientação da política seguida pela Sociedade no exercício, bem como a proposta de atuação para o exercício de 2015.

A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, refletem a posição dos registos contabilísticos no fim do exercício e traduzem a situação financeira da Sociedade.

Como nos competia procedemos à verificação dos termos da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, tendo concluído que o seu conteúdo merece o nosso acordo.

Nesta conformidade entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da Sociedade José de Mello Saúde, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias.

Nestes termos somos de parecer que:

- 1º** A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2014 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- 2º** O Relatório de Gestão do exercício de 2014 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- 3º** O Relatório divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários sobre a estrutura e práticas do governo societário;
- 4º** A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2014, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- 5º** A Demonstração Consolidada da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e de Outro Resultado Integral Consolidados, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e as Notas Consolidadas, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Finalmente desejamos agradecer à Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Sociedade com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das funções.

Lisboa, 13 de Abril de 2015

O Conselho Fiscal

José Manuel Gonçalves de Morais Cabral
Presidente

João Filipe de Moura-Braz Corrêa da Silva
Vogal

José Luís Bonifácio Lopes
Vogal



JOSÉ DE MELLO · SAÚDE